UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ARIADNE LIMA NATAL

30 anos de Linchamentos na Região Metropolitana de São Paulo
1980-2009

Versão Corrigida

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ARIADNE LIMA NATAL

**30 anos de Linchamentos na Região Metropolitana de São Paulo
1980-2009**

São Paulo, 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ARIADNE LIMA NATAL

**30 anos de Linchamentos na Região Metropolitana De São Paulo
1980-2009**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu

São Paulo, 2012.

Nome: NATAL, Ariadne

Título: 30 anos de Linchamentos na Região Metropolitana De São Paulo 1980-2009

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em: _____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Aos professores de uma vida.

Ao professor Sergio Adorno, o mais dedicado cientista que conheço, a quem eu aprendi a admirar desde o primeiro ano das Ciências Sociais, eu agradeço pela confiança depositada e acima de tudo pela troca da convivência diária.

À Universidade de São Paulo por me acolher como aluna e pesquisadora por tantos anos, e ainda, pela infraestrutura de bibliotecas nas quais eu acampeei durante tantas noites desde a elaboração do projeto de mestrado.

Aos professores do mestrado, em especial Maria Helena Olívio Augusto e Marcos César Alvarez pelas contribuições, e à Mariana Possas pela arguição na qualificação. Aos colegas de mestrado, em especial Fabio Tsunoda e Alexandre Barbosa por tornar esta experiência mais leve.

Ao Núcleo de Estudos da Violência pelo apoio incondicional e irrestrito para a realização desta pesquisa, em especial aos colegas e amigos Renato Alves pela incomensurável contribuição, Viviane Cubas, pelo incentivo constante, Frederico Teixeira, pela força, Sérgia Santos, pelos quitutes, Gorete Marques pelas piadas e Denise Carvalho, sempre aberta e disponível a ajudar. Agradeço ainda à Nancy Cardia, Fernando Salla e todos os pesquisadores com os quais eu tenho o privilégio de conviver e com os quais eu aprendo todos os dias.

À minha querida turma da escada, o melhor presente que a Sociais poderia me dar: Dalila Vasconcelos de Carvalho, Diego Vicentin, Otávio Albuquerque, Pedro Meira, Sarah Nery, João Marcelo, Raquel Tivelli, Giana Guelfi, César Camilo e em especial ao querido Carlos Augusto Almeida Jr., nosso “dotô”, tão cedo tirado de nós

As mais lindas e leais amigas Roberta Barreto e Monica Machado, minhas irmãs que me ouvem, me dão colo, me animam e sabem me criticar quando eu preciso.

Thiago Pereira, *best roomie ever*, pelo sofá, pipoca e seriado nosso de cada dia, e ainda por me ensinar a lavar roupa!

Aos primos, primas, tios, tias e avós, em especial a Bi, o ser humano mais fantástico que eu tive o privilégio de conhecer.

Darwin Ribeiro, o responsável pelos meus sorrisos mais abertos e involuntários, por compreender minhas ausências e transformar em mágico cada segundo que passamos juntos, explorando o mundo interior e exterior.

Ao meu irmão, por me ensinar a me impor e a me a defender. Ao Murray, por me fazer capaz de amar irrestritamente. Ao meu pai, por conseguir ser fiel a ele mesmo e aos seus sonhos. E especialmente, à minha mãe, pelo exemplo de amor, abnegação e incansável dedicação!

RESUMO

A pesquisa analisa dados sobre linchamentos ocorridos entre 1980 e 2009, na cidade de São Paulo e nos municípios de sua Região Metropolitana, utilizando como fonte primária o material coletado pelo Banco de Dados da Imprensa Sobre as Graves Violações de Direitos Humanos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Os procedimentos metodológicos incluíram o uso de técnicas como análise documental e análise de conteúdo para tratar os dados quantitativos e dados qualitativos extraídos das notícias de jornal.

O objetivo da análise longitudinal foi observar possíveis mudanças nas características deste fenômeno ao longo do tempo, para responder as questões propostas: “O que muda nos casos de linchamentos ao longo das três últimas décadas?” e “De que forma as transformações socioeconômicas ocorridas na região estudada podem afetar as ocorrências e características dos linchamentos?”.

Considerando alguns dos principais aspectos e transformações na economia, política, urbanização, criminalidade e padrões de sociabilidade marcantes na região nos últimos 30 anos, a pesquisa busca estabelecer uma conexão entre os dados analisados e a dinâmica macrossocial da cidade, apontando a importância de se considerar elementos contextuais em análises longitudinais de linchamentos.

Palavras-chave: Linchamentos; Região Metropolitana de São Paulo, Imprensa como fonte de dados; Estudo Longitudinal.

ABSTRACT

The research analyzes data on lynchings occurred between 1980 and 2009 in the city of São Paulo and in the municipalities of its metropolitan area, using as primary source material collected by the Database of Press About the Serious Human Rights Violations of the Center for the Study of violence at the University of São Paulo. The methodological procedures included the use of techniques such as document analysis and content analysis to treat quantitative data and qualitative data drawn from news reports.

Through a longitudinal analysis, the survey noted possible changes in the characteristics of lynchings over time, to answer the questions posed: "What changes in the cases of lynchings over the past three decades" And "How the socioeconomic transformations in the region studied may affect the occurrence and characteristics of lynching".

Considering some of the main aspects and transformations in the economy, politics, urbanization, crime and patterns of sociability prominent in that the region in the past 30 years, the research seeks to establish a connection between the data analyzed and macro-social dynamics of the city, pointing out the importance of consider contextual elements in longitudinal analyzes of lynchings.

Keywords: Lynchings; Metropolitan Region of São Paulo, Press as a data source; Longitudinal Study.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. PANO DE FUNDO	14
1.1. Antecedentes	14
1.2. Anos 1980 e 1990.....	26
1.3. Anos 2000	44
CAPÍTULO 2. LINCHAMENTOS	53
2.1. Bibliografia Norte-Americana sobre Linchamentos.....	54
2.2. Bibliografia Brasileira sobre Linchamentos.....	61
2.3. Balanço.....	66
CAPÍTULO 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	68
3.1. A Imprensa Como Fonte	70
Justificativa do uso dos jornais para análise dos linchamentos	70
Análise documental	72
Identificando e controlando problemas na utilização da imprensa como fonte de dados.....	74
3. 2. O Banco de Dados da Imprensa Sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos	76
Principais fontes do Banco de Dados da Imprensa.....	78
Segmentos	78
Veículos.....	80
Análise dos jornais e segmentos nos casos de linchamentos.....	84
3.3. Análise de Conteúdo	89
CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS LINCHAMENTOS NA IMPRENSA.....	93
4.1. O QUE.....	93
4.2. QUANDO E QUANTO: Distribuição dos casos ao longo das décadas.....	93
4.3. ONDE : Localizando os linchamentos do espaço urbano.....	100
4.4. QUEM: Atores envolvidos nos linchamentos.....	104
Vítimas	104
Agressores.....	116
Autoridades.....	121

4.5. COMO: Características das ações de linchamento	127
Local	127
Motivação	129
Ação	131
Desfecho	134
4.6. PORQUE SE LINCHA: Razões alegadas para os linchamentos.....	137
Ausência das Instituições	138
Impunidade	155
Vingança	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
BIBLIOGRAFIA.....	168

APRESENTAÇÃO

No Brasil, existem relatos de ocorrências de linchamentos desde o século XVIII, no entanto, o fenômeno começou a chamar a atenção em meados da década de 1980, quando as informações sobre ocorrências destes casos na imprensa se tornaram mais recorrentes, chamando a atenção de pesquisadores. Tal relato se intensificou ao longo da década de 1990 e diversos trabalhos foram feitos sobre o tema. No entanto, não existem informações precisas a respeito do que aconteceu com os linchamentos na última década, e ainda, não foram realizados estudos longitudinais para observar possíveis mudanças nas características deste fenômeno ao longo do tempo.

Por esta razão, as principais questões a serem respondidas pela pesquisa são:

- O que muda nos casos de linchamentos ao longo das três últimas décadas?
- De que forma as transformações socioeconômicas ocorridas na região estudada podem afetar as ocorrências e características dos linchamentos?

A partir das questões propostas, a pesquisa foi delineada considerando os linchamentos ocorridos entre 1980 e 2009, na cidade de São Paulo e nos municípios de sua Região Metropolitana, utilizando como fonte primária o material coletado pelo Banco de Dados da Imprensa Sobre as Graves Violações de Direitos Humanos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Uma questão adicionalmente proposta foi:

- A imprensa é uma fonte confiável para estudar linchamento? Quais são seus limites e possibilidades?

Os procedimentos metodológicos incluíram o uso de técnicas como análise documental e análise de conteúdo. Os procedimentos de descrição do conteúdo se basearam principalmente em dados quantitativos extraídos sobretudo do banco de dados consultado, além de dados qualitativos, consolidados a partir da leitura dos recortes das notícias de jornais. A última etapa da análise se dedicou a inferência e interpretação das informações e o exercício de agregar dados quantitativos e qualitativos para enriquecer a leitura e aumentar a profundidade do estudo.

O texto da dissertação foi organizado da seguinte maneira:

O Capítulo 1, intitulado *Pano de Fundo*, se dedica a traçar um panorama contextual da Região Metropolitana de São Paulo no período estudado. Relacionando alguns dos principais aspectos da economia, política, urbanização e criminalidade que marcaram os últimos 30 anos, procuro fornecer informações importantes a respeito do cenário no qual o objeto de estudo, os linchamentos, acontecem.

Na primeira parte deste capítulo, são apresentados os antecedentes, ou seja, as bases sobre as quais se darão as transformações e dinâmicas examinadas nas décadas seguintes. Partindo da política de desenvolvimentismo e crescimento econômico que engendra um processo de urbanização intensificado em plena ditadura militar, procurei apontar como a forte concentração de renda e de desigualdades sociais em um contexto de crescimento urbano resultou na formação de uma cidade precária e formalmente ilegal. A falta de políticas de infraestrutura e políticas habitacionais levou os moradores das áreas mais precárias da cidade a buscarem mecanismos privados para a resolução dos problemas comuns aos bairros, além de torná-los mais vulneráveis à violência urbana e à atuação de quadrilhas.

A descrição das décadas de 1980 e 1990 foi compilada em um só texto por entender que, no que tange a aspectos analisados nesta pesquisa, existem muitas continuidades entre estas décadas. O marco inicial deste período é o retorno à democracia, a luta contra a repressão política e atuação dos movimentos sociais. A abertura democrática garantiu não apenas o respeito aos direitos políticos, mas também trouxe consideráveis avanços em matéria de direitos sociais, no entanto o mesmo não se deu em matéria de respeito aos direitos civis.

Durante estas duas décadas, o país passou por uma série de crises econômicas e inflacionárias que aprofundaram as desigualdades, a pobreza urbana, a exclusão social e desregulamentaram o mundo do trabalho. O mesmo período é marcado ainda pelo aumento e mudança nos padrões de criminalidade, contestação dos direitos humanos, baixa eficiência do Estado no sentido de conter estes avanços, escalada do medo, aumento da segregação urbana e diminuição da convivência que resultam na percepção da violência como resultado da maldade individual, levando ao apoio de soluções privadas e muitas vezes

antidemocráticas de resoluções de conflitos, além do apoio à punições cada vez mais severas e que inflijam dor e sofrimento.

Os anos 2000 marcaram um ponto de inflexão. Em termos de indicadores sociais e econômicos é possível destacar a diminuição da miséria, a queda nas desigualdades, o aumento na escolaridade e principalmente ampliação do consumo. Com relação à segurança pública, se destacam a queda nos homicídios, as políticas de encarceramento em massa, a ascensão do PCC como mediador de conflitos dentro e fora das prisões, a ampliação de diversas outras redes de crime organizado, a dinamização das ilegalidades e o embaralhamento das fronteiras entre o legal e o ilegal.

O capítulo 2, *Linchamentos*, consiste em uma breve revisão de literatura. A bibliografia norte-americana, muito embora trate da ocorrência de linchamentos em um contexto completamente diferente do brasileiro, foi considerada por trazer importantes apontamentos que permitem uma reflexão também sobre a realidade brasileira. Também são considerados alguns dos principais textos e autores brasileiros (focados sobretudo nas década de 1980 e 1990), que trazem dados alguns dados quantitativos e discussões sobre sentidos e motivações dos linchamentos.

O capítulo 3, *Aspectos Metodológicos*, se dedica a fazer a crítica das fontes de dados e apresentar a metodologia utilizada. Para tal, são apresentadas pesquisas que utilizam metodologias semelhantes a esta, justificativas para o uso da imprensa, cuidados e procedimentos com relação análise documental dos jornais, controle de problemas e possíveis vieses. O capítulo apresenta também o *Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos*, base de dados que fornece as informações que fundamentam esta pesquisa, além do perfil de cada um dos jornais e considerações sobre a cobertura que fazem dos linchamentos. Por fim é apontada análise de conteúdo como método utilizado na análise dos dados.

Por fim, o capítulo *Análise dos Linchamentos na Imprensa* foi estruturado a partir de um exercício de resposta às principais questões que um texto noticioso comum (a fonte de dados) geralmente se dispõe a responder: *O que*, neste caso, o que estamos entendendo por linchamentos; *Quando*, analisa a distribuição dos linchamentos publicados pela imprensa ao

longo das décadas e explora alguns fatores que podem ter influência sobre esta distribuição; *Onde*, em que locais os linchamentos acontecem; *Quem*, considera o perfil e papel de vítimas, agressores e autoridade, os principais atores relacionados aos linchamentos; *Como*, envolve motivo alegado, características e desfecho das ações de linchamentos; *Porque*, como os atores relacionados explicam os linchamentos.

Por fim, as *Considerações finais* realizam um pequeno balanço da pesquisa, considerando alguns dos principais aspectos e transformações que envolveram a economia, a política, a urbanização, a criminalidade e os padrões de sociabilidade marcantes nos últimos 30 anos na região, apontando que a dinâmica macrossocial como fator importante para a análise dos linchamentos.

CAPÍTULO 1. PANO DE FUNDO

Economia, política, urbanização e criminalidade

Aspectos contextuais da Região Metropolitana de São Paulo

1980 – 2009

1.1. Antecedentes

Em meados da segunda metade do século XX, impulsionado pelo Plano de Metas do governo Kubitschek, o Brasil passou por um grande projeto desenvolvimentista que resultou em anos de forte crescimento econômico (entre 1950 e 1980 o PIB cresceu em média 7,4% ao ano¹). Este projeto se baseou principalmente na expansão da indústria, substituição das importações por produção nacional, protecionismo contra competição com mercadorias externas, produção de insumos básicos, crescimento do mercado consumidor interno, oferta de mão de obra barata e ampliação do mercado urbano de trabalho assalariado. A cidade de São Paulo foi um dos polos de atração da industrialização, pois contava então com uma boa rede de serviços, localização estratégica, proximidade de mercados consumidores e mão de obra especializada para atividades de gerenciamento (KOWARICK & CAMPANARIO, 1993; MARICATO, 2000). São Paulo passou a ser chamada de locomotiva do Brasil.

Mesmo após o golpe militar em 1964 e, principalmente durante os primeiros anos da ditadura, o projeto desenvolvimentista foi mantido e o país experimentou intenso crescimento econômico, principalmente entre os anos de 1969 e 1973, durante o governo Médici em que ocorre o “milagre econômico brasileiro”, com taxas de crescimento médio anual da ordem de 10% baseado em grande parte no endividamento externo. Não por acaso estes foram os anos mais violentos e duros da ditadura, quando a supressão das liberdades individuais foi combinada com medidas altamente repressivas e a violência estatal se disseminou por meio de desaparecimentos, prisões arbitrárias, torturas e execuções de oponentes políticos e críticos ao regime, período que ficou conhecido como “anos de

¹ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

chumbo”. O aquecimento econômico foi usado para ajudar a sustentar, dar legitimidade e maior longevidade ao regime militar, estratégia reforçada por campanhas de cunho nacionalista. O regime perde força e o processo de abertura tem início com uma crise econômica desencadeada pela crise do petróleo de 1974, acréscimo da dívida provocada por flutuações do câmbio e aumento da inflação.

Um dos motores do crescimento econômico ocorrido entre os anos 1950 e 1970 foi o processo de intensa urbanização que ampliou diversas cidades do país. Em 1950 a população brasileira que vivia em cidades era de 18 milhões, número que saltou para 52 milhões em 1970, 80 milhões em 1980 e chegou a 138 milhões em 2000. No mesmo período, o número de habitantes da Região Metropolitana de São Paulo passou de 1,5 milhões em 1950 para 17,8 milhões em 2000, levando a região a ter características de uma metrópole. O período foi marcado por expressiva taxa de natalidade e crescimento populacional (da ordem de 2,1% ao ano), mas o que engendra a formação das áreas urbanas foi o intenso processo de migração que teve como origem as áreas rurais do país. Em 1940, a população da Região Metropolitana de São Paulo correspondia à 3% do total de habitantes do país e, no ano 2000 representava 10%². Este movimento de expansão resulta em grandes implicações em termos de redimensionamento do espaço urbano e criou um imperativo de desenvolver condições mínimas para atender as demandas e necessidades deste imenso e crescente contingente populacional (KOWARICK & CAMPANARIO, 1993; MARICATO, 2000).

No entanto, a maior parte da riqueza gerada pelo crescimento econômico se manteve bastante concentrada nas mãos de uma pequena elite e a urbanização pouco alterou a qualidade de vida daqueles que vieram do campo para as cidades. A urbanização brasileira, apesar de ser parte do processo de modernização, não implicou na superação do país arcaico e precário, as cidades incharam e formaram megalópoles sem quaisquer condições de atender as demandas, gerar empregos, fornecer serviços ou desenhar as políticas de urbanização necessárias. É preciso registrar ainda o agravante de que, mesmo em meio a um forte crescimento econômico, a remuneração dos trabalhadores urbanos permaneceu baixa

² Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

e mesmo aqueles com vínculos formais e regularmente empregados não recebiam o suficiente para a reprodução da sua própria força de trabalho, de maneira que precisaram acionar expedientes de subsistência e a adesão a soluções precárias para o provimento de habitação e outros contingentes. Desta forma, ter um emprego não significou ter condições de vida e moradia adequada e, sem poder alugar ou comprar um imóvel nas regiões bem providas de infraestrutura, a classe trabalhadora recorreu a soluções como cortiços, favelas e, principalmente, bairros populares em expansão nas franjas da cidade, áreas distantes e impróprias ao desenvolvimento urbano. Neste sentido, é possível dizer que a alta concentração de renda, a remuneração precária e a falta de políticas adequadas contribuíram para a produção de áreas que se tornariam verdadeiras bombas sócio-ecológicas. Em curto prazo, estas regiões passaram a sobrepor os piores níveis em diversos indicadores sociais, econômicos e ambientais, cujas consequências afetam toda a cidade, mas recaem principalmente sobre os próprios moradores destas áreas (MARICATO, 2000; MARICATO, 1995).

Obras que haviam sido realizadas no auge do projeto desenvolvimentista, como a construção de grandes avenidas marginais e radiais, a construção de autoestradas que ligam a cidade de São Paulo ao interior e ao litoral, a ampliação da rede ferroviária, a construção de estações em cidade próximas na capital e a troca do bonde pelo transporte coletivo sobre rodas³ foram elementos que favoreceram o crescimento horizontal da cidade e a formação das periferias, pois garantiram acesso, ainda que apenas sobre rodas, às áreas mais remotas da cidade. Em pouco tempo, rodovias se tornaram avenidas e o trânsito foi paulatinamente se agravando. As cidades atraíram trabalhadores, especialmente por meio de fluxos migratórios, mas a carência de investimentos em infraestrutura, a deficiência no controle de impacto ambiental e a ausência de um plano de moradia resultaram na criação de mercados

³ A expansão dos serviços de ônibus não foi uma iniciativa do governo, mas de empresários particulares, muitos deles também especuladores imobiliários (CALDEIRA, 2000). O transporte público é um dos elementos-chave para pensar a expansão, a exclusão e mobilidade dentro da cidade, visto que as dificuldades em realizar deslocamentos fragmentam e transformam a cidade em guetos, aumentando a exclusão urbana (SANTOS, 1990).

ilegais de residências de baixo custo que abrem as fronteiras do alargamento urbano por meio de grilagem e loteamentos clandestinos.

De acordo com Torres (2003), as causas do crescimento horizontal e concentração espacial da pobreza em determinadas áreas da Região Metropolitana de São Paulo possui diferentes correntes de explicação que consideram aspectos variados como: o papel do mercado de trabalho e da estrutura social, fazendo dos bolsões de pobreza um traço estrutural da economia capitalista nos países em desenvolvimento por meio da manutenção de uma reserva de mão de obra barata; a dinâmica do mercado imobiliário de produção de moradias que controlam as melhores localizações e especulam com a terra, promovendo a segregação dos mais pobres; as políticas estatais que, por meio de seu poder regulador, criam privilégios e excluem parte da população dos benefícios da urbanização; ou mesmo a ação do Estado que, por meio de investimentos e obras públicas, valoriza regiões habitáveis a ponto de obrigar os moradores de baixa renda a se mudarem por falta de condições de lidar com os novos custos locais. A combinação e ocorrência simultânea destes diferentes fatores sobre a cidade de São Paulo tiveram forte impacto sobre a formação das periferias. O fato é que um grande volume de famílias da classe trabalhadora, sem condições de arcar com gastos relacionados à habitação, foram sistematicamente sendo empurradas para terras então rejeitadas pelo mercado imobiliário por se situarem em regiões desvalorizadas, distantes do centro da cidade, escassas em termos de serviços públicos e com precária infraestrutura, estendendo a mancha urbana em direção às periferias da cidade, afetando também os 38 municípios que circundam a capital, formando uma conurbação que é chamada de Região Metropolitana de São Paulo.

As periferias da cidade de São Paulo são marcadas por um crescimento urbano sem planejamento, que Raquel Rolnik chama de urbanismo de risco, caracterizado pela insegurança dos terrenos (por se tratarem de terras com características ambientais frágeis como encostas de morros, beira de córregos, áreas de várzea de rios, áreas próximas à linhas férreas, terras contaminadas, etc.), insegurança das construções (barracos e edificações instáveis, seja pela falta de conhecimento técnico ao construir, seja pela inadequação às condições do espaço físico) e insegurança da posse jurídica daquela terra (falta de documentos que garantam a propriedade do terreno). Esta dinâmica de urbanização produz

um ambiente degradado e tem efeitos diretos não apenas na qualidade de vida dos moradores das áreas periféricas, mas também para toda a cidade. O urbanismo de risco resulta em ocupação de encostas, desmatamento, erosão, deslizamentos, impermeabilização de superfícies, enchentes, inundações, riscos à saúde, degradação de recursos hídricos e despejo inadequado de resíduos sólidos, além de expandir horizontalmente o território ocupado da cidade, distanciando áreas residenciais das regiões centrais nas quais se encontram os serviços públicos e a parte mais aquecida da economia, o que implica em grandes deslocamentos que agravam o trânsito e a poluição do ar (ROLNIK, 1999; JACOBI 2006). Em linhas gerais é possível afirmar que urbanismo de risco envolve uma combinação de espaços físicos e construções precárias que resultam em queda acentuada na qualidade de vida e danos ambientais.

As poucas políticas de habitação elaboradas pelo Estado nas décadas de 1970 e 1980 não consideraram o valor social da propriedade, privilegiando projetos baseados na disponibilidade de terrenos e na capacidade do comprador em arcar com financiamentos. Por esta razão, a maior parte dos empreendimentos se destinou principalmente às classes médias, já que privilegiavam as famílias com condições de arcar com prestações intermináveis e, sobretudo, apenas beneficiaram imóveis localizados em terrenos legalizados, terras que foram fruto de especulação, encareceram e tornaram o preço das habitações inacessíveis para as classes mais baixas. O alto preço dos terrenos próximos às regiões mais centrais direcionou os novos empreendimentos a projetos que provessem um maior aproveitamento da área por meio da verticalização, aquecendo o mercado de prédios de apartamentos residenciais. Em termos de escala, as políticas habitacionais também tiveram cobertura bastante limitada e restrita, ficando muito aquém da demanda até mesmo da classe média. Nesta conjuntura, as saídas para o problema habitacional foram eminentemente soluções privadas, um *laissez-faire* urbano com pouca ou, no caso das

periferias, nenhuma interferência ou acompanhamento do Estado⁴, o que resultou em uma sobreposição de irregularidades e precariedades variadas.

A legislação urbana apresentava características bastante rígidas e restritivas, de maneira que os novos bairros que surgiam estavam em condição de ilegalidade seja pela falta de posse sobre o terreno, pela falta de autorização para a construção ou pela realização de reformas em desacordo com os parâmetros determinados pela prefeitura. A grilagem, fraude, ausência de infraestrutura, desrespeito ao tamanho mínimo do lote estipulado por lei, falta de alvará ou autorização para a construção deram origem às propriedades lesadas por alguma forma de ilegalidade e cujos títulos não podiam ser registrados (CALDEIRA, 2000). Como resultado, até os dias de hoje parte considerável das moradias de São Paulo ocupa ilicitamente terras localizadas nos municípios, a cidade legalizada é minoria e o controle urbanístico é duvidoso. Não há efetiva fiscalização das construções ou observação das regras de ocupação do solo. São Paulo abriga uma imensa cidade territorialmente ilegal, informal e precária, na qual a aplicação da lei urbana é algo paradoxal, não universal, parcial, aleatória e que por muito tempo ficou à margem dos investimentos urbanos realizados pelo Estado.

Nos loteamentos, assentamentos e invasões que não interessaram ao mercado imobiliário, a fiscalização foi praticamente inexistente e ruas e bairros inteiros foram construídos sem qualquer participação do poder público. Como resultado disto no ano de 1989, por exemplo, São Paulo possuía aproximadamente 30 mil ruas ilegais sem asfalto, calçamento, nome oficial ou CEP, a maior parte delas não constava nos mapas oficiais o que se configurou em um sério problema para o planejamento urbano, distanciando quem se dedicava a pensar políticas públicas e a realidade das ruas. Além disso, o domínio de ilegalidades e um contexto de grande distância entre a lei e a realidade abrem espaço para a subjetividade, arbitrariedade, seletividade e alimentaram imensas redes de corrupção que cobram para

⁴ A partir dos anos 1990 surgiram em São Paulo programas habitacionais mais baratos e com capacidade de atender mais famílias, baseados não na construção de moradias novas, mas na urbanização de bairros com construções precárias, levando água tratada, rede de esgotos, iluminação pública, galerias de água pluvial, sistema viário e de pedestres, o que permitiu a entrada de outros serviços como coleta do lixo, atendimento de saúde, entrega de correspondência e melhor acesso dos veículos de transportes em massa (MARICATO, 1995). No entanto, estes projetos foram pontuais, pouco abrangentes e não removiam completamente as diferenças físicas, urbanísticas, administrativas e simbólicas que separam estes locais da cidade formal (ROLNIK, 2006)

fazer vista grossa à falta de adequação à lei, além de uma poderosa fonte de clientelismo para políticos que prometem favores e anistia às ilegalidades (MARICATO, 1995; MARICATO, 2000).

Conforme o problema se agravava se tornou evidente, dada a dimensão e expansão dos territórios em status irregular, que a remoção dos ilegais jamais seria uma opção viável política ou tecnicamente, ainda assim, a lei poderia ser seletivamente aplicada, o que deixou os moradores de áreas irregulares em situação de instabilidade. Além disso, a falta de documentação diminuía a segurança de se investir em melhorias nas casas, aumenta o conflito entre vizinhos, pois não há clareza na delimitação dos terrenos, além de levar a problemas em casos de sucessão, visto que não há um meio de garantir os direitos dos eventuais herdeiros sobre a moradia.

Neste sentido, Boaventura Souza Santos (1980) relata a partir de uma pesquisa etnográfica em uma favela do Rio de Janeiro, de que modo a ilegalidade coletiva de uma comunidade pode afetar e condicionar de maneira estrutural o relacionamento daquela população com o aparato estatal e o mundo do trabalho. A ilicitude territorial permearia todas as relações do grupo com as esferas de poder, pois geraria uma fragilidade que, na visão dos moradores, coloca todos virtualmente na posição de delinquentes, o que afeta o pleno exercício da cidadania. O Estado é visto com desconfiança, está distante como provedor de infraestrutura e também como instituição que deve promover proteção e mecanismos de segurança, controle e ordenação social, papel que a comunidade sozinha não consegue suprir.

Em meio a conflitos, por exemplo, evitar-se-ia ao máximo acionar a polícia que, além de possuir um aparato diminuto e pouca eficiência na ação, também é descrita como uma potencial fonte de incômodo aos moradores. Longe de ser uma instituição criada para defender a população, a imagem é de uma força hostil e com funções repressivas que, dada a condição de ilegalidade local, trata a todos indiscriminadamente como delinquentes. Acionar a polícia poderia significar colocar toda a comunidade em risco, por esta razão, o morador que o faz pode ser visto com certa desconfiança colocar em perigo sua vida ou sua presença na comunidade. Esta é uma das razões para o apelo à soluções privadas de conflitos.

Boaventura cita a frase de um entrevistado que relata as dificuldades de viver em um terreno ocupado e diz *"nós éramos e somos ilegais"*, um raciocínio que liga o status de ilegalidade territorial à própria condição humana dos moradores. Uma ilegalidade existencial que repercute sobre todas as outras relações sociais e institucionais, afetando até mesmo temas que não se relacionam a questão de terra ou habitação:

"Parece que, somente porque a terra não é nossa, o Estado não tem obrigação de nos fornecer água e luz elétrica e a polícia pode invadir nossas casas quando bem entende. Existem mesmo patrões que recusam candidatos a emprego quando estes dão endereço numa favela" (SOUZA SANTOS, 1980).

O Estado com seus benefícios e leis se tornaria indisponível e inacessível e apenas sua face repressiva é reconhecida. Quando a ilegalidade é generalizada, isto afeta não apenas as condições de moradia, mas também as relações com outros órgãos do Estado e com o mercado de trabalho (MARICATO, 1995)⁵. Para a maior parte dos cidadãos que vivem em um espaço de ilegalidade os efeitos podem ser devastadores, pois o status de residente ilegal subverte o direito a cidadania civil, alijando do acesso à lei, direitos e justiça, tirando o Estado da posição de instituição constituída de e para a cidadania, se tornando uma instituição distante e que serve para atender a outros interesses que não os locais (HOLSTON, 2008). Aos moradores cabe a tarefa de resolver por conta própria a grande parte dos problemas que enfrentam.

Em favelas e bairros clandestinos, na ausência de equipamentos e serviços providos pelo poder público, a maior parte das necessidades da comunidade é sanada de maneira privada, a partir da disponibilidade de recursos e soluções administradas pelos próprios moradores. Nem sempre as saídas adotadas são as mais adequadas e muitas delas envolvem algum tipo de ilegalidade como ligações clandestinas feitas a partir de redes oficiais de serviços que, se fossem legalizados e devidamente taxados, dificilmente poderiam ser pagos pelos

⁵ Ilegalidade habitacional, dificuldade de acesso à lei, desigualdades sociais e exploração econômica não são elementos novos na história do Brasil, eles fazem parte da constituição do país desde a colonização (HOLSTON, 2008). No entanto, quando somados a um contexto de crescimento, adensamento urbano e democracia, as consequências se tornaram mais graves e, principalmente, mais visíveis.

moradores com precárias condições financeiras. As casas são autoconstruídas e erguidas muito lentamente, de acordo com a disponibilidade monetária para adquirir o material de construção e contam com a colaboração de parentes e vizinhos que fornecem a mão de obra em troca de uma refeição ou churrasco no final do dia. Eram projetos contínuos, não planejados e nunca totalmente acabados, pois as habitações foram (e são) consecutivamente reformadas para dar lugar à família que cresce.

Neste contexto, o acesso à água se deu por meio de ligações clandestinas com a rede de água encanada da cidade ou através da canalização de bicas e poços feita pelos próprios moradores, que não possuíam qualquer mecanismo de controle de qualidade da água. O esgoto, por sua vez, era encaminhado para fossas, direcionado para córregos ou despejado a céu aberto, gerando graves problemas de saúde pública e provocando doenças e mortalidade, sobretudo infantil. As ligações de energia elétrica eram principalmente clandestinas, feitas a partir de “gatos” como são chamados os fios puxados a partir de um intrincado emaranhado que recobrem os postes de energia que cruzam estas regiões. No entanto, na maior parte das vezes as ligações se destinavam somente para as residências e não havia iluminação nas áreas comuns, o que aumentava a sensação de insegurança. A maior parte das ruas não tinha pavimentação, calçamento ou sistema de sinalização que organizasse o tráfego e lombadas improvisadas foram construídas pela população para instituir um controle de velocidade para os automóveis.

Nos casos em que o sistema de transporte público não tinha a cobertura necessária, surgiram lotações clandestinas, veículos do tipo perua que traçavam um itinerário fixo e circulavam pela região pegando passageiros. As mães trabalhadoras supriam a falta de creches recorrendo a parentes, vizinhos ou mulheres da comunidade que cobravam algum dinheiro para cuidar das crianças na ausência das mães. Como não são todas as casas que possuíam endereço postal, combinava-se com morador, comerciante ou associação de bairro atendido pelo correio que centralizasse o recebimento e avisasse a respeito da chegada de novas correspondências. É comum que os bairros contassem com campinhos de futebol improvisados e mantido pelos moradores como principal equipamento de lazer. A ausência de coleta de lixo era um problema grave que fazia com que os dejetos se acumulassem em terrenos baldios e córregos. Com o passar do tempo, as favelas e áreas

periféricas se adensaram e, para garantir espaço para o crescimento das famílias e acomodar as novas gerações, as habitações autoconstruídas passaram por reformas graduais e contínuas nas quais as edificações ganham extensões e, com a completa ocupação do solo, os quintais e áreas de recuo sumiram, as lajes originaram novos andares e as passagens e as calçadas se tornaram mais estreitas, mudando o cenário local.

Estas foram comunidades construídas praticamente do zero, a partir da ação e esforço dos próprios moradores. As iniciativas e benfeitorias são frutos de ações coletivas e comunitárias dos habitantes locais que se organizam e muitas vezes formaram associações de bairro, instituições que se disseminaram pelas periferias em busca de saídas comunitárias para suprir as necessidades cotidianas dos moradores. A partir destas experiências de organização coletiva, os moradores de favelas e periferias fortaleceram sua participação política e criação de associações abre canais de interlocução para reivindicar e intermediar, junto ao setor público, possíveis benfeitorias nestas regiões.

Desta forma, a criação de espaços tão desiguais e a concentração da pobreza que produzem desrespeito a direitos, falta de acesso à justiça, também se constituem em um poderoso pano de fundo para a propagação da violência e do crime dentro destes bairros. Paradoxalmente, a mesma ausência estatal que ensejou atuantes organizações comunitárias e associações formadas a partir das iniciativas dos moradores com a intenção de melhorar as condições de vida local, também desencadeou outra forma de organização no mesmo espaço físico das comunidades, mas com consequências muito adversas para os seus moradores. Trata-se da ascensão de criminosos e suas quadrilhas e, posteriormente do crime organizado.

Os territórios desprovidos de instituições públicas e serviços, com consideráveis contingentes de “cidadãos ilegais” e jovens sem esperança de uma boa inserção social, permeados por construções labirínticas e intrincadas, tornam-se um cenário ideal para o crescimento de atividades ilícitas como a formação de quadrilhas que realizavam atividades voltadas ao tráfico de drogas e à diversas modalidades de roubos. Os bairros de periferia e as favelas passam a ser vistos como locais de pobreza, marginalidade, violência, considerado a origem da criminalidade que assola toda a cidade e por extensão, os moradores dos

bairros populares são vistos com desconfiança pelo poder público e por cidadãos que residem em outras áreas da cidade.

Crime e criminosos são associados à espaços muito específicos: favelas, cortiços e habitações impróprias. Isto é, espaços precários que fogem do padrão considerado aceitável e são classificados com inadequados, rótulo que se transfere também para seus habitantes (CALDEIRA, 2000). Estes seriam os intrusos, os invasores (que não respeitam à propriedade alheia), os preguiçosos (que moram nestas condições porque têm preguiça de trabalhar), os desestruturados (diversas pessoas dividindo o mesmo espaço, mães solteiras, crianças sem supervisão, etc.) e que vivem no espaço da desordem (a palavra favela é corriqueiramente usada como sinônimo de bagunça e desorganização). A associação é simplista: crime = favela = favelado = criminoso.

No intuito de dizimar esta imagem e minimizar os efeitos da discriminação, surge então entre as camadas populares uma ética que tinha como objetivo a reafirmação do valor daqueles que não tem envolvimento com o crime. Trata-se da ética do trabalho, fonte de satisfação material e moral do trabalhador que desenvolve sua identidade de sujeito digno de um valor superior em razão de seu esforço e dedicação diários ao trabalho que garante o sustento da família. Nesta lógica o trabalho formal e registrado seria um passaporte para a cidadania e a carteira de trabalho com devido registro profissional se torna uma prova de idoneidade, que junto com a marmita na bolsa, o suor nas roupas e os calos nas mãos se transformam em credenciais que poderiam livrar até de um eventual assédio policial. Esta identidade é construída em oposição à dos bandidos, considerados vagabundos por terem atração por dinheiro fácil e poucos escrúpulos para consegui-lo, figuras dúbias que andam armadas e podem representar tanto uma ameaça quanto um recurso de defesa em caso de necessidade (ZALUAR, 1985; CALDEIRA, 2000).

No entanto, as marcas de distinção acionadas por populares para evitar que fossem confundidos com bandidos não funcionaram como uma negativa dos estereótipos que recaem sobre os habitantes das regiões mais precárias da cidade. Na ausência de um repertório alternativo que permitisse combater a estigmatização, as mesmas marcas foram reproduzidas, mas manipuladas e redirecionadas para outro lugar. As pessoas que habitam

as regiões consideradas inadequadas tentam se diferenciar daqueles que estão próximos e apontam que, embora o desajuste exista, eles não são os desajustados. A mesma linguagem discriminatória que recaí sobre si, é usada contra outros. A ideia de desajuste em si não é desconstruída, mas controlada e direcionada para que o rótulo recaia sobre o *outro*. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência para se proteger de agressões, preconceitos e garantir um status de humanidade mais elevado quando este é um valor escasso e pouco inclusivo.

Viver em um espaço ilegal também significa se habituar a conviver e silenciar diante de ilegalidades. Os espaços de moradia popular - tal como os outros espaços urbanos – abrigam populações bastante heterogêneas em termos de origens, trajetórias e composição socioeconômica, trata-se de uma imensa diversidade que é levada a coabitar os mesmos e estreitos espaços físicos e com grande proximidade e visibilidade cotidiana. Por coabitarem os mesmos ambientes da comunidade, trabalhadores e bandidos se reconhecem como tal e estabelecem regras que marcam a distinção, mas visam uma coexistência pacífica entre eles, por esta razão vigora entre estes dois grupos um acordo tênue de respeito e proteção mútuos. Os moradores sabem que não devem se meter nos negócios dos bandidos e não devem denunciar suas atividades para a polícia e, em troca, seriam respeitados e protegidos de crimes praticados pelos bandidos. Aquele que desrespeitar esta regra corre o risco de sofrer retaliações o que, no caso do morador pode ser sua expulsão da comunidade ou mesmo morte e, no caso do bandido, pode ser uma ação de justiça com as próprias mãos desencadeada pelos trabalhadores. Na ausência do que Zaluar (1985) chama de “bandido formado” (um criminoso mais antigo e experiente que estabelece e cobra uma espécie de respeito ética local), os bandidos que desrespeitam trabalhadores e pivetes que querem demonstrar poder abusando da violência correm o risco de sofrerem uma retaliação direta dos moradores, sendo linchados pela comunidade (este é o cenário de parte dos casos de linchamentos registrados nas décadas de 1980 e 1990). No entanto, a convivência entre trabalhadores e bandidos não pode ser confundida com convivência, uma vez que a submissão aos códigos de proteção às quadrilhas não são exatamente uma opção dos moradores, mas sim um mecanismo de sobrevivência desenvolvido em meio à relações de poder tão desiguais nas quais, na ausência do poder estatal, impera a lei do mais forte.

O cenário aqui apresentado buscou apontar quais foram os antecedentes que formam as bases sobre as quais se dão as transformações e o agravamento de problemas já existentes ao longo das décadas de 1980 e 1990. Partindo da política de desenvolvimentismo e crescimento econômico que engendra um processo de urbanização intensificado em plena ditadura militar, procurei apontar como a forte concentração de renda e de desigualdades sociais em um contexto de crescimento urbano resultou na formação de uma cidade precária e formalmente ilegal. A falta de políticas de infraestrutura e políticas habitacionais levou os moradores das áreas mais precárias da cidade a buscarem mecanismos privados para a resolução dos problemas comuns aos bairros, além de torná-los mais vulneráveis à violência urbana e à atuação de quadrilhas.

1.2. Anos 1980 e 1990

Durante a ditadura militar, a maior parte das organizações sociais foi reprimida e eram fracos os canais de participação que permitissem discutir ou tomar parte da elaboração e execução das políticas públicas. A luta contra a repressão política começou de forma clandestina, mas a partir do momento em que o regime perde forças, diversos segmentos sociais passam a se articular publicamente para reivindicar maior abertura do governo e o retorno a democracia por meio de eleições diretas. Grupos de diferentes perfis como moradores de favelas e periferias, sindicalistas, intelectuais, parte da igreja e da imprensa, ou seja, todos aqueles que não estavam sendo representados politicamente e que sofriam com a repressão do regime, passaram a se organizar em torno de uma agenda comum de reivindicações e ações que abarcavam a defesa dos direitos humanos e o restabelecimento da democracia no país. Os atores populares, habitantes de favelas, cortiços e periferias foram considerados personagens novos, expressavam interesses de comunidades com pouco espaço e até então alijadas do exercício de cidadania, mas que ao tornar públicas suas necessidades e reivindicar políticas adequadas (sobretudo relacionadas às questões habitacionais) e trouxeram consigo a esperança de que a democracia poderia produzir justiça social de fato (FELTRAN, 2007).

A mobilização destes segmentos contribuiu para garantir a abertura política por meio da derrota do regime militar em 1984, a transição para um governo civil em 1985 e a

promulgação de uma nova constituição democrática em 1988. Os avanços decorrentes da volta à democracia não foram poucos e dizem respeito, principalmente, a maior transparência das decisões governamentais e reconhecimento da necessidade de respeito aos direitos políticos, civis, sociais e econômicos. Como consequência, a sociedade brasileira tornou-se mais complexa no que tange às relações de classe e intensificaram-se as lutas pelo reconhecimento de identidades e de direitos, o que resultou no aumento de reivindicações para maior participação popular e efetiva solução de antigos problemas (ADORNO, 2002). No entanto, enquanto no plano oficial o Estado de direito foi reformulado e formalmente passou a existir um país estruturado, progressista e com canais de participação, no plano real a democracia não trouxe as soluções esperadas. Persistiram muitos dos problemas relacionados à pobreza, à desigualdade social e aos direitos civis, o tecido social se tornou mais instável e a violência urbana explodiu (FELTRAN, 2007).

Isto não significa que a pressão política dos movimentos sociais não obtiveram resultados, as reivindicações implicaram na maior presença do Estado e a realização de diversas políticas públicas nas áreas consideradas de maior vulnerabilidade, garantindo muitos avanços no que tange a qualidade do processo de urbanização, pelo acesso à água potável e esgoto, serviços de vacinação, acesso à medicamentos, atendimento à gestantes e construção de escolas, pavimentação de ruas, coleta de lixo, regularização de ruas, iluminação pública, etc.

Estas melhorias não foram suficientes para elevar a qualidade de vida da população de baixa renda ao mesmo patamar dos moradores de outras partes da cidade, mas tiveram grande impacto ao melhorar uma série de indicadores sociais usados para avaliar as condições de vida em uma cidade, tais como cobertura do sistema de saneamento básico, cobertura da rede de energia elétrica, redução da mortalidade infantil, elevação da expectativa de vida, aumento de crianças e jovens nas escolas, queda no analfabetismo, etc. (TORRES et al., 2003; KOWARICK, 2002; MARICATO, 2000; ROLNIK, 2006). A melhora nestas condições

também indica ampliação da presença do Estado e diminuição da necessidade de recorrer a soluções privadas para na resolução de problemas comunitários⁶.

Durante as décadas de 1980 e 1990 o Brasil enfrentou altos índices de inflação e passou por quadros de forte recessão econômica que tiveram grandes consequências sociais e ambientais, aprofundando ainda mais as desigualdades e a pobreza urbana, aumentando a exclusão social (MARICATO, 2000). Os governos do período acenaram então para medidas que integrariam o Brasil ao mundo globalizado por meio de um Estado mínimo neoliberal com medidas como abertura econômica, privatizações, flexibilização das leis trabalhistas, terceirização e diminuição do estado de bem estar social.

Os dados dos anos 1980 e 1990 relativos à Região Metropolitana de São Paulo apontam um quadro econômico perverso para a maior parte dos trabalhadores no que tange a níveis de remuneração, desemprego, desassalariamento, trabalho irregular, queda no poder de compra, desvalorização da moeda e altos índices de inflação tornando a pobreza e vulnerabilidade características marcante destas duas décadas. As crises econômicas desorganizam o mundo do trabalho que se torna instável, informal e precário, o que implica na perda da regularidade dos rendimentos e previsibilidade da aposentadoria por tempo de serviço, queda da remuneração, implicando em desenraizamento social, econômico e simbólico.

A classe média também foi duramente afetada pela crise, principalmente durante o plano Collor que confiscou as cadernetas de poupança e diminuiu sua rentabilidade.

A crise dos anos 1990, desencadeada principalmente pela queda no setor industrial, provoca grande desemprego masculino e também entre os jovens, o que amplia a participação da feminina no mercado de trabalho, principalmente dentro do crescente setor de serviços (MONTALI, 2003), alterando estruturas familiares na medida em que mulheres passam a

⁶ A partir do Estatuto da Cidade (2000) e da elaboração de legislações e programas locais, a regularização das áreas ocupadas tem sido feitas via uso capião urbano, concessão especial para fins de moradia e zonas especiais de interesse social (ROLNIK, 2006). Mas mesmo nas favelas que ficam em áreas de risco e sem oportunidade de legalização é possível notar avanços nas condições das habitações e infraestrutura (KOWARICK, 2002).

trabalhar fora, a ficar menos tempo em casa e também a contribuir de maneira decisiva para o sustento da casa. São modificações drásticas que alteram as relações e levam rearranjos de poder dentro das famílias, causando tensões e conflitos internos na medida em que se enfraquece a figura do chefe de família provedor. A entrada da mulher no mercado de trabalho não foi um fenômeno exclusivo das classes populares, o mesmo ocorre com famílias de classe média. Entretanto, estes novos arranjos têm impactos diferentes para as mulheres procedentes das classes trabalhadoras de baixa renda, seja pelas condições de sua inserção no mundo do trabalho (que em razão de sua baixa escolaridade leva a ocupações de baixa remuneração e com vínculos precários) seja pela ausência de uma rede de proteção social tanto privada (não tem condições de contratar alguém para ajudá-la nas tarefas de casa) quanto públicas (faltam vagas em creches e não existem escolas públicas em período integral).

A crise de desemprego gera uma crise na identidade das classes populares. Se a inserção das classes trabalhadoras no espaço da metrópole havia se dado principalmente por intermédio do mundo do trabalho e ainda, se sua dignidade e moral estavam diretamente relacionados ao exercício de uma atividade remunerada regular e sua capacidade de prover para a família, quando o mercado entra em crise, o trabalhador sofre não apenas materialmente, mas também em termos de significação simbólica. São mudanças que implicam em uma percepção de perda de status e diminuição da esperança, uma situação que induz a sensação de exclusão.

Mesmo a entrada da mulher no mercado de trabalho não foi suficiente para mitigar as perdas econômicas das famílias, já que geralmente os postos de trabalho reservados à elas são instáveis e mal remunerados. Entre 1987 e 1993 o número de moradores de favelas e periferias cresce e a origem de parte deles não é o fluxo migratório, mas pessoas que já habitavam a cidade em situações mais confortáveis, não possuíam imóvel próprio e, diante das perdas econômicas, são levadas à uma condição de precariedade. Trata-se de um movimento de mobilidade sócio-habitacional descendente e excludente, uma vez que, sem condições de arcar com os custos de um imóvel autoconstruído, muitas famílias passam a habitar favelas e cortiços (KOWARICK, 2002).

A exclusão aqui citada não pode ser entendida como exclusão total e extrema, mas como uma forma de segregação espacial e simbólica, que priva do usufruto pleno da cidade e de seus serviços e cria um fosso que discrimina em razão do local de moradia, cor de pele e vestimenta. Quando se fala em exclusão a referência não é a um Estado paralelo ou o surgimento de mundos totalmente autônomos, mesmo porque um dos motores do desenvolvimento da cidade legal e estruturada é a mão de obra barata e mal remunerada que habita suas extremidades e, neste sentido, a cidade rica e a cidade pobre estão diretamente relacionadas, a vida precária que leva à exclusão é parte da lógica de exploração do trabalho. A exclusão acontece em meio a uma realidade complexa e dinâmica, permeada por ambiguidades que implicam em diferenças no que tange à qualidade de vida, acesso a direitos e vivências da cidade entre os distintos grupos sociais locais.

A forte recessão e o desemprego também causam impacto nas atividades de mobilização e reivindicações em nível local. A organização e coesão social se enfraquecem, as famílias se desestabilizam e os vínculos são afetados na medida em que cada um precisa se dedicar a resolver seus problemas tão eminentes e urgentes. A expansão urbana sem infraestrutura adequada e a crise econômica se ligam aos problemas relacionados ao crescimento da criminalidade neste período, na medida em que as deficiências no bem-estar de indivíduos, famílias e comunidades afetam a capacidade que estes têm de formar redes e se mobilizar diante de turbulências. Nestas áreas os serviços públicos, quando existem, apresentam menos quantidade e qualidade em comparação com as regiões mais abastadas da cidade. Para parte do funcionalismo público, trabalhar nestas áreas é considerado um ônus, tanto que não são raros os relatos de que o poder público usa transferências para a periferia como forma de castigo e retaliação contra funcionários que causam problemas, são lugares indesejados por concentrarem muitas demandas, condições de trabalho precárias e maior vulnerabilidade com relação à violência.

O crescimento populacional, a crise econômica e o aprofundamento da pobreza a partir dos anos 1990 se relacionam com a explosão da criminalidade que surge como um problema grave, inédito, disseminado e que se torna parte do cotidiano de todos os cidadãos das grandes cidades, independentemente de classe social, escolaridade, gênero, credo, etc. Na Região Metropolitana de São Paulo as taxas de criminalidade subiram continuamente por

cerca de 20 anos seguidos em praticamente todas as modalidades, sobretudo quando consideramos crimes que envolvem a violência, como roubos, extorsão mediante sequestros e principalmente os homicídios, cuja taxa por 100 mil habitantes passou de 17 em 1980 para 44 em 1990 e chegou a 59 em 2000⁷, escalada que se dá em meio a um cenário no qual o acesso à arma de fogo, o tráfico de drogas e crime organizado despontam como os principais agravantes da violência urbana. No entanto, apesar de afetar a todos, a violência não se distribui homogeneamente pela cidade, ela é especializada e bastante desigual e os crimes contra a vida se concentram preferencialmente em determinados locais, principalmente onde os indicadores sociais como nível de renda e escolaridade são mais baixos e desemprego e moradias precárias são mais altos, áreas de alta exclusão social. As mortes têm relação tanto com brigas e desentendimentos entre conhecidos como com o crime organizado, grupos de extermínio e ações policiais. Além disso, os grupos de vítimas da violência fatal também têm características bem demarcadas, são jovens, negros do sexo masculino (PERES, M.F. et ali. 2011).

Porém, não se trata apenas de um aumento quantitativo dos casos registrados, mas principalmente uma mudança de padrão na criminalidade. Se nas décadas anteriores o padrão tradicional de criminalidade estava relacionado aos crimes contra o patrimônio cometidos principalmente por indivíduos ou pequenas quadrilhas, a partir da década de 1980 surge no cenário urbano a figura do crime organizado (ADORNO, 2002). São organizações criminosas transnacionais que fazem uso de um modelo empresarial para gerenciar negócios que movimentam bilhões de dólares por meio da exploração de diversas atividades ilegais (tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas, contrabando, crimes financeiros, etc.) e envolvem circuitos de mercadorias ilegais, lavagem de dinheiro e empregam a violência e a corrupção de agentes públicos para manutenção do domínio de mercado e permanência dos negócios. São organizações que possuem uma divisão do trabalho entre seus membros e se estruturam através de uma hierarquia. Trata-se de um cenário no qual o crime violento é uma tática de dominação, principalmente no

⁷ Dados referentes à Região Metropolitana de São Paulo. Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS): Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e base demográfica do IBGE.

desenvolvimento de estratégias para a conquista ou manutenção de determinada área de atuação ou mercado e em situações de concorrência entre diferentes grupos (LEITE 2005; MINGARDI, 2007).

As mudanças repentinas e significativas com relação às características e volume da criminalidade não foram acompanhadas por avanços equivalentes nos sistemas de segurança pública e justiça criminal, de maneira que impor a lei e a ordem e manter o monopólio estatal da violência se tornaram tarefas mais complicadas, principalmente em meio a uma crise econômica que minguou também os recursos estatais. Os governos democráticos tiveram dificuldades em enfrentar estes problemas e, ao invés de aumentar a eficiência e o profissionalismo das forças públicas e tribunais, apelaram para soluções que tiveram pouco impacto ou até mesmo agravaram a violência urbana (ADORNO, 2002).

Ao longo dos 20 anos de ditadura, as polícias militares estaduais haviam sido transformadas em forças auxiliares subordinadas diretamente ao exército, adquirindo treinamento e experiência em táticas de repressão autoritárias utilizadas naquele momento para suprimir organizações e manifestações da sociedade civil, dentro de uma ideologia de segurança nacional. Com o fim do regime militar e o retorno à democracia, as forças policiais voltaram a ser responsáveis dos estados sem que, no entanto, tivessem sido realizadas reformas institucionais tanto com relação à ideologia, quanto no que se refere às técnicas e modo de atuação. Se na redemocratização diversos setores do Estado foram reestruturados e apresentaram avanços com relação à eficiência de funcionamento, maior participação popular e respeito aos direitos humanos, buscando se adequar aos desafios de governar em uma sociedade democrática, no que tange aos setores de segurança pública, justiça criminal e administração penitenciária pouco foi feito. As estruturas de poder e a forma de atuação permaneceram praticamente as mesmas do regime anterior (MESQUITA NETO, 2011). Desta maneira, as práticas de repressão que sempre fizeram parte da atuação das forças públicas no Brasil, foram aprimoradas durante o governo militar na ocasião da aplicação contra os inimigos políticos do Estado e passaram então a fazer parte do repertório de combate à crescente criminalidade urbana dentro de um Estado democrático. A polícia e seus dirigentes continuaram a utilizar linguagem, repertório e táticas de guerra, agindo como um exército em estado de exceção ao considerar suspeitos e criminosos comuns como inimigos

que, dentro de uma lógica militar, devem ser abatidos. A intensificação destas práticas, ao invés de combater a violência, agravou paulatinamente sua extensão e gravidade, de maneira que abusos, torturas, homicídios e esquadrões da morte com participação de policiais se alastraram, ao mesmo tempo em que imperou a impunidade ou mesmo o estímulo e encorajamento para este tipo de ação, assim como também houve leniência para com outras graves violações dos direitos humanos, como a ação de vigilantes e os linchamentos praticados pela população (ADORNO, 2002; CALDEIRA, 2000).

O crescimento da violência por parte das instituições policiais é concomitante com a ascensão da violência urbana nas décadas de 1980 e 1990 na cidade de São Paulo. O paralelo não para por aí, tanto os homicídios quanto a violência policial apresentam maior incidência nas periferias da capital (PERES et al., 2008), áreas que acumulam carências e desrespeitos aos direitos fundamentais, além de concentrarem ainda a maior parte das execuções sumárias e linchamentos (RUOTTI et al, 2009). Os homicídios, a violência policial e os linchamentos também coincidem com relação às pessoas que vitimam: são homens, jovens, membros da classe trabalhadora e habitante das periferias.

A partir dos anos 1980, a questão do controle do crime se torna um elemento de grande relevância no cenário político, revelando com clareza a oposição entre grupos com concepções muito diferentes a respeito de como lidar com os problemas de segurança pública. De um lado estão os grupos que apoiaram o retorno à democracia e que defendem propostas como reforma as polícias, erradicação da corrupção e dos abusos, controle do uso da força, aumento da profissionalização e eficiência, foco na prestação de serviços, maior proximidade com a comunidade e uma atuação pautada pela legalidade, respeito à lei e aos direitos humanos. De outro lado estariam os conservadores, partidários da ideia de que a polícia deveria agir de maneira enérgica no controle do crime, mesmo que para isto tivesse que fazer uso da violência contra suspeitos. Dentro deste entendimento, o aumento de mortes praticadas por policiais seria um sinal de eficiência, apenas danos colaterais de um trabalho bem feito já que a culpa pela morte invariavelmente recai sobre aquele que foi morto. A proposta de um controle muito meticuloso sobre as ações policiais é vista como problemática, pois desta forma os policiais deixariam de agir por receio de serem punidos.

Um dos grandes paradoxos da democracia brasileira é que os direitos humanos passam a ser objeto de contestação exatamente no momento em deveriam se tornar universais. É no final do regime autoritário (combatido e deposto por não respeitar direitos) e durante a instauração do regime democrático (fruto de um movimento vitorioso, reivindicava o retorno ao Estado Democrático de Direito) que os direitos humanos passam a ser rechaçados, vistos como algo negativo e reprovável. Quando os grupos que lutaram pelos direitos dos presos políticos denunciando todas as formas de abusos a que eles foram submetidos no cárcere se voltam para apontar a existência destes mesmos problemas com relação aos presos comuns que a ideia de direitos humanos se torna intragável para parte considerável da sociedade brasileira (CALDEIRA, 2000).

Como já mencionado, a redemocratização coincide com a explosão da violência urbana em grandes cidades e em São Paulo não foi diferente, pois foi durante o governo Montoro (1983-1987), primeiro governador eleito no regime democrático, que os crimes violentos passam a ser uma grande preocupação compartilhada na sociedade. Paradoxalmente, este foi um governo com uma plataforma humanista e que se posicionou claramente em termos de defesa dos direitos humanos, com propostas que visavam à humanização dos presídios e maior controle da força policial. Tal agenda foi duramente combatida por opositores políticos, policiais e jornalistas populares que manipulavam a sensação de medo do crime e articulavam toda sorte de preconceitos, estereótipos e crenças com o intuito de apontar estas políticas humanistas como as responsáveis pelo aumento da violência ao garantir privilégios para bandidos (qualquer pessoa suspeita ou envolvida com a criminalidade era apresentada como a essência de todo o mal) (CALDEIRA, 2000). O argumento principal é que, sem o receio de sofrer violência ou serem mortos dentro e fora da prisão, os bandidos e potenciais bandidos estariam se sentindo livre para agir, além disto, eles seriam beneficiados por direitos que dificultariam sua apreensão e apresentariam obstáculos para sua

manutenção na prisão. Princípios e garantias legais são apresentados como estímulos à impunidade⁸.

O tema da segurança pública ganha bastante importância na esfera política na medida em que a avaliação que os eleitores fazem de eficiência a competência de uma gestão pública depende também da capacidade de manter a ordem e garantir a paz pública que os governantes no poder demonstram para a população (BARREIRA, 2004). O discurso de eliminação de criminosos e guerra contra o crime passa a ser um poderoso recurso político amplamente explorado por discursos conservadores que criticavam a democracia e saídas democráticas, pregando ações duras do Estado como remédio para a violência e associando políticas de direitos humanos à defesa dos interesses dos criminosos. Ainda que as ações violentas da polícia não tenham qualquer efeito prático no combate efetivo à criminalidade violenta (PERES et al., 2008), este elemento não parece relevante para dissuadir a maior parte da população que apoia e de certa forma espera respostas imediatas e visíveis, mesmo que antidemocráticas. Para os políticos conservadores que buscam aprovação popular, o que importa é propagar a imagem de um governo em ação, lutando bravamente em uma guerra para defender o homem de bem, principalmente durante crises de segurança quando as demonstrações de força ficam a cargo de operações pontuais de forte apelo midiático. Ações que envolvem muitos equipamentos e considerável efetivo, geralmente em bairros populares, com curta duração e que suscitam muitos relatos de abusos e resultados bastante questionáveis. Desde a passagem para o regime democrático, este tem sido um discurso que garante muitos dividendos políticos e auxiliou a eleição de governadores, deputados, prefeitos e até vereadores⁹.

A imprensa popular que se dedica à cobertura de casos policiais também teve e ainda tem um papel fundamental em rechaçar direitos humanos e propagar a ideia de que respeitar direitos de suspeitos e criminosos é estimular o crescimento da violência e da criminalidade.

⁸ Estas são concepções que se repetem sistematicamente nas declarações das pessoas nos jornais quando explicam as razões que levaram aos linchamentos, estes dados serão apresentados no capítulo em que apresento e analiso os dados desta pesquisa.

⁹ Estes dois últimos sem qualquer poder prático sobre o direcionamento das ações policiais.

Durante a década de 1980 o jornalismo policial radiofônico representado por figuras como Gil Gomes, Afanázio Jazadji e Wagner Montes garantia a liderança da audiência ao fazer a defesa da pena de morte, da tortura de presos, da justiça pelas próprias mãos e do extermínio de suspeitos; criminosos em programas de forte apelo dramático e em formatos que se aproximavam de folhetins. A partir de dicotomias e simplificações como certo/errado, trabalhador/vagabundo, honesto/desonesto, bem/mal estes radialistas construíam e transmitiam uma visão de mundo e uma moral binária que condena sumariamente os acusados, que não tem direito à palavra ou à defesa e são tratados por adjetivos como “safado”, “ordinário”, “sangue ruim”, “perverso”, “imundo”, “louco”, “mau”, “terrível”, etc.

A identidade do trabalhador criada em contraposição com a do bandido, empregada como um mecanismo de defesa contra a discriminação daqueles que vivem em bairros populares (ZALUAR, 1985), na retórica dos radialistas se torna uma relação de mocinhos e bandidos, colocando na categoria bandido qualquer suspeito de cometer um crime e, na categoria trabalhador honesto, todos aqueles que agem para refrear ações criminosas, incluindo policiais que abusam da força, cometem execuções e também os cidadãos que “não tem sangue de barata” e por isso fazem justiça com as próprias mãos. Nestes mesmos programas os policiais são retratados como heróis e enaltecidos, principalmente em ações que resultam na morte de acusados e em alguns casos os radialistas defendem que a população tome atitudes e faça justiça. Apesar da cobertura diária e sistemática de casos com exatamente as mesmas características, a abordagem nunca é contextualizada e o problema parece sempre ser individual e circunscrito, obra do desvio de conduta e da má índole dos criminosos que não tem recuperação. Nesta lógica, a eficiência das ações do poder público é avaliada a partir da eliminação do criminoso e não da criminalidade (COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, 1985).

A mesma linguagem, estrutura e forma de noticiar casos de violência também fizeram parte de jornais impressos como *Notícias Populares* e, no final da década de 1980, chega à televisão pelo jornal *Aqui Agora*, modelo que solidifica e garante o espaço permanente deste formato na televisão que se propaga por meio de outros títulos como *Cidade Alerta*, *Brasil Urgente*, *190 Urgente*, *Repórter Cidadão*, etc. Produtos de qualidade questionável, focados

principalmente na superexposição de grandes tragédias e casos de violência, dramatização acontecimentos em busca de audiência¹⁰.

A ascensão da violência urbana e a incapacidade do Estado em lidar com ela desencadeiam o sentimento de medo do crime que se propagam entre os cidadãos das mais variadas classes sociais. O medo é resultado de uma sensação de insegurança e vulnerabilidade frente ao aumento da violência. Um ciclo que se inicia com o aumento do número de pessoas vítimas ou em contato com vítimas de violência e tem como consequência imediata a evitação de pessoas e lugares (que ficam estigmatizados), o enfraquecimento de laços de sociabilidade e a queda na confiança interpessoal, diminuindo a capacidade do Estado em oferecer respostas para a criminalidade, desencadeando uma sensação de impunidade e de que as leis não têm valor, o que resulta no apoio do uso da força para a resolução de conflitos, aumentando a violência e alimentando o ciclo do medo. O apoio às políticas de segurança pública baseadas no uso indiscriminado da violência e o apoio às ações de execução e linchamentos, são resultado de uma combinação de ausência de políticas efetivas e do medo.

O medo e a desconfiança são elementos que estruturam o cotidiano e modo de vida das pessoas que levam em conta a sua situação de vulnerabilidade e acionam mecanismos de autodefesa e retraimento que implicam na evitação do outro (KOWARICK, 2002). Pessoas com medo podem mudar seu comportamento em busca de uma situação segura, o que implica em evitar situações, lugares, horários e pessoas consideradas de risco. Este movimento afeta profundamente a dinâmica da cidade na medida em que diminui os encontros e a convivência entre os diferentes e fomenta a segregação e fragmentação urbana, afetando pilares da democracia como tolerância, igualdade e liberdade. A segregação urbana cria uma distância que provoca desigualdades, estigmas, discriminação, preconceito, repulsa, rejeição e a negação de direitos daqueles que são percebidos como inferiores, diferentes ou distantes. A partir de uma visão maniqueísta do mundo social

¹⁰ Em entrevista ao programa Roda Vida da TV Cultura em novembro de 2011 o apresentador José Luiz Datena, que comanda programas com estas características há mais de 15 anos confessou que considera seu programa “horroroso”, mas precisa pagar suas contas e este formato tem boa audiência.

(bastante explorada pela imprensa popular e por políticos conservadores) identidades são construídas por meio de oposições, de forma que os grupos marginalizados são estigmatizados como portadores de um valor humano inferior. Caldeira (2000) retrata como as experiências desorganizadoras do mundo (crise econômica, violência, mudanças políticas) desencadeiam experiências de perda e fragilidade que podem fortalecer ou fazer surgir preconceitos contra grupos específicos da população, naturalizando a percepção construída de que estes são perigosos. Por meio de explicações simplistas e estereotipadas um imaginário social binário ganha força associando certos grupos a certos comportamentos, como se dá na relação constantemente reafirmada pelos entrevistados da autora entre pobreza e criminalidade, um imaginário que perpassa diferentes classes sociais (ainda que muitas vezes de forma ambígua) e tem o poder de influenciar a forma como as relações são conduzidas. O olhar sobre os outros como seres ameaçadores abre espaço para uma mentalidade exterminatória. Não se trata, portanto do outro excluído e confinado, trata-se daquele que é visto como risco e por isso demonizado, a encarnação do mal pode e precisa ser eliminada (KOWARICK, 2002).

A relação entre crime e maldade particulariza as percepções sobre a violência e fazem com que elas se concentrem no nível do indivíduo. Caldeira (2000) mostra que o mal é visto como uma força muito poderosa que possuiria a capacidade de se infiltrar, contaminar, se espalhar e dominar os lugares e as pessoas mais vulneráveis. Nesta perspectiva, a maldade é irracional, bárbara, sem sentido e domina as pessoas de mentalidade fraca (mulheres, crianças, jovens, nordestinos, negros, pobres, usuários de drogas, deficientes mentais) e os espaços da desordem (onde habitam as más companhias). O controle da maldade envolveria a construção de barreiras que evitaria sua difusão, seja por meio da disciplina (mulheres e crianças fechados dentro de casa; jovens, nordestinos, negros e pobres trabalhando, pois o ócio é a oficina do diabo; usuários de drogas e deficientes mentais contidos e encerrados), seja pelo exercício de uma autoridade que combata a maldade duramente. Uma vez que se propaga facilmente, quando localizado, o mal precisa ser rápida e cirurgicamente removido, com o risco de se espalhar como um câncer.

Reabilitar alguém que foi contaminado pelo mal é tarefa quase impossível, uma vez contaminado isto passa a fazer parte do próprio ser que se torna irreversível, propenso à

violência e ao crime. Quando os discursos se baseiam na dicotomia simplista entre o bem e o mal sem qualquer matização, sem considerar as diversas dimensões de um problema, e ainda, quando as falas se concentram apenas no plano do indivíduo e do desvio individual, com foco em sua suposta natureza ou contaminação perversa, as únicas soluções apontadas passam pela segregação e eliminação do mal, saída com consequências preocupantes para a democracia.

Somando-se o aumento e mudança nos padrões de criminalidade, à baixa eficiência do Estado no sentido de conter este avanço coibindo, investigando e punindo crimes (inclusive aqueles praticados por seus próprios agentes), à escalada do medo e do distanciamento do outro e a percepção da violência como resultado da maldade individual, temos como produto final o descrédito das instituições promotoras de segurança e justiça, o que alimenta a falta de confiança e distanciamento das instituições e o apelo à soluções privadas e muitas vezes antidemocráticas para conter estes problemas. O repertório de soluções adotadas vai depender particularmente dos recursos e capital disponíveis por cada comunidade. Para se proteger da violência, as pessoas podem acionar elementos extralegais ou mesmo ilegais por meio de medidas simbólicas como o preconceito, a estigmatização, a evitação e o distanciamento; ou medidas físicas, com a criação de barreiras como muros e grades que protejam do mal, ou mesmo a busca por eliminar aquele que é considerado o foco do problema, por meio de apoio à grupos de extermínio, execuções e linchamentos.

A partir da década de 1980 entra em cena um lucrativo e crescente mercado de segurança privada que tem como objetivo garantir a segurança pessoal e patrimonial daqueles que podem e se dispõe a pagar. Neste mercado, tanto os recursos humanos que formam um verdadeiro exército de vigias, quanto os proprietários e gestores das empresas que fornecem estes serviços são oriundos principalmente dos quadros de segurança pública. Trata-se de profissionais que estão em claro conflito entre interesses públicos e privados, uma vez que, se por um lado são contratados pelo Estado para combater a criminalidade, por outro, lucram com sua expansão. Além disto, uma parte considerável deste mercado existe clandestinamente, seja porque as empresas e vigilantes não têm registro na polícia federal como manda a lei que regulamenta o setor, seja porque, de acordo com a corporação a que pertencem os policiais, o “bico”, como é chamado o exercício de outra

atividade remunerada em momentos de folga, não é permitido (ainda que na prática exista certa convivência de membros da própria corporação que toleram extraoficialmente estas atividades por reconhecer os baixos salários pagos aos policiais). No começo dos anos 2000 estimava-se que cerca de metade dos vigilantes que trabalhavam com segurança privada em São Paulo não estava legalizada, são cerca de 95 mil legalizados e 100 mil clandestinos, em face a um efetivo de 79 mil homens na Polícia Militar (CUBAS, 2005)¹¹.

A segregação urbana e a busca por segurança também provocam mudanças na arquitetura da cidade, com o surgimento de muros e grades que cercam espaços privados de moradia, trabalho e lazer das classes situadas em estratos socioeconômicos elevados, formando enclaves fortificados que contam com controles de acesso que diminuem a livre presença e circulação de todos aqueles que são diferentes e, portanto, ameaçadores. A adesão aos enclaves fortificados significa a homogeneização e o isolamento interno, de forma que aqueles com alto poder aquisitivo passam a habitar espaços cada vez mais controlados e protegidos nos quais apenas têm contato com seus pares. As únicas ligações existentes com pessoas de classes diferentes são mediadas por relações econômicas e de poder, nunca em um ambiente em que são vistos como iguais.

Os mecanismos de evitação de contato e encontros com o outro diminui qualquer possibilidade de identificação com aquele que pertence a grupos sociais diversos, o que contribui para sua desqualificação e desumanização. Na ausência de contatos, aquele que está distante se torna impalpável, virtual, importa cada vez menos e, quando visto como uma potencial ameaça, é passível de eliminação. Os enclaves fortificados evitam qualquer contato com a cidade, a rua, a vida pública e o imprevisível, fechando-se em muros e ambientes controlados e monitorados. Dentro dos condomínios fechados não existem grades e muros, mas seus limites são fortemente demarcados por paredões que protegem e

¹¹ Além da atuação dos profissionais, o mundo dos negócios da segurança privada inclui ainda o desenvolvimento de um sofisticado comércio de equipamentos de segurança de vigilância como câmeras, centrais de monitoramento, radiocomunicadores, cercas, grades, guaritas, alarmes, carros blindados, aquisição de armas de fogo, cursos de formação de profissionais, cursos para funcionários de condomínios, cursos de defesa pessoal, treinamento de cães de guarda, um proveitoso nicho comercial que faz negócios tanto com empresas, condomínios e indivíduos, quanto com o próprio Estado.

evitam que sejam vistos, mas também impedem que vejam a cidade. Em um tecido urbano entrecortado por paredes os espaços públicos são esvaziados, enfraquecendo a sociabilidade e a busca por soluções comuns para problemas cotidianos (CALDEIRA, 2000; KOWARICK, 2002).

A exclusão territorial, a violência, a ineficiência do Estado e o medo também têm consequências para a urbanização e a sociabilidade daqueles que habitam bairros mais precários. Os moradores destas áreas sofrem com a maior vulnerabilidade à violência e ao conflito em razão das características espaciais dos bairros como a falta de iluminação pública, a concentração de terrenos vazios, a existência de matagais e construções abandonadas e a falta de transporte público. Na lacuna deixada pelo poder público na promoção de espaços seguros e, na ausência de condições financeiras para prover o mesmo aparato de segurança profissional privado mobilizado pelas classes médias e altas, nas comunidades menos abastadas as tarefas de vigilância locais ficam sob a responsabilidade da própria população residente.

A partir da intensa vivência no espaço público da rua, os moradores estabelecem relações que os tornam familiarizados com seus vizinhos e movimentos cotidianos de cada um deles, facilitando a identificação de problemas e o desencadeamento de medidas de proteção da comunidade diante de situações consideradas anormais ou perigosas. Trata-se de um sistema informal que afirma a interdependência e reforça as redes de sociabilidade e reciprocidade das relações entre os vizinhos, de maneira que a segurança é garantida pelo engajamento e não pelo isolamento (Caldeira, 2000). Todos os moradores compartilham a responsabilidade pela segurança do entorno, um deve olhar pelo outro e todos devem manter os olhos sobre a rua.

Este sistema informal de segurança sofre efeitos negativos e perde uma parte de sua eficiência a partir da escalada da violência que afeta as relações de sociabilidade entre vizinhos. Nas periferias as casas também passam por um processo de fortificação por meio do uso de grades e mudança de comportamentos como maior desconfiança com relação a estranhos, menor liberdade para crianças brincarem nas ruas, mais cuidado ao sair em determinados horários ou passar por determinados locais. O espaço público da rua não

perde seu caráter de palco de interações entre os vizinhos, mas ao passo em que a violência avança, estas interações perdem vitalidade e intensidade em razão das medidas de proteção adotadas (CALDEIRA, 2000). A exposição direta ou indireta à violência também afeta a coesão social quando gera desconfiança, medo, diminuição do diálogo, distância entre as pessoas, esvaziamento dos espaços públicos, dificuldade na identificação de problemas comuns e diminuição das ações coletivas, principalmente ao agir para proteger grupos vulneráveis em situação de risco (CARDIA E SCHIFFER, 2002).

Além disso, a segurança também pode ser provida por criminosos que promovem proteção dos moradores em troca de proteção de suas atividades, um ciclo vicioso que enfraquece o Estado e aumenta a violência continuamente (ZALUAR, 1985). Em termos de justiciamento, as soluções privadas incluem a atuação dos esquadrões da morte, justiceiros e grupos de vigilantes que reagem contra criminosos que praticam delitos e tiram o sossego da comunidade, além dos linchamentos.

A experiência da violência afeta a qualidade da democracia no período em que ela deveria estar se consolidando. O espaço da cidade, que deveria ser o lugar de promoção da tolerância, convivência e vida pública se torna o espaço da fragmentação, da segregação, do privado, dos muros e do medo, ou seja, uma cidade não democrática. A democracia pressupõe o reconhecimento do outro como um concidadão apesar de quaisquer diferenças, de forma que, quando as pessoas não se reconhecem como pares e impera a segregação, a qualidade da democracia e da cidadania está comprometida (CALDEIRA, 2000).

José Murilo de Carvalho (2005) aponta que a lógica clássica de conquista da cidadania que envolve a conquista gradual de direitos civis, depois políticos e por fim sociais foi invertida no Brasil. As conquistas com relação aos direitos sociais datam da era Vargas (trabalhistas), os direitos políticos foram conquistados por duas vezes (a última no começo dos anos 1980) e a garantia de direitos civis são uma conquista mais recente, a partir da Constituição de 1988. A partir desta ordem inversa, Caldeira (2000) argumenta que vigora no país uma democracia disjuntiva, isto é, embora se tenha conquistado uma democrática política e os direitos sociais tenham sido razoavelmente legitimados, os direitos civis e individuais continuam sendo violados e as intervenções no corpo são amplamente toleradas.

Quando os discursos sobre o crime são classificatórios e se articulam com base em categorias estereotipadas de oposição entre o bem e o mal, os direitos de cidadania passam a ser contestados. Em um contexto de escalada da violência, o Estado incapaz de atender as demandas da população, desigualdade econômica e segregação, os direitos se tornam um bem escasso, um privilégio que se destinariam apenas às “pessoas de bem”, deixando de fora todos aqueles que são identificados como contaminados pela maldade. O argumento principal é de que se a população de bem não tem os seus direitos respeitados, por que os criminosos deveriam ter estes privilégios? Por que o Estado deveria gastar seus poucos recursos com processos e presos enquanto boa parte da população respeitadora das leis sofre com péssimas condições de vida? Nesta perspectiva, os direitos humanos trabalhariam contra os cidadãos honestos e a favor dos bandidos.

Este discurso tem levado à reivindicação de punições cada vez mais severas aos criminosos na medida em que a população associa métodos humanitários ao aumento do crime. Ainda que seja proibida e não seja praticada oficialmente à cerca de dois séculos, a pena de morte continua sendo assunto recorrente no debate público brasileiro sobre segurança, trazida à tona sempre com uma conotação de vingança, de que as pessoas que cometem crimes são dominadas pelo mal, irremissíveis e executá-las significaria prevenir a ocorrência de novos crimes. Pesquisas apontam que boa parte da população vê o sistema judiciário como fraco, tendencioso e ineficiente (CARDIA et. al, 2012). No entanto, ao invés de considerar uma reforma (que legitimaria este sistema), a punição passa a ser pensada em termos de infligência do sofrimento ao corpo. Caldeira destaca que essa referência ao universo da vingança privada, imediata e física revela uma concepção do corpo e da infligência da dor como um meio de desenvolvimento moral e social, uma forma de criar ordem. As ações privadas e violentas são vistas como legítimas em uma luta para a erradicação da difusão do mal.

Para a autora, essa noção de corpo submisso, manipulável e incircunscrito está relacionada à deslegitimação dos direitos civis. No Brasil este corpo é historicamente desprotegido pela ausência de direitos civis e não existem barreiras e limites à interferência e abuso dos outros, é um corpo sem integridade. A punição é uma estratégia de controle que se inscreve nos corpos, quando eles se afastam da norma, a punição acontece.

1.3. Anos 2000¹²

A primeira década do século XXI foi, de certa forma, um ponto de inflexão no qual muitas das dinâmicas até aqui narradas sofreram alterações. A primeira e talvez a mais impactante tem relação com as profundas transformações econômicas pelas quais o país passou nos últimos 10 anos.

A origem da inflexão econômica está na estabilização da moeda por meio do Plano Real (1994) na década precedente, que significou a superação das recorrentes crises econômicas anteriores, com a criação de uma moeda estável e o controle da inflação, que pavimentaram o caminho para o crescimento econômico do país em longo prazo. Entre 1993 e 1995, o número de brasileiros em situação de miséria que vivia nas metrópoles brasileiras passou de 23% para 16%¹³, no entanto, em razão de uma série de medidas que deixou o país dependente do capital financeiro e vulnerável à crises externas, a diminuição da pobreza estancou-se e as desigualdades sociais se mantiveram, atingindo principalmente a população das grandes cidades. Gradualmente o número de miseráveis nestas regiões chegou a 20% da população e boa parte dos ganhos obtidos com o plano real em termos de combate à pobreza foi neutralizada.

A partir de então, os dados socioeconômicos se tornam mais animadores. Entre 2001 e 2009 a renda per capita média no brasileiro¹⁴ subiu 23%, um número bastante expressivo, mas que se torna realmente significativo quando observamos os dados desagregados. O país já havia passado por outros períodos de intenso crescimento econômico, no entanto, esta foi a primeira vez que a base da pirâmide foi mais beneficiada do que seu topo. A renda dos 10% mais pobres cresceu 69%, percentual que cai paulatinamente à medida que nos aproximamos do topo da pirâmide, onde estão os 10% mais ricos, cuja renda subiu 12,5% no mesmo período. A miséria cai de maneira contínua e consistente e ao final da década ela foi

¹² Esboçar um panorama da contemporaneidade é uma tarefa consideravelmente difícil, visto que as análises e explicações para a maior parte dos dados ainda enfrentam intensos debates e não estão consolidadas. Por esta razão, esta seção pode ser considerada mais exploratória que as anteriores.

¹³ Dados do Centro de Políticas Sociais da FGV-RJ

¹⁴ Desconsideradas perdas com a inflação.

reduzida em 50% e os grupos mais beneficiados pelo aumento de renda foram justamente aqueles que sempre foram apontados como os mais vulneráveis: mulheres, negros, analfabetos, moradores das periferias e do campo. Estes números estariam ligados principalmente ao crescimento econômico, queda no desemprego (expansão do setor de serviços), mudanças nas características etárias das famílias, melhora nos níveis educacionais, aumento do salário mínimo e políticas de distribuição de renda (IPEA, 2006; NERY, 2011)

A melhora na distribuição de renda teria significado maior mobilidade social. No ano de 1992 a composição social do país era a seguinte: Classes D/E, 62%; Classe C, 32,5%; e Classe A/B, 5,5%. Em 2009 passou a ser Classes D/E, 38,9%; Classe C, 50,5%; e Classe A/B, 10,5%. (NERY, 2010). O emprego formal cresceu e os principais polos de atração foram os setores de serviços, comércio, construção civil, escriturário, indústria têxtil/vestuário e atendimento ao público, com remuneração média de 1,5 salários mínimos. Pochmann destaca que se tratam de postos de trabalho com características mais instáveis como trabalho para famílias, atividades primárias e autônomas, trabalho temporário e terceirizado, e aponta ainda que, embora na década o número de pessoas ocupadas tenha crescido bastante, o número de trabalhadores sindicalizados permaneceu estável (POCHMANN, 2012).

É preciso pontuar aqui que, embora em queda, o nível de desigualdade brasileiro continua bastante elevado, pois, enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40% (CASTRO & VAZ, 2011).

Os indicadores sociais refletem a diminuição da pobreza. Entre 2001 e 2008, o número médio de anos de estudo da população brasileira com mais de 15 anos de idade passou 6,3 para 7,4 anos, e a taxa de analfabetismo caiu de 12,4% para 10%. No mesmo período, o número de alunos que frequentam o ensino médio (na idade esperada de 15 à 17 anos) foi de 36, 7% para 50,4% e o número de alunos no ensino superior (na idade esperada de 18 à 24 anos) passou de 8,8 para 13,6%, nas áreas metropolitanas este número chega à 18% (CASTRO, 2011).

Com relação à qualidade dos domicílios, entre 1998 e 2008, o saneamento básico (água, escoadouro de esgoto e coleta de lixo) cresce 10 pontos e passa de 56% para 66% dos domicílios. A qualidade da moradia também melhora, o percentual de habitações

consideradas adequadas (feita de materiais duráveis, com água encanada e até 3 moradores por dormitório e banheiro) passa de 78% para 88%. O maior ritmo de crescimento se dá entre bens de consumo, o percentual de casas que possuem o conjunto intermediário de bens de consumo duráveis (fogão, geladeira, rádio, TV e telefone) passa de 28,6% em 1998, para 73,6% em 2008. Fica evidente que o grande impacto do crescimento na década foi ampliação do consumo (OSÓRIO & SOUZA, 2011).

Muito tem se falado da ascensão da Classe C ao status de “nova classe média”, no entanto, segundo Pochmann (2012), esta ideia precisa ser vista com cautela. De fato houve aumento de renda e em níveis de emprego, mas se considerarmos aspectos como nível de rendimento, ocupação, perfil e atributos pessoais, ainda estamos falando da classe trabalhadora. No entanto, trata-se de uma classe trabalhadora com maior capacidade de consumo, mais despolitizada, mais individualista, mais aderente à sociabilidade capitalista e distante de organizações e movimentos sociais. Em certo sentido, existem semelhanças entre as classes médias tradicionais e esta nova classe trabalhadora, uma vez que, a maior parte de seus membros não ambiciona melhorias nos serviços públicos, mas aspira uma renda que torne possível arcar com serviços privados de saúde e educação, a aquisição de automóvel, o financiamento de imóveis e passeios de final de semana no shopping. O eixo das reivindicações é deslocado da luta por cidadania para o respeito aos direitos de consumidor.

Com relação à segurança pública, os números do período também expressaram consideráveis avanços, principalmente no que se relaciona aos homicídios. Entre 2001 e 2008 a taxa de mortalidade por homicídio caiu quase 74%, passando de 56,4 para 14,9 por 100 000 habitantes. Esta queda foi mais pronunciada em homens, -74,5%; jovens de 15 a 24 anos -78,0% e moradores de áreas de exclusão social extrema, -79,3%, atingindo principalmente homicídios cometidos com armas de fogo -74,1%. De maneira simplista, é possível afirmar que, assim como o aumento de renda beneficiou principalmente aqueles grupos mais vulneráveis, também no caso da redução dos homicídios foi justamente no perfil vítimas mais comuns (homens, jovens, moradores de periferia) que as mortes recuam.

Diversas hipóteses explicativas para esta queda ainda estão em debate, são considerados fatores como a evolução do país em termos de nível educacional e renda, aspectos demográficos como a redução do contingente de jovens (as maiores vítimas), políticas públicas como a lei do desarmamento, avanços técnicos no sistema de segurança pública, além da política de encarceramento em massa de criminosos e a ascensão do crime organizado como força reguladora de condutas, principalmente nas periferias, onde os homicídios tiveram maior redução. Estes dois últimos itens serão os mais explorados aqui.

Em 1983, São Paulo tinha 14 unidades prisionais e cerca de 10 mil presos, a maior parte deles concentrados na casa de Detenção, o Carandiru. Naquele ano, sob a égide do então governador Montoro, traçava-se um plano de humanização das prisões que foi duramente criticado e causou muito desgaste ao governo. Os anos subsequentes (1987-1994), foram marcados por diversos retrocessos com relação às condições das prisões e muitas ações de arbitrariedade durante as gestões de Quéricia e Fleury (vide casos como o 42º DP em 1989 e Massacre do Carandiru, 1992). O governo Covas trouxe uma pequena inflexão, com a retomada parte da agenda de defesa de direitos humanos em diversos aspectos do seu governo, mas enfrentou uma série de rebeliões nas prisões, organizadas por presos que passaram a se estabelecer como uma força relativamente poderosa, reivindicando melhores condições e também procurando impedir a transferências de alguns de seus líderes para presídios mais duros (SALLA, 2007).

O número de presos no estado cresce continuamente e, entre 1994 e 2005, a população encarcerada passa de 55 mil para 138 mil presos, com um impacto negativo imenso nas condições da habitabilidade dentro das carceragens, provocando déficit nos serviços de assistência aos presos (judiciária, saúde e educação) e contribuindo para a articulação dos presos dentro das unidades. As primeiras notícias a respeito da existência de um grupo fortemente organizado dentro das cadeias de São Paulo são de 1997. Mas, é a partir de 2001, com uma mega rebelião organizada dentro de 29 presídios do estado que a existência do Primeiro Comando da Capital (PCC), se torna evidente, a partir das demonstrações de força, domínio das unidades e extrema capacidade de articulação. Diante desta realidade, o governo busca criar mecanismos severos de controle da população carcerária, com a

construção de prisões de segurança máxima e o estabelecimento de regimes diferenciados mais restritivos (SALLA, 2007, ADORNO & SALLA, 2007).

Ainda que tenha nascido nas prisões, a área de atuação deste grupo criminoso não se encerra nelas. Em maio de 2006, uma onda de violência que incluiu rebelião em 73 presídios do Estado, ataques à agente públicos e bases policiais, ataques à prédios públicos e incêndios de ônibus e veículos apavorou a cidade de São Paulo e resultou em 439 pessoas mortas no intervalo de 1 semana no Estado (ADORNO & SALLA, 2007). Ao que parece, o domínio do grupo dentro do sistema carcerário, associada à rotatividade de presos que entram e saem das prisões, ampliou o escopo de atuação do PCC para além dos muros dos presídios. O grupo passou a gerenciar territórios e diversos nichos de mercadorias ilegais como tráfico de drogas, tráfico de armas, roubo à banco e caixas eletrônicos, roubo de cargas, etc. Evidentemente não existem dados quantitativos precisos à respeito do crescimento e territorialização da facção na cidade de São Paulo ou na sua Região Metropolitana e, o próprio governo estadual insiste em afirmar que se trata de uma quadrilha pequena, pouco articulada e concentrada apenas nos presídios¹⁵. No entanto, diversos relatos de pesquisadores em campo, afirmam o contrário, além de muito forte dentro das prisões, o PCC também ganha domínio fora delas (TELLES, 2010; FELTRAN, 2010).

A existência do crime organizado não é exatamente uma notícia nova ou exclusividade do PCC, está relacionado da consolidação da cidade como um espaço de serviços conectado à economia global, a multiplicação de equipamentos de consumo e a explosão do comércio informal, que contribuíram para que São Paulo¹⁶ concentrasse toda sorte de atividades que se estruturam nas fronteiras do legal e do ilegal, do lícito e do ilícito, do formal e do informal. O que há de novo aqui são as formas de circulação de riquezas e mercadorias que assumem uma dimensão muito maior e até mesmo global. A diferença não é a existência de

¹⁵ O Secretário de Segurança de São Paulo, Antônio Ferreira Pinto afirmou que o grupo se limita a "30 ou 40 indivíduos que estão presos há muito tempo" e que sua importância é inflada pela imprensa. O Estado de S. Paulo. Inteligência, e não truculência, 31/10/2012. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,inteligencia-e-nao-truculencia-,953757,0.htm> >

¹⁶ E não apenas São Paulo, pois o fenômeno parece ser global e atinge grandes metrópoles em todo o mundo (TELLES, 2010)

atividades ilícitas, ilegais ou informais gerenciadas por grupos de pessoas ou quadrilhas, mas principalmente a mudança de escala e o fato de, na maior parte das vezes, estas atividades estarem conectadas às economias transnacionais que mobilizam mão de obra em nível local (TELLES, 2010).

Como vimos anteriormente, nos anos 1980 e 1990 a sociedade se tornou mais organizada e o Estado mais presente. No entanto, isto não significou o fim das pequenas ilegalidades cotidianas, mas sua dinamização. Enquanto a sociedade se organiza e o Estado amplia se escopo e intensidade de atuação, a ilegalidade faz o mesmo. O desenvolvimento tecnológico de equipamentos de comunicação como celulares, computadores e a internet e as facilidades de circulação de mercadorias e pessoas foram decisivos para a sofisticação das atividades ilícitas, ilegais ou informais que se ampliam, se articulam e se organizam dentro da sociedade permeando as mais diversas atividades cotidianas e, na maior parte das vezes, em conluio com membros do próprio poder público.

Neste contexto, o vigia de rua dá lugar a empresas de segurança patrimonial; as peruas clandestinas que serviam de transporte alternativo se transformam em uma máfia com forte controle sobre territórios; os sacoleiros que cruzavam as fronteiras em trabalho de formiguinha transportando mercadorias importadas sem pagar impostos dão lugar à redes organizadas de contrabando que movimentam milhões em mercadorias (as sacolas dão lugar à contêineres); não são mais as prostitutas que agem individualmente ou com o “auxílio” de um cafetão, mas redes de prostituição e tráfico de mulheres; não é mais um conhecido que sobe no poste para fazer uma ligação clandestina de luz, mas grupos que dominam este mercado e cobram mensalidades como se estivessem efetivamente prestando um serviço; não são mais os vendedores ambulantes autônomos que armam uma banquinha em qualquer lugar, agora é preciso pagar pelo território que ocupam, um preço que varia de acordo com a localização. Não é mais a corrupção de um policial que cobra o “cafezinho”, mas grupos estruturados dentro da polícia e fiscais dos mais diversos setores do poder público que cobram férias semanais, praticamente tabeladas e participação nos lucros.

É neste cenário que o PCC se insere em diversos cantos da cidade, com uma lógica de mercado e organização empresarial muito próxima aquelas que operam as demais redes de

crime organizado (MINGARDI, 1996) no que tange ao planejamento empresarial, controle territorial, organização hierárquica, previsão de lucros, divisão e especialização do trabalho, uso de intimidação e uso da violência. Vou me deter nos dois últimos itens, pois estes são os que interessam na presente discussão, além disto, estes são os que certamente diferenciam o PCC de outras modalidades de crime organizado que operam na cidade.

O PCC nasce dentro das prisões como uma instância reguladora de conflitos, fonte de elaboração das normas de convívio, bem como das punições aos seus transgressores e cujo domínio está baseado num discurso de união e solidariedade e também no domínio da violência física. Quando adquire hegemonia dentro das prisões, o PCC vira uma espécie de instância pública e cada vez menos personalista que gere conflitos e desapropria os indivíduos da possibilidade de resolver seus próprios conflitos (DIAS, 2009)

Na medida em que seu escopo de atuação se amplia para ganhar os espaços da prisão, o papel de mediador de conflitos do PCC também ganha espaço dentro da cidade. Destaco aqui as experiências de campo de dois pesquisadores em bairros periféricos da cidade, Gabriel Feltran (2010), na zona leste e Vera Teles (2010) e Daniel Hirata, na zona sul e que apontam a importância dos *debates*, tribunais do crime que se configuram em uma instância normativa “legítima” para uma parcela da população que vive em áreas controladas pelo crime organizado e, recorrem a ele para mediar casos que envolvem roubos, agressões, estupros e homicídios praticados por vizinhos moradores do mesmo bairro.

Estas instâncias teriam como objetivo, além de obviamente manter a polícia afastada da região, pacificar conflitos e bloquear a cadeia de vinganças privadas que deslegitimaria a própria organização enquanto instância mediadora. As mesmas regras que foram inseridas nas prisões como a reivindicação de “justeza” dos comportamentos, amparados na “atitude”, “disposição” e “proceder” passam a valer também para as comunidades sob a influência destes grupos. A morte, ou o “pobre matando pobre” é utilizado como recurso último, apenas em casos considerados muito graves como estupro, pedofilia e após depoimentos e a deliberação de homens importantes na hierarquia do crime da facção (FELTRAN, 2010).

Vera Telles (2010) argumenta que o tribunal do crime é um recurso como tantos outros que podem ser acionados de acordo com contextos e arranjos específicos. A primeira década do século XXI teria sido marcada por novos delineamentos no Estado, na economia e na sociedade, com a implosão de antigas formas e a configuração de novos diagramas de relações de domínio e poder, novas formas sociais e de conflitos.

Segundo a autora, ao passo em que o Estado se torna mais presente, as discussões não são mais sobre sua ausência ou as incompletudes da modernidade brasileira, é preciso observar a realidade sobre outro prisma que considere seus aspectos dinâmicos. A flexibilização das relações de trabalho, o informal que se instala dentro dos processos produtivos da economia, as terceirizações e as redes de subcontratação que envolve limites nada claros entre o legal e o ilegal passam a compor as economias urbanas com diversos pontos de conexão entre o legal e o ilegal.

As experiências de Telles nas periferias apontam que os trabalhadores de hoje transitariam com alguma habilidade no limiar das fronteiras flexíveis entre o trabalho, a sobrevivência e o ilícito. Normas e identidades rígidas não são os instrumentos necessários para viver na adversidade de um mundo que é fronteiro e fluido. A cada situação e a cada contexto, os critérios de aceitabilidade moral das escolhas são renegociados. É preciso ter jogo de cintura, desenvoltura, saber contornar imprevistos, conhecer todos os códigos e acionar os mais adequados a cada situação e, principalmente, é preciso saber transitar. A autora critica a ideia de mundos paralelos e segregação, de uma ponta à outra, as coisas estão mais conectadas.

A velha identidade do trabalhador honesto *versus* bandido, observada por Zaluar (1985) na década de 1980 e que entra em crise nos anos 1990 é desconstruída em um mundo no qual renda é mais relevante que ocupação. A inserção no mundo de hoje não se dá mais pela carteira de trabalho, na sociedade de hoje, o que importa é a renda, venha ela de onde vier.

O estigma de bandido também vai se relativizando. Para boa parte da população que mora nas periferias e convive com o crime organizado, o bandido que tem proceder¹⁷ não é aquele outro demoníaco, ele é um pai de família, morador do bairro, joga bola, toma cerveja, conversa sobre amenidades, discute futebol e também vende drogas. Cometer ilegalidades (desde que não contra moradores do bairro, evidentemente) não faz dele um ilegal, não define quem ele é. Bandidos de verdade são aqueles que fazem coisas consideradas inaceitáveis, como estupro, matricídio, infanticídio, pedofilia, etc.

Isto não quer dizer que o Estado não esta posto e operando como um ator neste jogo de forças e legitimidades, isto também não quer dizer que as leis e códigos não tenham poder. É em relação a estas regras que as pessoas, riquezas e mercadorias se situam, do lado de cá ou do lado de lá, entre o lícito e o ilícito. Os arranjos são dinâmicos, as pessoas sabem que em muitas situações as leis podem ou não ser aplicadas, o que abre espaço para ambiguidades e para arbítrio, seja por parte do Estado, seja no seio da própria sociedade.

¹⁷ Ter proceder significa saber respeitar as regras do crime organizado,

CAPÍTULO 2. LINCHAMENTOS

Uma breve revisão da literatura

Existem diversas hipóteses a respeito da origem do linchamento. Elas fazem referência tanto ao surgimento da palavra em si, quanto da prática a que ela se refere. Apesar das controvérsias, é consensual que o termo *lynch law* (posteriormente *lynching*) se tornou corrente nos Estados Unidos no século XVIII, em geral para fazer referência a uma forma de justificação sumário, executado de maneira direta, sem a mediação do Estado.

Os casos que até a Guerra Civil Americana ocorriam de maneira esporádica, relacionados eminentemente a grupos organizados em meio à expansão das fronteiras e ausência do Estado no oeste e sul dos Estados Unidos (CURTLER, 1905), enfrentaram sua fase mais aguda no sul do país nas décadas que sucederam a Guerra de Secessão (COOK, 2011), com o fim da escravidão negra (BRUNDAGE, 1993). Em meados do século XX, em meio a uma dura batalha contra a violência racial, a definição do termo linchamento se tornou uma questão central. Diversas instituições publicavam regularmente estatísticas como uma forma de chamar a atenção da opinião pública para os efeitos do preconceito e da violência racial, no entanto, como cada uma tinha sua própria definição sobre o que era linchamento, as estatísticas eram discrepantes, de modo que um debate se estendeu por décadas, com a participação de várias organizações e intelectuais¹⁸, sem que uma definição tenha sido acordada por todas (WALDREP, 2000). Nos Estados Unidos, o conceito mais utilizado para definir um linchamento é o proposto pela National Association for the Advancement of Colored People (NAACP), que reconhece como linchamento os casos que apresentam: (1) evidências de que alguém foi assassinado; (2) em uma ação ilegal; (3) que contou com a participação de um grupo de 3 ou mais pessoas, (4) agindo sob o pretexto de proteção da justiça ou de uma tradição (COOK, 2011).

¹⁸ Entre eles Jessie Daniel Ames da Association of Southern Woman for Prevention of Lynching (ASWPL), Monroe Work do Tuskegee Institute, Du Bois, Shillady e Walter White da National Association for de Advancement of Colored People (NAACP), além de Organizações como a Associated Negro Press, League of Struggle for Negro Rights, Baltimore Afro-American, etc.

Em razão principalmente do contexto de sua origem e época em que foi difundido o termo, uma parte da bibliografia americana estabelece uma relação direta entre o linchamento e a questão racial ou mesmo tratá-lo como um fenômeno específico da sociedade norte-americana. No entanto, parece plausível supor que este fenômeno adquira significados diferentes em cada contexto cultural e político em que ocorre. Uma comparação entre as ocorrências em diferentes épocas e localidades mostraria que os linchamentos são praticados por motivos e possuem características que variam no tempo e no espaço.

No Brasil, existem relatos documentais de linchamentos que datam da primeira metade do século XVIII e, já no final do século XIX, às vésperas da abolição da escravidão, os jornais brasileiros noticiavam casos americanos e também brasileiros de linchamentos (MARTINS, 1995). No entanto, dados mais precisos sobre este fenômeno apenas começam a surgir a partir da década de 1980, com a publicação de pesquisas que coletaram informações a partir da imprensa.

O trabalho em elaboração parte do pressuposto de que o linchamento, como *modus operandi*, é uma forma de violência muito anterior à sua nomenclatura e elaboração teórica, além de, evidentemente, ter longevidade posterior ao declínio das ocorrências nos Estados Unidos, já que outros países possuem relatos de ocorrências com características análogas no que tange à forma de atuação. Tais tipos de ocorrências não são exclusivos daquela realidade norte-americana, já que existem relatos de linchamentos em diversas partes do mundo, em países com diferentes níveis de desenvolvimento e configurações culturais, econômicas, políticas e valores sociais bastante distintos (SOUZA, 1999) ainda que com características diferentes.

2.1. Bibliografia Norte-Americana sobre Linchamentos

A mais rica e completa bibliografia a respeito de linchamentos é predominantemente norte-americana, analisa o período pós-escravista e procura relacionar as variações nas

ocorrências de linchamentos à tendências da economia, do mercado de trabalho, condições de vida e atuação política¹⁹. Além das pesquisas que buscam examinar os fatores que resultam em linchamentos, existem estudos que se valem das informações sobre sua ocorrência para explicar outros eventos não diretamente relacionados como as atividades do *Ku Klux Klan* e ocorrência de homicídios no presente²⁰. De acordo com o que foi possível perceber, parte considerável da literatura norte americana enfoca o linchamento como uma forma de “justiça” de brancos contra negros, estes considerados uma ameaça em um período de instabilidade política. No entanto, pesquisas mais recentes têm procurado aprofundar informações e repensado a dicotomia racial na medida em que casos que envolviam o linchamento de indígenas e latinos, erroneamente classificados como brancos, estão sendo revistos (COOK, 2011). Estudos de casos com reconstruções e análises qualitativas também são realizações mais recentes²¹.

A realização de justiça com as próprias mãos foi tema de Donald Black (1983), que aponta o *self-help* (justiça própria ou mesmo justiça com as próprias mãos) como uma forma de lidar com conflitos e comportamentos considerados desviantes, através de um controle social que não é executado por meio da lei. Segundo o autor, mesmo nas sociedades modernas, muitos crimes são respostas violentas à ações da vítima que o criminoso considera inaceitáveis, são controvérsias sobre o que é certo e errado, o que é aceitável ou não. De acordo com lógica do *self-help*, o agressor vê a si mesmo como vítima e entende que a verdadeira ofensa foi a primeira a ser perpetrada, sendo as suas ações, apenas reações à ofensa inicial e assim justificadas. Segundo Black, existem casos nos quais algumas pessoas se sentem, de alguma

¹⁹ Arthur Raper em 1933 , Hovland e Sears em 1940 e Beck e Tolnay em 1990, publicaram trabalhos que relacionavam a ocorrência de linchamentos à variações no preço do algodão nos estados sulistas americanos. Blalock, em 1967, ligou os linchamentos à disputa no mercado de trabalho entre brancos e negros. Tolnay e Beck, em 1987, indicam evidências a favor da hipótese da competição econômica entre brancos e negros como causa de linchamentos. Wasserman, em 1977 propõe que essas ocorrências sejam interpretadas como uma forma de violência coletiva, que tem na atividade política sua causa imediata. Phillips em 1987, Tolnay, Beck e Massey em 1989 procuraram correlacionar linchamentos e execuções legais de negros (Sinhoretto, 1998)

²⁰ Messner, Baller e Zevenbergen, 2005 e Fryer and Levitt 2001

²¹ Charlotte Wolf, em 1992, Ann Field Alexander em 1992, de Douglas Hunt, em 2004 e Christine Arnold-Lourie em 2008.

forma, moralmente impelidas a dar uma resposta que, em geral, costuma ser muito mais severa do que a justiça formal.

A justiça com as próprias mãos teria maior probabilidade de acontecer quando a lei e suas instituições não estão disponíveis ou atuam de maneira desequilibrada. As fracas respostas da justiça formal ou a dispensa de um tratamento condescendente aos réus acusados de realizarem justiça com as próprias mãos transmitem a ideia de justificação, o que leva à imunidade e a impunidade. O autor aponta ainda a existência de outros desequilíbrios nas instituições de justiça que podem exercer influência sobre crimes de *self-help*, destacando que mesmo em sociedades democráticas, as pessoas consideradas de baixo status social têm menos acesso à proteção legal, além destas instituições terem área de atuação restrita, deixando de fora da esfera legal muitos conflitos que necessitariam de mediação externa.

Influenciada por Donald Black, Roberta Senechal desenvolveu trabalhos que apontam o linchamento como uma forma de violência coletiva que visa o controle social. Suas questões principais são: por que alguns conflitos são resolvidos por meio da violência e por que são resolvidos coletivamente.

Com relação à primeira questão, por que alguns conflitos são resolvidos por meio da violência, é evidente que nem sempre o controle social é violento, mas Senechal se foca nas formas de *self-help* violentas e unilaterais que, de acordo com sua tipologia, são: os linchamentos, as desordens/revoltas, o vigilantismo e o terrorismo. As quatro formas de violência coletiva podem ser diferenciadas com relação ao sistema de responsabilização adotado na ação (individual ou coletivo) e o grau de organização do grupo (formal ou informal). O linchamento, de acordo com esta tipologia, estaria ligado à responsabilização individual (que ocorre quando apenas a pessoa que praticou a ofensa desencadeadora da violência coletiva é passível de sofrer a sanção dos ofendidos) e organização informal do grupo, na medida em que a associação é fluída, temporária, informal, situacional, espontânea e descentralizada (SENECHAL, 1996).

Tal como Black, Senechal destaca que violência coletiva tende a surgir principalmente quando a lei é ausente, fraca ou comprometida, mas pode aparecer também em outras

situações e chegar até mesmo a entrar em disputa com a justiça formal, como nos casos dos prisioneiros que são tirados de dentro de delegacias ou fóruns (SENECHAL, 1996).

Senechal aponta que o conflito violento tem maior probabilidade de acontecer quando há grande polarização social, isto é, grande distância relacional, distância cultural, desigualdade e independência entre as partes envolvidas. No entanto, dentre os quatro tipos de violência coletiva que a autora trabalha, os casos de linchamento seriam aqueles com mais baixa polarização, já que é um indivíduo e não toda uma comunidade que é responsabilizada, assim como também não deve ser frequente o comportamento considerado desviante, caso contrário outras formas de violência coletiva mais organizadas seriam acionadas como o vigilantismo, por exemplo.

Com relação à segunda questão, por que alguns conflitos são resolvidos coletivamente, Senechal afirma que a violência tem chances de se tornar coletiva quando, em um embate, além de duas partes já envolvidas (em geral vítima e agressor) existem outras pessoas tomando partido de um dos lados, um novo ator a quem a autora chama de terceira parte. A coletivização da violência varia diretamente em função do grau de envolvimento desta terceira parte, em geral um grupo que oferece sua solidariedade quem for mais próximo de si ou a quem tiver o status social mais alto. Nos casos de linchamento, este grupo age tomando o partido da vítima²², com quem tem forte identificação, em oposição ao agressor (autor de uma atitude considerada desviante), por quem nutre pouca simpatia (Senechal, 2001). O desequilíbrio de apoio, explicado pela proximidade entre vítima e linchadores seria, segundo o trabalho de Senechal, a principal razão para a ocorrência de um linchamento.

A questão do apoio ao linchamento também foi trabalhada por David Garland (2005). O autor considera os discursos que os linchadores norte-americanos e seus apoiadores usaram para descrever e justificar esses eventos e, a partir deles, realiza uma interpretação do contexto e significados dos linchamentos, tornando possível compreender a busca por legitimidade, principalmente levando-se em consideração que estes casos contaram com a tolerância e apoio das comunidades.

²² Aqui a autora se refere à vítima da ação considerada desviante e que dará ensejo ao linchamento

O autor aponta que a literatura que trabalha a história da evolução penal descreve que, desde o século XVII, haveria um movimento no sentido de minimizar o sofrimento daquele que recebe a pena, principalmente no que tange as execuções que se tornaram mais civilizadas e privadas, com o declínio de métodos degradantes como mutilações, torturas, enforcamentos e a ascensão de métodos como eletrocussão, gás e injeção letal, executados em ambientes fechados e não mais em público. Esta literatura entende espetáculos de tortura, desmembramento e queimaduras como fenômenos pré-modernos, associados ao absolutismo, à sensibilidade medieval e às regiões sem lei.

No entanto, Garland argumenta que os linchamentos contam uma história diferente, e apesar de sua configuração informal e sumária, eles também seriam uma forma de punição criminal que teria sido sistematicamente omitida dos relatos da história penal, seja porque eram consideradas condutas não oficiais, uma forma de desvio do grupo e não uma punição sancionada pelo grupo, seja porque foram considerados violência racial arbitrária.

A partir dos estudos que desenvolve sobre os linchamentos ocorridos nos Estados Unidos, Garland aponta que aquelas foram ações públicas que perduraram no país até a década de 1930, ocorreram diante de uma multidão e encenaram um ritual punitivo que envolvia elementos de tortura, mutilação e excepcional crueldade. Os linchadores representam a violência como rituais coletivos e não como ações privadas e, em busca de apoio da multidão, utilizam as formas rituais de punição criminal.

Em geral os linchadores acabavam tendo imunidade do Estado ou da promotoria local. Nestes locais, para aqueles crimes e contra aqueles supostos criminosos o linchamento não era um comportamento desviante, mas a aplicação das normas do grupo em uma situação de conflito de poderes e múltiplas autoridades. Garland aponta que o objetivo não era violar, mas reivindicar a lei e, quando os linchamentos ocorriam, os representantes da lei oficial, as testemunhas e jurados procuravam assegurar que a lei local e comunitária prevaleceria.

Para além de uma forma de controle racial, como aconteceu nos EUA, Garland destaca que os linchamentos têm o caráter de uma pena criminal, aplicada contra um acusado de ter cometido um crime considerado grave. Era assim que seus expectadores os entendiam,

como atos justificados e não arbitrários e sem motivo, algo crucial para seu significado e legitimidade. Por essa razão, a encenação ganhava aspectos que lembravam as execuções oficiais, mas de modo anacrônico, o modelo era de um período muito remoto. A escolha dos métodos mais violentos e cruéis não à toa tinha como objetivo definir posições, colocando os inferiores em seu devido lugar, despojando-os de sua humanidade. Punições comuns seriam benevolentes demais para estes criminosos e a justiça regular muito respeitosa e digna. As penas impostas pelos linchadores eram muito mais terríveis do que as oficiais, buscavam ser proporcionais ao horror e raiva provocados por seus crimes.

O linchamento comunicava sentimentos de forte emoção e que não podiam ser traduzidos no idioma oficial da lei criminal, era preciso aplicar um nível de sofrimento que não era mais permitido oficialmente. Ele ganha força justamente quando as práticas violentas por parte do Estado são abandonadas e a justiça criminal tende a diminuir o sofrimento físico dos criminosos. O objetivo era invocar um sistema de significados e distinções que a América igualitária buscava deixar para trás. O uso de força e crueldade era deliberado, uma escolha consciente no sentido de degradar os acusados e negar-lhe o direito à justiça formal. A formação de uma multidão no entorno dessas ações serviam para oficializar o gesto, sua presença convertia o ato de justiça privada em um ato de justiça pública, invertendo o seu significado de algo fora da lei na lei em si mesma.

Mas por que esta escolha diante da alternativa de um julgamento e aplicação de uma pena formal? Garland descreve de maneira bastante rica e completa as funções e significados que os linchamentos tiveram para os envolvidos. É evidente que um linchamento isolado não comunicaria todas as funções e significados sugeridos, pois cada um deles tem sua história muito própria, mas este levantamento ajuda a compreender como eles alcançaram apoio e legitimidade popular. Por trás do excesso punitivo, estes linchamentos carregariam consigo significados que articulam a destruição do infrator em diferentes dimensões da cultura local e estrutura social: a) Controle do crime: elimina um suposto perigo criminal; b) Vingança e castigo: reposta à uma ofensa e restabelecimento da honra após uma violação intolerável; c) Desonra e degradação: despoja o linchado de sua dignidade humana e coloca-o em posição de inferioridade; d) Justiça expressiva: cria a oportunidade para que a comunidade expresse seu ultraje e as vítimas sua fúria; e) Instruções culturais: o linchamento tem uma função

didática; f) Purificação: a expiação do corpo do linchado é um ato de purificação, uma ação que reduz a mancha provocada por ele; g) Terror e controle racial: reforçar a efetividade das rotinas de controle racial no cotidiano; h) Soberania e poder de polícia: reforçar a autoridade e a soberania da comunidade local em detrimento do Estado; i) Controle do significado: narrativa única, unânime e inquestionável; j) Suspensão dos direitos civis: tentativa de mostrar que os negros não existiam legalmente, não eram cidadãos; l) Bode-expiatório: superar conflitos e hostilidades; m) Solidariedade: um efeito vinculativo, de cumplicidade e pertencimento; n) Linchamento como uma peça de poder: controle e demarcação de posição; o) Gênero e hierarquias raciais: o interdito sexual entre mulheres brancas e homens negros era reforçado pelo linchamento; p) Violência sexual: o sadismo envolvido nestas execuções sugerem que impulsos sexuais formam parte da dinâmica psicológica destes eventos; q) Linchamento como carnaval: as pessoas iam para ver a justiça ser feita, mas também para se divertir; r) Linchamento como memória: os linchamentos usam o sofrimento para criar uma memória. O didatismo envolve as marcas no corpo do linchado, sua exibição, e a reverberação da história pelos jornais, fotografias, falas e histórias que passam de vizinhança em vizinhança, de geração em geração.

Os linchamentos seriam exemplos da forma como se dá o desenvolvimento penal, em muitas situações em relação de oposição interna. Eles teriam tomado aquele formato justamente porque seus atores escolheram transgredir as normas de punição civilizadas e fazer uma exceção para as regras de punição moderna (mais humanas e discretas), perturbando o devido processo legal quando se trata de oponentes odiados. Garland aponta que esta condução penal contestatória foi possível em um contexto de Estado fraco, instituições legais mal desenvolvidas e a sensibilidade das elites enfraquecida. É preciso ter em mente que, reformas penais introduzidas nos centros urbanos das nações modernas levam muitos anos mesmo décadas para atingir regiões não desenvolvidas nas periferias nas quais o Estado não comanda e as tradições persistem. O linchamento se adequou a esta história que não é linear e tem grandes variações no tempo-espaço.

A última questão a ser colocada pelo autor é a subestimação da capacidade que as pessoas têm de serem indiferentes ao sofrimento de outros, com os quais não se identificam. Quando o poder do governo é fraco, as elites sofrem insegurança ou têm interesses

materiais que se contrapõem ao tratamento civilizado de outros grupos, ou quando outros grupos são vistos como não-humanos, a força da sensibilidade ao sofrimento alheio é bem limitada. No caso americano, insegurança, racismo e vingança foram poderosos solventes que dissolveram com facilidade esta sensibilidade refinada.

2.2. Bibliografia Brasileira sobre Linchamentos

Já no Brasil, assim como os estudos sobre a violência como fenômeno social, as pesquisas sobre linchamentos começam a surgir apenas ao final dos anos 1970. Trata-se do período de declínio da ditadura militar e transição para a democracia, momento não só de redefinição política e maior liberdade, mas também de grandes transformações econômicas e demográficas, como vimos no Capítulo 1. Este foi um contexto de intenso crescimento das grandes cidades do país, com destaque para o adensamento popular em áreas periféricas das grandes metrópoles por meio da forte migração e também para o surgimento da violência urbana como um fenômeno endêmico.

A bibliografia brasileira sobre linchamentos é ainda bastante modesta e a ausência de uma teoria mais aprofundada é compreensível se levarmos em consideração que, no Brasil, o tema encontra-se ainda em uma fase inicial de estudos.

Um dos estudos pioneiros foi realizado por Benevides que propõe uma tipologia na qual classifica os linchamentos em anônimos ou comunitários. Os de tipo anônimo contariam com a participação de pessoas que não são diretamente atingidas pelo suposto delinquente e, geralmente, ocorrem em ruas centrais de bairros de classe média. Já os linchamentos comunitários seriam característicos de cidades pequenas e regiões periféricas das metrópoles, onde há uma comunidade identificável por trás do fato, diretamente vitimada pela ação de um criminoso conhecido (BENEVIDES, 1982). Ao lado de Rosa Maria Fischer, Benevides realizou também uma pesquisa na qual relaciona os casos de linchamentos ao funcionamento político e técnico das instâncias estatais nacionais, indicando que estas experiências estariam relacionadas ao cotidiano de desigualdade, opressão e limitação de direitos civis resultantes do regime militar, além de sentimentos de insegurança e

vulnerabilidade ante a criminalidade e descaso das instituições policiais (BENEVIDES & FISCHER, 1984).

Em um livro que relata casos de linchamentos ocorridos entre 1853 e 1990, Paulo Meandro e Lídio Souza (1991) afirmam que os linchamentos podem ser pensados como eventos de protestos, como uma reação que rompe regras estabelecidas, e como confronto com as autoridades, mas sem relação com movimentos sociais amplos, que tenham como objetivo influenciar a opinião das massas. A partir de 533 casos coletados por meio de levantamos em jornais, os autores fornecem alguns dados quantitativos agregados sobre perfil da vítima, local de ocorrência, características dos locais de ocorrência, motivos desencadeadores, nível de organização, e ano de ocorrência. Apesar de cobrir um período de mais de 100 anos, os pesquisadores não fizeram considerações a respeito de mudanças ao longo do tempo ou entre diferentes localidades e não fizeram considerações a respeito dos contextos em que ocorreram. A partir dos casos, os autores buscam um modelo explicativo que considere fatores desencadeadores (o delito, necessário, mas não suficientes para que um linchamento ocorra), fatores propiciatórios (condições favoráveis à toda forma de violência como pobreza/desigualdade; existência de um sistema de polícia e justiça ineficiente, violento ou desacreditado; conflitos raciais, conflitos culturais / religiosos; perda de valor da vida) e fatores circunstanciais (inibidores e amplificadores como probabilidade de punição, incitamento, mobilização, polícia violenta, ocorrências similares na mesma localidade, status da vítima, presença de formadores de opinião, relações entre as partes, identidade do grupo, manipulação ideológica). O modelo não é aplicado, apenas sugerido e, dado o grau de detalhamento, teria como objetivo a análise de estudos de caso, pois as notícias não trazem informações tão detalhadas. Um dado importante da pesquisa é aquele que aponta que os números de linchamentos que eram bastante raros nas notícias de jornal até 1977, se tornam mais presentes a partir de então.

Alguns anos depois, José de Souza Martins apresentou o linchamento como um tipo de comportamento coletivo que poderia ser classificado, juntamente com os saques e os quebra-quebras, como uma forma de protesto popular. No entanto, ainda que no Brasil a proliferação desta forma de protesto tenha ocorrido de maneira simultânea ao surgimento dos movimentos sociais organizados nas décadas de 1970 e 1980, para o autor eles não

tenham uma orientação politizada e um objetivo racional, pelo contrário, se desenrolam de maneira irracional, emocional, de orientação egoísta e anti-social. Mesmo quando praticados em nome de valores sociais de manutenção da ordem, os linchamentos entrariam em conflito com as conquistas da civilização e as concepções iluministas positivas a respeito da constituição do homem (direito à vida, liberdade, procedimentos legais modernos, racionalização da pena, etc.) na medida em que são frutos de decisão quase sempre repentina, impensada, de motivação súbita e imprevisível, baseada em julgamentos frequentemente carregados de emoção, ódio, medo. Martins afirma ainda que os linchamentos revelam uma sociedade incapaz de incluir em laços do tipo contratuais grandes parcelas de sua população, uma sociedade na qual a exclusão também se manifesta pela privação de compreensão da lógica própria da vida urbana e civilizada (MARTINS, 1995; MARTINS 1996).

Em alternativa à concepção do linchamento como fruto de um comportamento irracional, Jacqueline Sinhoretto afirma que o desafio do trabalho sociológico sobre linchamentos é justamente o de compreender sua prática como resultado de ações coletivas que fazem parte de um universo cultural, sendo resultantes de operações de sentido, de uma racionalidade, de uma intenção e de uma mensagem (SINHORETTO, 2001). A autora, que realizou em sua dissertação de mestrado um estudo de caso com quatro episódios de linchamentos ocorridos na década de 1980 no Estado de São Paulo, retoma Benevides ao reafirmá-los como expressão de uma indignação aguda com uma determinada situação de opressão, mas vai além ao associá-los ao descrédito e a frustração da população com a Justiça Pública e com a polícia. A hipótese de Sinhoretto é a de que a ocorrência de linchamentos ganha legitimidade no seio dos grupos sociais na medida em que a justiça oficial não se faz acessível e não se mostra eficiente para canalizar e oferecer soluções satisfatórias para os conflitos que a todo instante se produzem no cotidiano.

Em artigo mais recente, Sinhoretto (2009) retoma o tema de sua dissertação, situando o linchamento como uma forma de resolução de conflitos que se dá por meio da violência coletiva. O linchamento seria uma alternativa ao sistema estatal de segurança e justiça que não seria confiável, bem como às formas tradicionais de justiça privada baseadas na vingança. Por meio da ação coletiva, as responsabilidades penais e morais seriam diluídas na

medida em que os cidadãos assumem privadamente as tarefas do Estado omissos. Esta seria uma maneira conservadora de equacionar o conflito social por segurança na medida em que, ainda que assumam uma parte das tarefas do Estado, esta população não conseguiria modificar sua posição de exclusão na elaboração de políticas públicas de segurança.

Lídio Souza (1999) realizou um estudo de caso com o objetivo de identificar as implicações das instituições policiais e judiciárias em um linchamento ocorrido em uma cidade do interior brasileiro em 1990. Segundo o autor, a ocorrência do linchamento, que é uma prática marginal ao sistema que deveria ser o detentor do monopólio sobre a violência, indica que este está sendo incapaz de controlar a escalada de vingança. No caso analisado, o judiciário abdicou de suas prerrogativas relativas ao monopólio da vingança e outorgou aos próprios membros das elites locais o poder de fazer a justiça. Segundo o autor, o linchamento estudado se constituiu em um instrumento de controle social.

Três anos mais tarde, em nova parceria com Menandro, Lídio Souza publicou um artigo no qual faz uma análise do conteúdo de 751 notícias sobre linchamentos e tentativas ocorridos no Brasil, veiculados na imprensa escrita, entre 1990-2000, atualizando o texto anterior que trouxe dados até a década de 1980. O trabalho teve como objetivo principal identificar características das vítimas de linchamentos, tais como: idade, características étnicas, sexo, vinculação ao mercado de trabalho, porte de arma de fogo e tipos de agressão sofridos. Verificou-se que as ocorrências vitimaram 714 pessoas, 312 de forma fatal, vítimas quase sempre do sexo masculino e, na grande maioria dos casos, jovens. Nos casos nos quais foi possível saber características étnicas das vítimas, constata-se super-representação de negros e mulatos. Além do espancamento usual nos linchamentos, mais de 10% das vítimas foi alvo de manifestações adicionais de violência tais como queima, enforcamento ou esquarteramento, inclusive após ocorrência de óbito. Segundo os autores, para a apreensão dos possíveis significados sociais e políticos do linchamento é necessário observar a articulação entre as instituições sociais e as intersubjetividades, com ênfase para a atuação do judiciário e da polícia, as facilidades sociais de diversos tipos, a representação que a população possui a respeito de penalização e de justiça e a organização comunitária em torno de formas de juridicidades alternativas (SOUZA & MENANDRO, 2002).

A questão da atuação do Judiciário em casos de linchamentos foi tratada em texto de Sérgio Adorno e Wania Pasinato, que tem como tema principal a morosidade da justiça penal. Com base em 10 processos penais instaurados para apuração de responsabilidade em casos de linchamentos ocorridos na década de 1980 em São Paulo, os pesquisadores consideraram o percurso de todos os procedimentos na justiça, desde seu início até a resolução efetiva do litígio e concluíram que, nos casos de linchamentos, a morosidade processual é excessiva. Mesmo em comparação com os padrões dominantes na justiça criminal no estado de São Paulo, a distância que separa a morosidade processual nos homicídios comuns daquela pertinente aos homicídios resultantes de linchamentos é bastante acentuada. Ao longo do artigo o linchamento é classificado como uma grave violação de direitos humanos, na medida em que decorre da omissão do Estado nas suas tarefas de proteção dos direitos e garantias individuais, inclusive o direito à segurança, o que pode estimular a aplicação de justiça imediata, isto é, sem mediações das instituições legais para controle social. A tese dos autores é de que a morosidade processual nos casos de graves violações de direitos humanos são sintomas de dois fenômenos: por um lado, as instituições de justiça têm dificuldade de trabalhar com eles na medida em que não parecem ajustar-se aos modelos normativos de julgamento propostos pelas tradições da justiça penal; e, por outro lado, os operadores do direito têm dificuldade de compreender estes casos como passíveis de punição, como se, em função de sua suposta inclinação à barbárie, eles estivessem à parte do contrato social (ADORNO & PASINATO, 2007).

Em sua tese de doutorado, Helena Singer (2003) foca-se nos discursos sobre os linchamentos e aponta que a academia teria sofrido uma invasão dessa perspectiva tecnocrática jurídica que Adorno e Pasinato mencionam, o que levou à interpretações baseadas em chaves duais como barbárie x civilização e primitivo x moderno. Segundo Singer, não há alteridade entre a moralidade popular e a moralidade iluminista que fundamenta os direitos humanos. Sua avaliação aponta que, se por um lado, os linchamentos seriam descontinuidades presentes na suposta linha evolutiva do progresso racionalizador da humanidade, por outro lado, eles também revelam as continuidades entre o pensamento iluminado e o pensamento das massas.

Muitas vezes, os linchamentos fazem intelectuais aderirem ao discurso da civilização contraposta à barbárie, reivindicando a prisão dos linchadores. No entanto, considerando que a população apoia o linchamento como forma de justiça, ao se afirmar a relação direta entre linchamento e barbárie, afirma-se também que a maior parte da população é bárbara e precisa ser civilizada por meio do sistema penal, que inclui polícia e prisão, ainda que a prisão seja uma violação aos direitos humanos em si, reconhecidamente ineficaz, cara, desumana e degradante.

Na mesma linha de Donald Black, Singer entende os linchamentos como uma forma de controle social que responde a algum outro ato considerado inaceitável para a comunidade. No Brasil, eles ocorrem em regiões mais vulneráveis e indicam a falta de condições dignas de sobrevivência e uma sobreposição de violações de direitos sociais e econômicos que facilita a ocorrência de atos violentos, contra os quais a população se revolta (SINGER, 2003).

Neste sentido, Teresa Caldeira (2003), apesar de raras vezes se referir diretamente aos linchamentos, traz a importante constatação de que, no Brasil vigora uma democracia disjuntiva, isto é, embora democrática política tenha sido conquistada e os direitos sociais tenham sido razoavelmente legitimados, os direitos civis e individuais continuam sendo contestados e violados e as intervenções no corpo são amplamente toleradas.

Para a autora, essa noção de corpo submisso, manipulável e incircunscrito está relacionada à deslegitimação dos direitos civis. No Brasil, este corpo é historicamente desprotegido pela ausência de direitos civis e não existem barreiras e limites à interferência e abuso no corpo do outro. A noção de um corpo sem integridade é fundamental para uma reflexão a respeito do fenômeno dos linchamentos no Brasil.

2.3. Balanço

Esta revisão bibliográfica permitiu observar que, ainda que a bibliografia norte-americana trate da ocorrência de linchamentos em um contexto completamente diferente do

brasileiro, ela traz importantes apontamentos que permite uma reflexão também sobre a nossa realidade.

É importante ressaltar ainda, no que tange à bibliografia brasileira, que grande parte dos autores realizou análises sobre linchamentos com foco em casos da década de 1980 e começo dos anos 1990. Dentre as interpretações, as mais recorrentes são aquelas que os ligam à ausência do Estado como promotor de políticas e serviços públicos, omissos diante de conflitos e incapaz de lidar com as demandas da população, principalmente com relação às questões de segurança e justiça. Fica claro ainda que, as questões que estavam em voga na sociedade brasileira em cada momento em que as pesquisas foram realizadas influenciam de certa forma as análises dos pesquisadores, como por exemplo, as considerações sobre a possibilidade ou não de pensar linchamento como movimento social, nos anos 1980. Em seu livro, Singer (2003) faz uma competente relação entre trajetórias pessoais dos pesquisadores, contexto histórico e a visão que cada um expressou em suas pesquisas sobre linchamentos.

No entanto, o espaço público sofreu uma série de mudanças nos últimos trinta anos, com intensos investimentos em políticas e serviços, o que aponta a necessidade de trabalhar em um escopo temporal ampliado, considerando tais transformações e verificando qual o seu impacto nas ocorrências de linchamentos. São escassas as informações sobre os linchamentos em um prazo mais amplo e não existe nenhum estudo sistemático com séries históricas comparativas no Brasil. Também são poucos os estudos com dados organizados e informações quantitativas e qualitativas que possam oferecer subsídios ao aprofundamento do debate sobre linchamentos no nosso país, tarefas as quais esta pesquisa se propõe.

CAPÍTULO 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

No Brasil, as fontes oficiais de informação que sistematizam dados sobre violência tratam todas as mortes intencionais provocadas por uma terceira pessoa como homicídio doloso, e uma consulta a estes dados não permite realizar distinções entre casos de homicídios comuns e linchamentos, já que ambos recebem a mesma classificação. Considerando a forma como se dá este registro, a única maneira de identificar os linchamentos por meio apenas dos dados oficiais seria por meio da leitura e classificação de cada uma das ocorrências de homicídios e tentativas registradas pela polícia judiciária, o que inviabilizaria qualquer pesquisa sobre linchamentos. Para estudar linchamentos é preciso buscar outras fontes de informação, uma vez que eles não são uma figura jurídica prevista nos códigos penais e, portanto, sua ocorrência é registrada pela autoridade policial e dá entrada no sistema de justiça como homicídio, tentativa de homicídio ou lesão corporal, além de raramente registrar os casos de ameaças.

Em um texto sobre o uso de fontes não convencionais na análise sociológica brasileira, Pena e Miceli (1989) observam que, embora na literatura clássica das ciências sociais não exista uma convenção a respeito do que seriam dados usuais, certas preferências, recorrências e rejeições ao uso de determinadas fontes, quando somados, estabelecem uma certa visão do que são dados adequados para análise. Neste sentido a sociologia brasileira, com maior concentração em estudos que enfatizam o sentido conferido pelos atores envolvidos em uma ação, tem apresentado uma expressa preferência por dados virgens, produzidos pelos próprios autores, olhando com desconfiança para dados secundários. Com relação às fontes de pesquisa a sociologia brasileira seria, na opinião dos autores, bastante heterodoxa. Há pouca consulta a documentos e arquivos, além de bastante resistência a dados produzidos e já utilizados por outros pesquisadores.

No entanto, quando se trata de linchamentos, levantamento bibliográfico mostrou que, tanto na literatura nacional, quanto na norte-americana, a principal fonte de dados é a imprensa, predominantemente a escrita. Os linchamentos não são fenômenos previsíveis,

do tipo que torna possível um planejamento prévio e a presença do pesquisador como observador direto da ação e, portanto, depende de fontes e relatos secundários para serem analisados.

Segundo Huff-Corzine e Corzin (1993), os Estados Unidos possuem 4 grandes bancos de dados sobre linchamentos: o Chicago Tribune (cobre os anos de 1882-1918); o National Association for the Advancement of Colored People (NAACP) (1989-1931); o Tuskegee University (1882-1960) e o banco da University of Georgia (1882-1930), todos eles incluem informações sobre nome, sexo, raça das vítimas, data, local, motivo e têm como fonte principal os jornais, variando em relação ao escopo temporal e jornais indexados. Já Lisa Cook (2011), em texto no qual propõe a criação de um grande e único banco de dados nacional a respeito dos linchamentos ocorridos nos Estados Unidos, levantou 16 bases de dados a respeito de linchamentos no país, quase todas fundamentadas nos dados das bases identificadas por Huff-Corzine, mas com outras fontes complementares, apontando que todas elas utilizam os jornais como única ou uma das fontes de dados. A autora registra um esforço recente de diversos pesquisadores no sentido de aprofundar e corrigir informações das bases já existentes por meio de pesquisas em jornais de cobertura regional, arquivos históricos de condados, arquivos do Estado, e registros dos tribunais de justiça.

No Brasil, Menandro e Souza (1991) fizeram a primeira tentativa de construir um banco de dados sobre linchamentos consultando principalmente os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, além de fontes como revistas e jornais de circulação regional e localizaram 533 ocorrências entre 1853 e 1990 no Brasil. Martins (1996) relata ter realizado em 1995 um rastreamento abrangente das notícias de linchamentos e tentativas de linchamento por meio de um serviço especializado em recortes de jornais de todo o Brasil, no qual encontrou 677 casos de linchamentos consumados e tentativas de linchamento geralmente interrompidas pela ação da polícia, ocorridos nos vinte anos anteriores. Infelizmente o autor não menciona no artigo precisamente que jornais foram utilizados. De qualquer maneira, Martins reforça a informação de que a imprensa é a única fonte minimamente sistemática disponível em escala nacional para o estudo do fenômeno, o que se confirma ao observarmos a metodologia adotada por outros autores brasileiros. Souza e Menandro (2002) realizaram um levantamento sobre linchamentos e tentativas publicadas

na imprensa escrita brasileira no período entre 1990 e 2000, e encontrou 469 ocorrências de linchamentos e tentativas de linchamentos coletadas em quatro bancos de dados, dois situados em São Paulo (Banco de Dados da *Folha de S. Paulo* e Banco de Dados de *O Estado de S. Paulo*) e dois situados no Rio de Janeiro (Banco de Dados de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*). Em 2004, Rafael Cerqueira realizou um estudo a respeito de linchamentos e tentativas ocorridos na Bahia entre 1997 e 2001 e encontrou 166 casos entre as notícias publicadas no jornal *A Tarde*.

Todas as pesquisas que buscaram constituir um banco de dados sobre linchamentos utilizaram a imprensa como fonte e, mesmo aquelas que se focaram em estudos de caso e análise processual utilizaram a imprensa para identificar estes casos e então aprofundar o levantamento de informações em outras fontes.

3.1. A Imprensa Como Fonte

Justificativa do uso dos jornais para análise dos linchamentos

Apesar da existência de uma série de problemas e vieses que serão trabalhados abaixo, os jornais trazem informações relevantes que abrem uma série de possibilidades de análise e pesquisa com a utilização destes dados para investigações históricas, comparativas, quantitativas, qualitativas e longitudinais.

No caso dos linchamentos, a justificativa mais evidente para o uso da imprensa como fonte de dados é a ausência de outras fontes de informação²³ permanentes e consistentes ao longo do tempo com a quais possamos contar para observar o fenômeno. Os dados trazidos pelos jornais apresentam certo padrão que permitem extrair informações básicas a respeito da maioria dos casos (tais quais sexo e idade das vítimas, data e local da ocorrência, o que motivou o linchamento e qual o papel da polícia), além de declarações e pontos de vista

²³ Em pesquisa sobre a impunidade, uma amostra de inquéritos e processos penais, no município de S. Paulo, de 1991 a 1997, não identificou um caso de linchamento, detectado oficialmente pelo sistema de justiça criminal, a despeito de suas notícias na imprensa. (PINHEIRO, P. S., ADORNO, S., CARDIA, N. et al. 1999)].

relatados a partir da perspectiva dos atores relacionados aos casos. O dilema colocado com relação a estes dados é o mesmo que qualquer outra pesquisa enfrenta: os elementos que temos à disposição, ainda que imperfeitos, valem o esforço de análise?

Jennifer Earl et al (2004) argumentam que os dados extraídos da imprensa têm falhas como outros tipos de dados. Por exemplo, as pesquisas survey têm de lidar com a não resposta ou entrevistados não sinceros, assim como não é raro encontrar subnotificações em dados oficiais de criminalidade. Segundo estes autores, os pesquisadores não devem se perguntar se os dados possuem erros, mas se os erros comprometem a validade dos dados e em caso negativo, é necessário fazer um exercício crítico para trabalhar os dados de que dispomos. Quanto mais reconhecemos e consideramos o viés de nossos dados, melhor preparados estaremos para evitar erros de interpretação a que eles podem nos levar.

Charles Tilly (1969), em um texto que faz referência aos episódios de violência coletiva ocorridos em meio ao movimento de luta por direitos civis nos EUA na década de 1960, traz uma série de questões relacionadas aos problemas metodológicos com os quais um pesquisador se depara no estudo de episódios de violência coletiva. O autor considera estes eventos extraordinários, isto é, raros e difíceis de serem antecipados, observados ou registrados; devastadores, na medida em que podem ameaçar pessoas e arranjos sociais; além de mal delimitados, é difícil defini-los e demarcar quando começam, terminam, que territórios ocupam e quem são os envolvidos. Em razão destas características, alguns problemas metodológicos podem ser apontados no estudo destes eventos: a definição do fato, fundamental para delinear o universo de eventos que serão considerados na análise; a quantificação dos eventos influenciada pelos problemas de viés nas fontes de informação; a documentação fragmentada, incompleta e não sistemática; a definição das unidades de análise que podem ser utilizadas; as relações entre o contexto e os episódios registrados.

Tanto a descrição a respeito das características destes eventos, quanto parte das dificuldades metodológicas apontadas por Tilly podem se aplicar aos estudos dos linchamentos. Outras pesquisas sobre ações coletivas, como protestos, greves, revoltas e manifestações de movimentos sociais relatam as mesmas dificuldades metodológicas e também utilizam, em larga escala, a imprensa como fonte de informações. Por esta razão, é

desta área que surge a maior parte da bibliografia que realiza uma análise crítica a respeito do uso da imprensa como fonte de dados para pesquisas baseadas em ocorrências e eventos (EARL et al, 2004).

Análise documental

É evidente que, assim como com qualquer outra fonte de pesquisa, é preciso atentar aos limites e possíveis vieses que os dados extraídos da imprensa possam ter. A veiculação de informações sobre determinados fatos sociais pode ser influenciada por interesses ocasionais até mesmo variar de acordo com o momento do mercado noticioso. Podem existir ainda dúvidas a respeito da veracidade dos fatos relatados pela mídia, da idoneidade de um veículo perante interesses mercadológicos, além da publicação de textos contaminados por um determinado viés ideológico (ADORNO, 1999).

Utilizar dados extraídos de notícias de jornais, publicadas ao longo de 30 anos, para estudar linchamentos, significa manipular documentos escritos que registram memórias de fatos ocorridos em contextos e momentos diferentes. O documento acrescenta a dimensão do tempo à compreensão social e, graças a eles, podemos observar o desenvolvimento e as mudanças de dinâmicas e configurações em um aspecto longitudinal partindo do presente com direção ao passado. O documento escrito é fonte de reconstrução, indispensável na reconstituição do passado distante e muito importante para o passado recente. No entanto, o documento como fonte secundária de dados é um instrumento que o pesquisador não domina. Diante de um texto, qualquer tentativa de diálogo e interação é surda, o documento apenas emite e não recebe, não existem perguntas adicionais ou maiores esclarecimentos (CELLARD, 2008). Não podemos voltar no tempo para entrevistar as pessoas envolvidas sobre suas impressões a respeito de determinados fatos naquele momento em particular, pois, ainda que estas pessoas ainda estejam vivas, o tema da conversa seriam suas memórias sobre determinado fato tantos anos depois.

A análise documental requer, segundo Cellard, alguns cuidados com relação aos textos utilizados na pesquisa em diversos aspectos como credibilidade, representatividade, contexto em que foi escrito, quem foi seu autor e a quem se dirigia devem ser considerados.

Antes de realizar uma análise em um documento, o pesquisador deve tomar algumas precauções. A primeira delas é a definição de quais são os documentos analisados, sua origem e o que eles abarcam. A segunda precaução para análise do documental que Cellard menciona, diz respeito ao exame e a crítica do documento, e envolve diversos aspectos que foram trabalhos neste capítulo metodológico ou em outros momentos da dissertação, como:

- **Contexto social:** esta dissertação apresenta um capítulo a respeito da conjuntura dos 30 anos pesquisados.
- **Autores:** aqui serão considerados autores os jornais (cada um dos veículos) e não os jornalistas, visto que é impossível retratar um perfil destes profissionais em razão da falta de dados e da infinidade de autores relacionados a cada matéria²⁴. Um perfil dos jornais será fornecido abaixo.
- **Autenticidade e confiabilidade:** as notícias são resultado do trabalho de jornalistas que entrevistam fontes e muitas vezes checam fatos *in loco*, ainda assim, a confiabilidade dos dados quantitativos extraídos das matérias nesta pesquisa é reforçado pelo uso de múltiplas fontes (diferentes jornais).
- **Lógica dos textos e conceitos chaves:** A maior parte das notícias sobre linchamento tem caráter informativo, visam narrar um fato de maneira bastante objetiva, sem a pretensão de realizar um aprofundamento por meio da consulta à diferentes atores ou uma abordagem mais analítica e interpretativa das informações coletadas. Algumas considerações à respeito dos conceitos utilizados pela imprensa e pelos atores que falam aos jornais foram realizadas no capítulo que faz a análise dos dados.
- **Natureza do texto:** o conteúdo e estrutura de um documento podem variar muito conforme os condicionantes que determinaram sua elaboração e quais são foram as

²⁴ Principalmente se considerarmos que, por trás de cada notícia, temos jornalistas, editores e redatores influenciando a condução do documento.

suas finalidades. Por esta razão, fazer uma crítica dos documentos consultados é fundamental para a validade dos dados que deles serão extraídos. Na seção seguir eu esboço algumas destas limitações e possibilidades de superação.

Identificando e controlando os problemas na utilização da imprensa como fonte de dados

As principais questões que foram consideradas para se fazer uso de informações extraídas da imprensa para a realização deste trabalho são (EARL et al, 2004; TILLY, 1969; FRANZOSI, 1987):

1) Veículo: um jornal não faz a cobertura de todos os eventos ocorridos, mas daqueles que são considerados mais relevantes de acordo com os interesses de seu público alvo. Além disso, a seleção e conteúdo das pautas que serão trabalhadas dependem de uma série de fatores que podem mudar ao longo do tempo ou de uma edição para outra, tais como linha editorial, competição com outros jornais, interesses comerciais, demais pautas do dia, limite de tempo para realizar a apuração e espaço físico disponível no jornal impresso.

2) Características do caso: os eventos têm maior probabilidade de se tornar notícia quando suas características estão de acordo com os critérios de noticiabilidade (GALTUNG E RUGE, 1965; SILVA, 2005) utilizados pelos jornais. A seguir os principais fatores que podem afetar a publicação de um caso de linchamento e algumas considerações sobre os efeitos destes elementos para os dados levantados na pesquisa.

a) *impacto*: quanto mais pessoas envolvidas ou afetadas por um evento, maiores são as chances de a informação ser considerada relevante e se tornar notícia. Neste sentido, os casos de linchamento geralmente envolvem um grupo considerável de pessoas, o que pode despertar a atenção da imprensa.

b) *proximidade geográfica*: mesmo os jornais ditos nacionais acabam noticiando com maior frequência as ocorrências que têm lugar em sua própria região ou cidade. Como o recorte desta pesquisa é delimitado pela Região Metropolitana de São Paulo e os jornais

pesquisados estão centrados na capital, é possível que ocorrências das cidades vizinhas estejam sub-representadas.

c) *violência e conflitos*: eventos violentos e aqueles que envolvem morte chamam mais a atenção da imprensa. Considerando esta informação, é possível afirmar que um linchamento que resulta em morte tem mais chances de ser noticiado que uma ameaça de linchamento.

d) *polêmica*: casos que geram um debate ou dividem a opinião pública. Não há exatamente um consenso a respeito da legitimidade dos linchamentos. Perante a lei são crimes, mas esta certeza é relativizada nas falas dos atores relacionados aos casos e a questão do certo e errado de um linchamento é recorrente.

e) *raridade*: casos considerados incomuns ou que apresentem fatos inusitados, surpreendentes ou mesmo dantescos são considerados mais interessantes do que episódios muito recorrentes. Os linchamentos não são fatos corriqueiros e por apresentarem informações sobre o uso extremo da violência chamam a atenção principalmente da imprensa popular.

f) *proeminência*: o perfil dos elementos que compõe um caso são critérios relevantes de noticiabilidade. Quando um caso envolve pessoas de prestígio ou espaços de elite terá maior repercussão. Como veremos a seguir, a maior parte das vítimas de linchamento estão longe de serem consideradas pessoas proeminentes, mas este fator pode influenciar principalmente as notícias de ameaças de linchamentos que ocorrem contra autoridades e em casos de crimes de grande repercussão pública.

g) *drama*: grandes catástrofes, episódios permeados de forte emoção ou que expõe um drama humano geram manchetes.

h) *proximidade cultural*: notícias que envolvem pessoas culturalmente mais próximas do leitor geram uma identificação e maior interesse pela notícia. Este dado reforça a importância do uso dos jornais populares para o levantamento dos casos, já que eles têm entre seus leitores preferenciais a classe trabalhadora, principais vítimas de linchamentos.

i) *instituições*: episódios que envolvam a administração pública e suas instituições ganham visibilidade. No caso dos linchamentos, como a polícia é a principal fonte de informações para a imprensa, os acontecimentos registrados pela polícia tem mais chances de se tornar pauta para a imprensa.

j) *continuidade*: uma vez que um episódio ganha grande repercussão, ele vai continuar na mídia por algum tempo, chamando a atenção para casos semelhantes. Como veremos a seguir, em alguns momentos ao longo dos 30 anos pesquisados certos de casos de grande repercussão aumentaram o interesse da imprensa por eventos da mesma natureza, afetando consideravelmente o número de casos registrados naquele período.

3) Problemas de coleta: estão relacionados a seleção de uma amostra relevante dentro do universo de notícias, além de uma clara definição a respeito do fenômeno estudado, de maneira que a coleta de casos seja confiável, uniforme e coerente.

4) Falhas nos dados publicados: neste sentido, o principal viés jornalístico não é a publicação de dados errôneos ou falsos, o problema tem mais relação com informações fragmentadas e incompletas, além da superexposição ou subnotificação de casos.

3. 2. O Banco de Dados da Imprensa Sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos

A principal fonte utilizada para a pesquisa é o *Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos*. Esta base de dados foi criada e mantida pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo com o objetivo de sistematizar dados que subsidiassem pesquisas a respeito de graves violações de direitos humanos.

A coleta teve início no período 1993-94, e compreendeu, inicialmente, a busca de informações em retrospectiva, ou seja, foram coletados dados de anos anteriores, mais especificamente do período 1980-89. A pesquisa foi realizada em acervos de jornais localizados em bibliotecas municipais; Arquivo Público do Estado de São Paulo e arquivos de recortes, mantidos pelos jornais. Nestes acervos a coleta dos dados consistiu na seleção das

notícias que se adequavam às definições da pesquisa, sendo posteriormente solicitada xerocópia das notícias.

Nesta fase da pesquisa foram localizadas aproximadamente 5000 notícias distribuídas em 3609 casos de violência policial, linchamentos, grupos de extermínio e justiceiros, que receberam um tratamento preliminar sobre o perfil das violações, perfil das vítimas e dos agressores, da atuação da polícia e da justiça, e da intervenção das entidades de defesa dos direitos humanos e da sociedade civil. Em 1995, foi constituído o banco de dados eletrônico que permitiu maior padronização na classificação dos casos e formas de consulta mais precisas, além do cruzamento de informações.

O reconhecimento do potencial de usos desta base de dados motivou a ideia de manter uma coleta sistemática de informações dos jornais com o intuito de remediar o problema da ausência de dados a respeito de casos que não figuravam com clareza nas estatísticas oficiais (como o linchamento, por exemplo) e realizar um monitoramento dessas graves violações de direitos humanos. Foi realizada então a coleta nos arquivos dos jornais, em busca dos casos publicados no começo da década de 1990 com o objetivo ampliar o banco de dados para todo o período. Em janeiro de 1996 essa atividade foi finalizada e a equipe passou a trabalhar com os jornais da semana, mantendo o acervo atualizado. Nessa etapa da coleta foram utilizados os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Notícias Populares*.

Ao longo dos 30 anos as fontes utilizadas pelo banco de dados sofreram consideráveis alterações. Os únicos jornais que foram mantidos na coleta durante todo o período (1980-2009) são a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

O jornal *Notícias Populares* foi utilizado entre 1980 e 1992, quando foi excluído do Banco de Dados depois que sua credibilidade passou a ser questionada em razão de uma cobertura sensacionalista e de baixa credibilidade²⁵. Por quase 5 anos e justamente na década que

²⁵ Como veremos a seguir, a exclusão do *Notícias Populares* do Banco de Dados nesta época é bastante paradoxal, visto que é justamente este o momento em que ele passa por uma profunda reformulação para se adequar ao Projeto Folha, aumentando sua credibilidade. Além disso, os casos lendários (e claramente fictícios)

concentra o maior número de casos de linchamentos este banco de dados ficou sem uma fonte no segmento de *jornais populares* quando, em 1997 o jornal *Diário Popular* (que anos mais tarde passou a se chamar *Diário de São Paulo*) foi incluído. Eventualmente são anexadas também notícias de outros jornais, porém, a coleta em outros periódicos não é sistemática e ocorre quando há a publicação de algum tema ou caso de grande interesse para as pesquisas do NEV/USP. Com relação aos jornais do Rio de Janeiro, *O Globo* foi utilizado entre 1980-1992e depois entre 1999-2004 e o *Jornal do Brasil* entre 1980-1999, quando foi substituído pelo jornal *O Dia*, por apresentar uma melhor cobertura dos temas trabalhados pelo Banco de Dados.

Principais fontes do Banco de Dados da Imprensa

As informações extraídas da imprensa necessitam de um tratamento que considere quais são os condicionantes que afetam o retrato de nossos casos de interesse, tais como o contexto em que os casos foram veiculados, as possíveis modificações no estilo da imprensa ao veicular notícias ao longo do período observado, as diferenças entre os distintos jornais utilizados e a abrangência da imprensa consultada (ADORNO, 1999). Neste sentido, as principais fontes que veicularam notícias sobre linchamentos foram analisadas com relação à diferentes aspectos:

Segmentos

Como mencionado, a principal fonte de dados da pesquisa (os autores dos documentos analisados) são os jornais que compõem o banco de dados e o banco em si (sistematização dos dados das notícias). Estes jornais podem ser agrupados principalmente de acordo com

do bebê Diabo e da Loira Fantasma que foram citados como justificativa para a exclusão do Notícias Populares da base de dados ocorrem no começo da década de 1970, quase 20 anos antes de sua exclusão.

dois segmentos de acordo com suas características e público alvo: os *jornais de referência* (também chamados de “grande mídia” e jornalões) e os *jornais populares*²⁶.

Jornais de referência

- **Veículos no Banco de Dados:** Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil
- **Abrangência:** interesse por temas de relevância nacional.
- **Impacto:** grande influência na agenda pública do país.
- **Temas:** extensa cobertura política, assuntos internacionais, economia, cultura, cidades e esportes.
- **Estilo:** textos mais extensos e por vezes analíticos, emprego de linguagem formal, menor quantidade de imagens e fotos.
- **Público:** Audiência formada principalmente por classes A e B.
- **Preço:** sempre mais alto que os jornais populares.
- **Circulação:** maior circulação entre leitores assinantes (público fiel) e menos vendas em bancas.

Jornais Populares²⁷

- **Veículos no Banco de Dados:** Notícias Populares, Diário Popular, Diário de S. Paulo e O Dia
- **Abrangência:** interesse por temas regionais e locais.
- **Impacto:** pouca influência na agenda pública do país.
- **Temas:** cobertura política diminuta e maior representação de temas como problemas da cidade, casos policiais, cobertura esportiva, serviços e vida pessoal de celebridades.

²⁶ O termo popular aqui não tem qualquer relação com uma defesa dos interesses da classe trabalhadora, mas faz referência a algo que é de agrado do povo.

²⁷ O surgimento dos jornais ditos populares, ocorrido no Brasil em meados da década de 1960, está relacionado à necessidade de ampliação do mercado consumidor por parte das empresas de comunicação que já atuavam no segmento destinado aos leitores das classes A e B. A exploração de um novo nicho de mercado, composto pelas classes C e D, foi possível, sobretudo, em razão do aumento da taxa de alfabetização e escolaridade da população.

- **Estilo:** textos informativos curtos e de fácil compreensão, emprego de linguagem coloquial, uso intenso de imagens e fotos.
- **Público:** Audiência formada principalmente por classes C e D.
- **Preço:** sempre mais baixo que os jornais de referência
- **Circulação:** circulação dependente principalmente nas vendas realizadas nas bancas de jornal (estes veículos dependem da atratividade das suas matérias de capa para garantir uma boa circulação)

Como discutiremos a seguir, esta segmentação se dá em razões políticas e mercadológicas, um mesmo grupo pode ser dono de jornais com diferentes perfis²⁸ com o objetivo de garantir difusão entre os distintos tipos de público e classes sociais. Para completar a caracterização das fontes, foi realizado um breve levantamento a respeito do histórico e características dos principais veículos que publicaram as notícias analisadas nesta pesquisa:

Veículos

Notícias Populares

Segundo Campos Jr. et. al. (2002), o jornal nasce em 1963, a partir da iniciativa de Jean Mellé²⁹ que se associou à Herbet Levy (Gazeta Mercantil) para criar um jornal conservador que visava combater a “ameaça comunista”, por meio da publicação de um veículo com extremo apelo popular e quase nenhuma informação sobre temas políticos em suas páginas. A estratégia política do jornal era evitar falar de política, principalmente a nacional, se focando apenas nos problemas locais da cidade. Dado o objetivo do projeto, o jornal não

²⁸ O grupo Folha da Manhã, além do jornal Folha de S. Paulo, também era dono do *Notícias Populares* e hoje detêm o jornal Agora; as Organizações Globo, além de O Globo também são donos do jornal Extra e chegaram a comprar o *Diário Popular* e Grupo Estado, além do *Estado de S. Paulo* possuía até recentemente o Jornal da Tarde (O JT era um espécie de intermediário entre jornais populares e os jornais de referência).

²⁹ Mellé foi um experiente jornalista Romeno, dono do principal jornal de Bucareste (de inspiração popular), perseguido pelo regime soviético e enviado para um campo de concentração na Sibéria em 1947 onde foi torturado e mantido por mais de 10 anos, sendo dado como morto por sua família e amigos. Após uma pequena temporada na Europa, onde não conseguiu se adaptar, Mellé chega ao Brasil, onde morava seu irmão, em 1958 e fica muito assustado com a possibilidade de uma revolução socialista no país.

visava lucro e tinha total liberdade para tratar dos temas da forma mais coloquial possível, o que o tornou um grande sucesso.

O *Notícias Populares* apoiou o golpe militar e, em 1965, passada a ameaça socialista, foi vendido para o Grupo Folha da Manhã, que manteve sua vocação eminentemente popular e a editoria de Jean Mellé, mas aumentou a pressão para que o jornal resultasse em lucros. O editor comandou o jornal por mais 6 anos até a sua morte e, então, a direção do jornal foi entregue à Armando Gomide, um escrivão de polícia aposentado sem formação jornalística, que mudou a linguagem do jornal de um tom coloquial para uma linguagem quase cômica, com manchetes com duplo sentido e casos fictícios contados como reais, provocando uma crise de credibilidade e uma queda drástica nas vendas do *Notícias Populares*, o que levou à demissão de Gomide.

Fica evidente que, a compra do *Notícias Populares* pelo grupo Folha da Manhã gerou uma tensão que se tornou permanente dentro do jornal: inserido na lógica de mercado ele precisa garantir lucros e, para tal, explora a o tripé violência – sexo – casos sobrenaturais, em capas com imagens escabrosas e boas doses de sensacionalismo mas, ao mesmo tempo, o jornal não pode comprometer a credibilidade do Grupo Folha.

Com a saída de Gomide e sob o controle de Ebrahim Ramadan³⁰, o *Notícias Populares* passou a apostar fortemente nos casos policiais (e para tal estreitou suas relações com a polícia, principal fonte de informações) e em notícias de casos extraordinários e sobrenaturais. Ebrahim comandou o jornal por quase 20 anos e, com sua saída em 1990, o jornal se tornou instável com mudanças constantes na direção. Dependente das vendas, a matéria de capa sempre foi algo muito importante para o Jornal, as reuniões de pauta se detinham muito nisso e, quando uma edição vendia bem, o tema de sua capa era repetido nos dias subsequentes. Foi desta forma que, na década de 1990, os editores perceberam que, diante da crise e sucessivos planos econômicos, quando o *Notícias Populares* trazia informações sobre políticas do governo, as vendas aumentavam. Em razão de sua linguagem simples e muito mais compreensível do que as usadas pelos jornais de referência ou mesmo pela TV

³⁰ Ex-aluno de Ciências Sociais da USP

(que privilegiavam comentaristas especializados), o *Notícias Populares* começou a falar de política e foi bem sucedido em comunicar para a classe trabalhadora as decisões e instabilidades do governo, sempre fazendo uso de sua linguagem simples e jocosa. A pressão do grupo Folha (em especial de Otávio Frias Filho³¹) por uma mudança de linguagem que garantisse mais credibilidade e um abrandamento no tipo de cobertura (com maior adequação aos parâmetros do Projeto Folha³²), aliadas às sucessivas trocas de editores, enxugamento de equipe e a concorrência com o jornal *Diário Popular* levaram o *Notícias Populares* ao declínio de vendas e fechamento em 2001. No lugar dele a Folha criou o *Jornal Agora*, mais focado em prestação de serviços.

Diário Popular / Diário de S. Paulo

De acordo com Luiz de Paula (2008), fundado em 1884, com o nome de "*Diário Popular*" o jornal foi um instrumento político na luta pela proclamação da República e abolição da escravidão no final do século XIX. Gradualmente o veículo abdica de seu destaque no debate público e, na década de 1940, assume uma vocação econômica, e muda sua identidade para um jornal de classificados, se dedicando principalmente a atrair pequenos anúncios, negligenciando a redação, o que garante ao veículo uma confortável situação financeira. Nos anos 1970 o jornal tem um novo reposicionamento e passa por um plano de modernização, que faz usos de recursos da linguagem publicitária nas matérias, com imagens e títulos impactantes, mas é a partir de 1988, que o Diário se torna popular de fato. Comprado pelo então governador Orestes Quécia (em final de mandato), o jornal recebeu um grande aporte de recursos (especialmente verbas publicitárias provenientes do governo do Estado na gestão Fleury, sucessor de Quécia), passa por um projeto de reforma editorial voltada para um jornalismo popular, o que faz com que suas vendas cresçam incrivelmente, se tornando um fenômeno. O "rei das bancas", como foi chamado, se tornou o jornal mais

³¹ Em 1997, Frias descreve à revista *Imprensa* (apud. Campos Jr. 2002) o desafio que foi a transformar o *Notícias Populares*: "como fazer um tipo de jornalismo mais aceitável para os nossos padrões- mais classe média ou mais burguês, como preferir – sem destruir o jornal e a circulação expressiva que ele tem". A questão que Frias colocava era: como "civilizar" o jornal sem perder os lucros provenientes de suas vendas. Aparentemente o gestor não foi bem sucedido, visto que o jornal foi fechado em 2001.

³² Vide seção que fala especificamente da Folha de S. Paulo

vendido nas bancas da cidade, abocanhando público principalmente do jornal *Notícias Populares*. O Diário mantém suas boas vendas por quase uma década, fazendo uso intensivo de recursos como brindes e cupons. Em 2001 é comprado pelas *Organizações Globo* que muda o nome do jornal para *Diário de S. Paulo* e, 8 anos depois o revende para a empresa *Traffic* que amplia o espaço destinado à cobertura esportiva no jornal.

*Folha de S. Paulo*³³

O jornal *Folha de S. Paulo* surgiu em 1960 a partir da junção dos jornais (Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde) e se consolidou como um dos mais influentes jornais do país. A história das folhas e sua vocação sofrem transformações na medida em que os jornais mudam de direção e de donos: nascidas como jornais de trabalhadores urbanos da década de 1920, com textos curtos e foco no cotidiano, os jornais passam a defender os interesses dos produtores rurais na década de 1930 e fazem oposição à Getúlio Vargas na década de 1940. Comprados por aliados políticos do presidente em 1945, as folhas mudam de perfil, se transformando em jornais das classes médias que incentivam campanhas cívicas (não contestatórias ao regime). Em razão de uma crise financeira os dirigentes dos jornais decidem fundi-lo em um só e, em 1960, nasce a Folha de S. Paulo. Comprada por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho dois anos depois, o jornal apóia o golpe militar de 1964 e passa a receber críticas contundentes dos grupos de esquerda em razão de sua postura acrítica com relação à ditadura militar.

A partir do enfraquecimento da ditadura o jornal se reposiciona e decide adotar uma postura mais independente. Seu projeto editorial, chamado de *Projeto Folha* começou a ser delineado na década de 1970 delimitando metas como informação correta, interpretação competente e pluralidade de opiniões sobre os fatos. O projeto foi implementado a partir da segunda metade dos anos 1980, pelo Manual Geral da Redação, documento que entrou em

³³ Wikipedia. Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_de_S._Paulo> e Folha de S. Paulo. Os 90 anos da Folha em 9 atos, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml>>, ambos acessados em 8/09/2012.

vigor em plena redemocratização e campanha pelas eleições diretas, e visou consolidar um perfil de jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno, diminuindo os excessos de opinião e impressionismos. Neste mesmo contexto, o jornal estabeleceu algumas medidas para garantir maior transparência, como a criação da seção '*Erramos*' e o cargo de *ombudsman*, que faz a crítica interna do veículo. A partir da reformulação de seu projeto editorial, a Folha se torna líder na imprensa diária brasileira e, desde 1986 é o jornal de maior circulação no país. Seu posicionamento político declarado é de independência crítica com relação aos governos e compromisso com seus leitores (entenda-se a classe média hegemônica).

*Estado de S. Paulo*³⁴

O mais antigo dos jornais ainda em circulação na cidade, *O Estado de S. Paulo* nasce em 1875 com o nome de "A Província de S. Paulo" (atualizado em 1890 a partir da mudança na denominação das unidades da federação para Estado) defendendo um ideal republicano e abolicionista. Dirigido pela família Mesquita desde o seu nascimento, no começo do século XX o jornal já era o maior da cidade, posição que só perdeu para a *Folha de S. Paulo* quase 80 anos depois. O Estado apoiou o golpe militar de 1964 e retirou seu apoio um ano depois, quando passou a ser censurado, ainda assim não apresentava uma postura de críticas muito duras ao governo federal, tanto que apenas se engajou na campanha das Diretas Já, em 1984, já perto da votação. Na década de 1980 o jornal perde sua hegemonia e desde então é o segundo em circulação da cidade. *O Estado de S. Paulo* é ideologicamente identificado como um jornal com posicionamento político conservador e apoio ao liberalismo / neoliberalismo econômico.

Análise dos jornais e segmentos nos casos de linchamentos

³⁴ Wikipedia. Estado de S. Paulo. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Estado_de_S._Paulo>, acessado em 08/09/2012.

No período estudado foram publicadas 589 notícias sobre casos de linchamentos ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo, uma média de 1,5 notícias por caso³⁵, distribuídas entre os jornais da seguinte maneira:

Quadro 1. Distribuição das notícias de linchamentos segundo veículo, Região Metropolitana de São Paulo, por década, 1980-2009

	1980	1990	2000	Total
Notícias Populares	126	57	-	183
Diário Popular	0	100	34	134
Folha de S. Paulo	31	43	19	93
O Estado de S. Paulo	5	50	28	83
Diário de S. Paulo	0	0	40	40
O Globo	15	0	2	17
Folha da Tarde	12	2	0	14
Jornal do Brasil	6	7	0	13
Jornal da Tarde	5	0	0	5
Outros	0	4	1	5
O Dia	0	0	2	2
	200	263	121	589

Fonte: Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos – NEV/USP

No **Quadro 1** fica evidente que os jornais *Notícias Populares* (anos 1980) e *Diário Popular* (anos 1990) publicaram a maior parte das notícias sobre linchamentos com as quais trabalhamos. O fato não é espantoso, pois estes são os veículos que, em algum momento do período pesquisado, deram destaque à uma cobertura que privilegiava temas relacionados à editoria policial, além de serem jornais que se interessavam por vários dos aspectos que os linchamentos relacionam, como violência e conflitos, casos com detalhes pouco usuais que causam consternação ou geram curiosidade (como as informações sobre vilipêndio de cadáver), histórias com fortes componentes dramáticos e personagens da classe trabalhadora (os principais leitores destes jornais).

³⁵ Este número deve ser visto com ressalvas, já que o desvio padrão é considerável, pois alguns casos possuem muitas notícias e outros apenas uma pequena nota.

O breve histórico dos jornais ajuda a compreender detalhadamente o quadro. Nos anos 1980, o *Notícias Populares* era o principal jornal popular da cidade, fazia muito sucesso nas bancas e dava bastante destaque à temas relacionados com a violência. Nos anos 1990, com a saída do jornal do rol de fontes pesquisadas, os casos noticiados por ele desaparecem.

Na mesma década, o jornal *Diário Popular* que havia passado por uma reformulação ascende como o novo expoente do jornalismo popular na cidade e é inserido no Banco de Dados da Imprensa em 1997, o que justifica o aumento considerável nos casos de linchamentos coletados no Diário Popular. Seu sucessor a partir de 2001, o Diário de S. Paulo, apesar de ser um jornal popular, dedica menos espaço as questões relacionadas à violência, se concentrando mais em esportes e serviços, o que naturalmente poderia diminuir sua cobertura de casos de linchamento em relação ao título anterior.

A *Folha de S. Paulo* aparece como o mais constante dos jornais em termos de volume de publicação de notícias sobre linchamentos. O montante de casos noticiados por este jornal parece refletir o movimento total dos números, isto é, maior concentração de casos nos anos 1990, e acentuada queda nos anos 2000. É possível que esta estabilidade esteja relacionada ao próprio Projeto Folha que determinou uma linha de condutora que diminui as oscilações a respeito do que é ou não pauta para este jornal.

O jornal *O Estado de S. Paulo* parece ter começado a se interessar por estes episódios a partir da década de 1990, já que noticiou poucos casos nos anos 1980. O *Jornal da Tarde* e a *Folha da Tarde* não fazem parte do clipping sistemático do Banco de Dados da Imprensa e suas matérias aparecem esporadicamente na compilação.

Os demais jornais que compõem o banco de dados (*O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*) são da cidade do Rio de Janeiro e raramente repercutem casos que aconteceram em São Paulo. Este dado aponta que, em casos como os linchamentos, os jornais priorizam a cobertura de eventos locais. Das 589 notícias sobre casos de linchamentos em São Paulo, apenas 32 foram publicadas em jornais do Rio de Janeiro, o que representa cerca de 5% do total. Destas 32 notícias publicadas em jornais cariocas, 20 faziam referência à casos que também foram noticiados por outros jornais de São Paulo, ou seja, apenas 12 notícias trouxeram casos que não foram relatados pela imprensa local, 2% do total.

Estes dados apontam que, ainda que a composição do banco de dados se baseie em jornais que possuem cobertura nacional, a maior parte dos textos publicados se refere a casos ocorridos na cidade ou estado em que o jornal é sediado, de maneira que a cobertura de eventos em outras localidades tem caráter excepcional, como nos casos de grande visibilidade.

Um banco de dados efetivamente nacional sobre linchamentos precisaria se basear em uma infinidade de jornais de todos os estados brasileiros e deve considerar jornais tanto do segmento de referência, quanto os jornais populares; uma tarefa consideravelmente difícil mesmo em tempos de maior acesso à notícias de outras localidades pela internet. Por esta razão, esta pesquisa optou por fazer um recorte que considerou apenas os casos ocorridos na cidade de São Paulo e demais municípios de sua região metropolitana, aumentando o número de ocorrências registradas e o nível de detalhamento destes eventos.

Gráfico 1. Distribuição das notícias de linchamentos segundo segmento do jornal, Região Metropolitana de São Paulo, por década, 1980-2009 %

Fonte: Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos – NEV/USP

O **Gráfico 1** compila as fontes por segmento e mostra o percentual de participação de cada uma delas na distribuição total das notícias. Nele é possível visualizar que os jornais considerados³⁶ populares, ainda que tenha ficado sem representação no banco de dados da imprensa por quase 5 anos entre 1992 e 1997, concentram cerca de 60% das notícias sobre linchamentos. Este dado aponta a importância de utilizar os jornais de diferentes seguimentos para compor um banco de dados de notícias como este.

No entanto, para minimizar os problemas relacionados à qualidade e vieses de cobertura é a triangulação de fontes, isto é, inclusão de mais de uma fonte de forma a garantir uma cobertura mais ampla (minimizando o problema da seletividade) e com maior qualidade de informações (minimizando o problema de falta ou fragmentação dos dados), permitindo capturar mais eventos e com maior detalhamento. Considerar informações de jornais de perfis diferentes também pode trazer vantagens, pois diferentes redações podem ter diferentes recortes e padrões para a elaboração de texto, seja privilegiando a simples notificação com dados mais básicos, seja oferecendo informações mais completas como entrevistas, análises e dados contextuais.

Com relação ao problema da fragmentação e informações incompletas, é preciso considerar que em um campo com poucos dados, são as informações a que temos acesso que irão delimitar o escopo e desenho da pesquisa. Devemos cotejar as unidades de análise que almejamos com as que os dados de que dispomos possibilitam. Quando estamos diante de elementos fracionados, incompletos e seletivos e necessitamos uniformizá-los para analisá-los, uma série de dados ricos, porém não sistemáticos são deixados de lado e é sobre o estrato de informações disponíveis para a maior parte dos eventos que a pesquisa se concentrará, pois são eles que permitiram comparações e generalizações (TILLY, 1969). É preciso reconhecer que as limitações das fontes limitam a pesquisa.

³⁶ Jornais Populares: *Notícias Populares*, *Diário Popular*, *O Dia*; Jornais de referência: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* e Outros: *Folha da Tarde*, *Jornal da Tarde* e outros.

3.3. Análise de Conteúdo

Consideradas todas as justificativas relacionadas à seleção da fonte, razões para o seu uso, cuidados na análise documental e crítica aos limites desta fonte, a próxima etapa do trabalho metodológico se refere ao exame do conteúdo encontrado nos documentos. Para tal, foi empregada a técnica de *análise de conteúdo*, na forma como é proposta por Badin (2011):

“A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que tem como campo a análise das comunicações, visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou qualitativos) e permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens”.

Como já mencionado, o *campo* de aplicação da análise foram os jornais de grande circulação destinados à comunicação de massa. Os procedimentos de *descrição do conteúdo* se basearam principalmente em dados quantitativos que compõe o Banco de Dados da Imprensa, com o objetivo de caracterizar os casos de linchamento quanto à diferentes classificações (data, local, vítimas, agressores, motivação, desfecho, etc.), além de dados qualitativos, consolidados a partir da leitura dos recortes das notícias de jornais. A última etapa desta análise dos dados se dedicou a *inferência* e interpretação das informações e o exercício de agregar dados quantitativos e qualitativos para enriquecer a leitura e aumentar a profundidade da análise.

Desta forma, a partir da análise dos dados quantitativos sobre os linchamentos deu-se início à fase de leitura atenta das notícias veiculadas no período estudado, com o objetivo de observar de maneira detida as dinâmicas das ações, as declarações dos atores que presenciam, participaram ou tem alguma ligação com os casos, além de identificar os possíveis limites da cobertura jornalística que influenciam os dados, muitos dos quais já listados aqui. O material é obtido pela leitura dos jornais foi utilizado para compreender as dinâmicas operacionalizadas pelos linchamentos, a partir das falas e do ponto de vista que os atores relacionados expressam nos jornais.

Imprensa como fonte qualitativa, as falas dos atores

Uma cobertura mais profunda por parte da imprensa é algo relativamente raro em casos de linchamentos, uma vez que boa parte das matérias publicadas nos jornais carece das informações mais básicas e tem como objetivo simplesmente notificar uma ocorrência e não problematizá-la e trazer luz às diferentes falas de atores e pontos de vista.

Apesar de ter possibilidade de acesso a fontes diversificadas (moradores, policiais, especialistas) a maior parte das reportagens não faz uso destes recursos, pouco esclarece o leitor e deixa muitas lacunas ao longo do texto, mesmo as matérias mais completas são uma visão parcial e que tem o objetivo atender a um tipo específico de leitor e de visão de mundo, por isso, tendem a omitir sujeitos, fatos ou até criar falsas impressões sobre eles. Todo conteúdo jornalístico que lemos passou por um infindável número de filtros e escolhas que vão desde a escolha da pauta até sua publicação. Quando nos deparamos com um texto jornalístico com muitas lacunas é difícil saber se as brechas nos documentos são apenas sinais de matérias mal redigidas, incompletas e que carecem de fontes e espaço físico para desenvolverem a história por completo, ou se elas simplesmente traduzem uma realidade cheia de desencontros e fragmentos, tal como ela aparece na fala da comunidade e até mesmo na fala das autoridades.

Ainda assim, a imprensa pode trazer uma rica trama de personagens que vivenciam ou emitem opiniões sobre acontecimentos relevantes do momento retratado e que foram selecionados para serem publicados. A qualidade das reportagens sobre linchamentos é bastante irregular, mas em alguns textos é possível encontrar caminhos para exame mais detalhado dos acontecimentos. Além disso, em uma pesquisa feita em retrospecto e que tem como foco eventos marcantes, mas pontuais e que se passam em comunidades muito dinâmicas, seria impossível acessar os atores chaves até 30 anos depois das ocorrências e pedir para que eles emitam opiniões ou descrevam o que se passou, pois as lembranças que têm foram tantas vezes resignificadas por acontecimentos posteriores que jamais teríamos acesso aos retratos de momento, que em uma pesquisa longitudinal são relevantes.

A veracidade das declarações pode ser questionada e, de fato, este é um problema considerável, visto que quem fala ao jornal fala publicamente e sabe que “certas coisas” não

devem ser faladas com todas as letras ou ainda, é possível que, diante de um jornal algumas pessoas radicalizem suas opiniões para destacar e chamar a atenção para um problema. Estes são problemas que precisam ser considerados ao se trabalhar dados proveniente de uma fonte como os jornais, sobre a qual não se tem qualquer controle. A imprensa, ao mesmo tempo em que pode gerar desconfiança e suspeição pelos sujeitos abordados, pois eles temem serem implicados ou retratados de maneira pejorativa, por outro lado, também possui atrativos como oferecer um canal para tornar público problemas e reclamações, tornar possível declarações em anonimato, além de exercer o fascínio e estimular a vaidade de ter o nome impresso, aparecer no jornal e ser considerado “importante”. Para as autoridades políticas, a fala na imprensa pode ser ainda uma possibilidade de prestação de contas, de fazer esclarecimentos a respeito de suas ações ou de projetar uma imagem pública.

Para além da extração dos dados quantitativos e para além da questão da precisão dos relatos e depoimentos, os textos de jornal nos interessam também pelo que revelam em termos de formação do imaginário e posicionamento dos atores. O que se fala sobre o fato, a linguagem subjacente, importa tanto quanto o próprio fato. A retórica dos atores e instituições veiculadas sistematicamente na imprensa têm o poder de forjar um senso comum, por esta razão, além de fonte de informações sobre as ações de linchamento, a imprensa será também a principal fonte sobre a retórica que cerca estes casos.

Por trazer à tona questões sobre segurança, justiça e as expectativas a respeito da atuação das instituições que trabalham diretamente com este tema, as reportagens podem ser um espaço privilegiado para observar em retrospecto como se dava a relação entre os serviços públicos e a população, colocar em foco questões como a ausência ou ineficiência na prestação de serviços por parte do Estado, descompasso entre as realidades locais e os serviços existentes, demandas e percepções do público, além da falta de informação ou mesmo desconhecimento por parte da população com relação à forma como funcionam as instituições públicas que atuam na área de segurança e justiça e quais são as regras que regem esta atuação.

O resultado deste trabalho é o capítulo que analisa os linchamentos na imprensa, um texto que foi estruturado a partir de um exercício de resposta às principais questões que um texto noticioso (a fonte) se dispõe a responder: O que, Quando, onde, quem, como e por que.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS LINCHAMENTOS NA IMPRENSA

O que, Quando, Onde, Quem, Como e Porque

4.1. O QUE

Ao longo da pesquisa os linchamentos serão entendidos como modalidades de ação coletiva que têm o propósito de executar um ou mais indivíduos aos quais é imputada a responsabilidade pelo cometimento de crimes e violências de toda sorte, inclusive ameaças, que perturbam a vida e a rotina de bairros populares ou espaços urbanos de extensa e intensa circulação de pessoas (ADORNO & PASINATO, 2007). Os linchamentos aqui considerados são, portanto, ações que contam com a participação ativa de um grupo efêmero e sem organização prévia, agindo geralmente em local público, com o objetivo de executar uma ou mais pessoas, em caráter de exemplaridade. Esta definição, ao contrário da mais utilizada na literatura americana, considera não apenas linchamentos consumados, isto é, aqueles que resultaram na morte da vítima, como também registra os casos de tentativas e ameaças de linchamento, colocando foco sobre a intenção de linchar, ainda que a ação não seja concluída.

A imprensa não tem uma definição clara do que é linchamento e muitas das notícias utilizadas pela pesquisa não empregam este termo no corpo do texto. No entanto, apenas considerando-se a descrição dos acontecimentos narrados nestas matérias, é possível classificá-los como linchamentos. Alguns dos textos destas notícias dizem frases como “a multidão tentou matar”, “foi espancado por populares”, etc. Por esta razão, uma pesquisa sobre linchamentos em bancos de dados de notícias não pode ser basear apenas na palavra-chave linchamento.

4.2. QUANDO E QUANTO: Distribuição dos casos ao longo das décadas

Entre os dias 1º de janeiro de 1980 e 31 de dezembro de 2009 o Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos do NEV-USP registrou 385 casos

de linchamentos noticiados pela imprensa ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo. O gráfico 2 retrata o número de casos de linchamentos noticiados pela imprensa de grande circulação, ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no Estado de São Paulo e no Brasil. Os dados apontam que cerca de 65% dos casos de linchamentos noticiados pelos jornais do banco de dados ocorreram no Estado de São Paulo, e indicam ainda que, cerca de 30% do total de notícias publicadas relatavam casos ocorridos na RMSP. A concentração de registros no Estado e principalmente na RMSP não significa maior recorrência dos casos nestas localidades, mas o resultado do viés da fonte de informações pesquisadas, jornais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que priorizam a cobertura de eventos locais. Ainda a composição do banco de dados se baseie em jornais que possuem cobertura nacional, a maior parte dos textos publicados se refere a casos ocorridos na cidade ou estado em que o jornal é sediado, de maneira que a cobertura de eventos em outras localidades tem caráter excepcional, como nos casos de grande visibilidade ou que envolvam autoridades.

É preciso reconhecer ainda, como apontado na metodologia, que o interesse da imprensa pelo fenômeno estudado pode variar bastante ao longo do tempo, de maneira que as notícias coletadas devem ser tratadas como uma amostra e não como o universo dos linchamentos ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1980 e 2009. Não existem indicações claras que permitam precisar qual o grau de cobertura desta amostras (notícias publicadas) com relação ao universo dos casos concretos (casos ocorridos).

Desta forma, ao utilizarmos os dados extraídos da imprensa, o objetivo da pesquisa não deve ser alcançar o número absoluto de casos mais próximos da realidade (por mais que isto fosse desejável para precisarmos a dimensão do fenômeno), mas buscar informações a respeito das características deste fenômeno dentro do recorte feito pela imprensa e que formata a amostra de casos a que temos acesso. Por esta razão, é preciso ter cuidado quando falamos em aumento ou decréscimo de casos ao longo do tempo, à medida que uma elevação no número de casos a que temos acesso pode indicar, não um aumento de ocorrências, mas um maior interesse da imprensa pelo tema, assim como um decréscimo pode indicar desinteresse em noticiar aquele tipo de episódio.

O gráfico 2 mostra que a distribuição destes casos é bastante irregular ao longo do tempo, de maneira que alguns anos possuem picos que concentram um grande volume de registros. Na RMSP, os anos de 1984 e 1991, com 41 casos cada são os momentos com maior concentração de registros, seguidos pelos anos de 1997 com 28 casos e 1999 com 26 casos. Juntos estes 4 anos somam registros que corresponde a 35% dos casos registrados no banco de dados ao longo dos 30 anos em análise. A partir do gráfico é possível notar ainda que a partir do ano de 1999 o número de casos noticiados começa a cair e se mantêm em patamares mais baixos a partir de 2003.

Gráfico 2. Casos de linchamentos noticiados e casos de maior repercussão, Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil, 1980 e 2009

Fonte: Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos – NEV/USP

Com relação a distribuição por décadas, dos 385 casos noticiados na RMSP, tivemos 138 ou 36% concentrados na década de 1980; 177 casos ou 46% na década de 1990 e 70 casos ou 18% que se passam da década de 2000.

Na observação do gráfico 2, chama a atenção o grande volume de notícias sobre linchamentos ocorridos em todo o Brasil no ano de 1991. Este foi o ano de divulgação do vídeo do caso de linchamento de maior repercussão nacional, ocorrido na cidade de Matupá, localizada no norte do estado do Mato Grosso. Em 23 de novembro de 1990, três homens que tinham tentado assaltar uma residência e mantinham uma família como refém se renderam após resistirem por quase 12 horas negociando com a polícia que garantiu proteger a integridade física dos três frente as ameaças da multidão que ao gritos de “mata, mata” cercava a casa onde ocorrera o assalto. Os três acusados se entregaram, foram colocados em um veículo e já estavam sob proteção policial quando foram retirados do um carro, tiveram as algemas removidas, foram agredidos pelos policiais e, em seguida, entregues para a população que foi responsável por espancar e queimá-los ainda vivos. Um cinegrafista amador filmou o linchamento e o caso ganhou grande repercussão nacional no ano seguinte, quando as imagens foram divulgadas pela imprensa. O julgamento dos civis envolvidos neste caso foi realizado em outubro de 2011, 20 anos depois dos fatos e, dos 18 indiciados, 3 foram condenados à penas que variaram de 8 à 4 anos de reclusão. O julgamento dos 7 policiais indiciados por envolvimento no caso não havia sido realizado até a conclusão desta pesquisa.

O gráfico 2 mostra ainda que as duas linhas (RMSP e Brasil) possuem oscilações e alguns picos similares, principalmente durante as décadas de 1980 e 1990. A principal hipótese explicativa para o desenho semelhante é de que, a ocorrência de episódios de grande repercussão pública têm como efeito o aumento do interesse da imprensa e do público por casos da mesma natureza, motivando uma cobertura mais ampla e a exposição de casos similares em períodos imediatamente posteriores a ocorrência de grande repercussão. Quando um caso marcante acontece ele ganha espaço na grande mídia, domina debates e dá maior visibilidade ao tema, movimento que fica claro no ano de 1991, quando foram divulgadas pelos grandes jornais da televisão aberta as imagens de Matupá.

É possível supor que a grande exposição deste caso e sua forte repercussão tenha atraído o interesse dos jornais para outros casos de linchamento e esta pode ser uma das razões para o grande volume de episódios registrados naquele mesmo ano. Partindo desta pista, foram levantados quais são os casos nacionais de linchamentos com desfecho fatal (eventos que recebem maior atenção da mídia) de maior repercussão (medida aqui pelo volume de notícias publicadas ≥ 15) para averiguar se uma ocorrência de grande visibilidade estimularia o registro de notícias similares em momentos imediatamente posteriores ao caso notório³⁷. A partir das informações disponíveis no Banco de Dados da Imprensa chegou-se a 5 casos com maior número de notícias:

- 114 notícias - 05/12/1990 – Matupá (MT)
- 20 notícias - 23/01/1983 – Barracão (PR): Cerca de 150 pessoas encapuzadas invadiram a delegacia local e, após terem dominado os dois policiais de plantão, levaram e lincharam seis presos acusados de assassinar um taxista.
- 19 notícias - 07/04/1991 - Porto Velho (RO): Em represália a morte de um taxista, três pessoas são linchadas.
- 15 notícias - 22/12/1986 – Umuarama (PR): Acusados do assassinato de um fotógrafo e do estupro de sua namorada, 3 homens foram retirados da prisão por uma multidão, arrastados por 5 Km e queimados em praça pública.
- 15 notícias - 23/03/1994 -Salto do Lontra (PR): Em represália a um homicídio 3 pessoas foram retiradas da delegacia e linchadas. O linchamento foi gravado por emissoras de televisão.

Apesar dos jornais que compõe o banco de dados analisado concentrarem a cobertura nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, nenhum dos casos com o maior número de notícias

³⁷ O caso do adolescente Joílson, que morreu após ser pisoteado por um Procurador de Justiça na Praça da Sé, no ano de 1984, não é considerado um caso de linchamento pelo Banco de Dados da Imprensa, pois tem apenas um autor. Ainda assim, em razão de seu contexto (perseguição de um garoto por uma multidão, presunção da culpa, local publico e espancamento), este caso provocou grande repercussão e deu visibilidade à questão dos linchamentos naquele ano (Singer, 2003).

ocorreram nestes Estados ou em grandes metrópoles. Os episódios em destaque são aqueles que envolveram pessoas importantes da comunidade em que ocorreram, as vezes cidades inteiras e principalmente acontecimentos que foram registrados por meio de filmagem (como Matupá), um recurso que aumenta as chances de veiculação pela televisão e gera um grande impacto dramático, ascendendo o interesse sobre os acontecimentos e gerando uma cobertura mais aprofundada por parte da imprensa.

O linchamento do Matupá é seguramente o caso de maior repercussão nacional e certamente teve grande impacto na produção de notícias sobre outros casos de linchamentos em outros estados, como aconteceu em São Paulo. O gráfico 2 mostra ainda que os outros casos de grande visibilidade também podem ter ocasionado um efeito sobre o número de ocorrências registrados pelos jornais ao colocar o assunto linchamento em pauta.

Além disso, é possível considerar que a veiculação e a cobertura mais detalhada e constante destes eventos possa, em alguma medida, ter um efeito de difundir ou avivar no imaginário da população o linchamento como um recurso de justiciamento acessado em situações de aumento da criminalidade e fracas respostas do Estado. As sucessivas notícias de linchamentos poderiam, de alguma maneira, ter um efeito demonstrador e naturalizá-los como uma solução plausível para conflitos e, na medida em que se tornam mais presentes, poderiam ser acionados com maior frequência. Costa (2004) afirma que as mídias sensacionalistas, ao produzirem um discurso pré-concebido de ordenamento que considera o uso da violência um instrumento legítimo de combate à criminalidade, acabam por promover a violência que noticiam e, por esta razão, teriam uma contribuição em promover a percepção de naturalidade dos linchamentos. Garland (2005) aponta que a popularização dos linchamentos nos Estados Unidos foi concomitante com o surgimento da câmera fotográfica, da comunicação moderna e da imprensa nacional, de maneira que a circulação de imagens e relatos ajudaram a espalhar o fenômeno e divulgar o script do linchamento, que passou a ser familiar aos linchadores e à sua audiência. São hipóteses interpretativas interessantes, mas que não serão exploradas por esta pesquisa pois exigiria foco na produção jornalística nas mídias televisiva e radiofônica, que possuem maior penetração social na contemporaneidade.

4.3. ONDE : Localizando os linchamentos no espaço urbano

A maior parte dos casos de linchamento que ocorreram na Região Metropolitana de São Paulo se concentraram na capital, o que é esperado em razão de seu volume populacional, maior densidade urbana e pela facilidade de acesso aos relatos dessas ocorrências por parte da imprensa. Apenas no ano de 1986 os demais municípios da Região Metropolitana registraram mais casos do que a capital (Gráfico 3).

Gráfico 3. Casos de linchamentos ocorridos na Capital e em demais Municípios da Região Metropolitana de São Paulo por Ano - 1980-2009

Fonte: Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos – NEV/USP

Na distribuição dos casos por década, é possível observar que a proporção de casos de linchamento ocorridos na capital cresceu em relação aos demais municípios da Região Metropolitana. Se na década de 1980 a capital respondia por 68% dos casos, esta porcentagem subiu para 81% na década de 1990 e chegou a 88% na década de 2000. O aumento da participação do município de São Paulo sobre o total dos casos da Região Metropolitana pode estar relacionado ao maior adensamento da cidade e crescimento de suas periferias ao longo das três décadas.

Mapa 1. Casos noticiados de linchamentos, segundo Municípios da Região Metropolitana e Distritos da Capital, 1980-2006

O Mapa 1 traz a distribuição dos linchamentos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1980 e 2006 e torna possível visualizar os locais de maior concentração de ocorrências registradas pelos jornais. A observação do mapa evidencia a maior concentração dos casos de linchamentos nas regiões periféricas da capital e Região Metropolitana de São Paulo, indicadas na imagem pela coloração vermelha mais intensa, que representa a maior incidência de casos, ao passo em que na área do centro expandido da capital predominam tons amarelos ou cor de laranja claro, que indicam menor incidência de casos (com exceção de uma pequena mancha vermelho escuro no distrito mais central da cidade). Dentro da capital, a distribuição dos linchamentos mostra maior recorrência no distritos de Grajaú, Itaquera, Cidade Ademar e Sé, que registraram mais de 10 casos de linchamentos ao longo dos 30 anos pesquisados, o que significa 15% dos casos ocorridos na capital no período. Em seguida aparecem distritos como Santo Amaro, Pirituba, Freguesia do Ó, Tatuapé, Itaim Paulista, Jardim São Luis, Brás e Penha. Nos demais municípios da Região Metropolitana têm destaque as cidades de Osasco, Guarulhos, Itapevi e Santo André. O elevado número de distritos e pequena quantidade de casos não tornam possível uma depuração e análise da distribuição dos casos nos distritos por décadas.

Como mencionado no Capítulo 1, as periferias da cidade foram marcadas, principalmente no começo da década de 1980, pela ausência de equipamentos e serviços providos pelo poder público, de forma que grande parte das necessidades da comunidade se resolveriam de maneira privada, a partir da disponibilidade de recursos e soluções administradas pelos próprios moradores. São espaços que sobrepõem uma série de precariedades, marcando uma realidade de profundas desigualdades na cidade que produzem desrespeito a direitos, falta de acesso à justiça e vitimização, além de se constituírem em pano de fundo propício para a propagação da violência. A maior incidência de linchamentos nas periferias está relacionada a este contexto.

A percepção de que o linchamento é uma ação que ocorre com mais frequência em periferias é corroborada pelas falas de algumas autoridades nas reportagens. Em 1984, um

homem foi ameaçado de linchamento³⁸, após atacar uma mulher que denunciou sua tentativa de roubar uma garrafa de leite na porta de um bar. A confusão se passou na Rua Augusta, na região da Consolação, área central de São Paulo. Ao registrar o caso, o delegado comentou espantado:

"Antigamente essas coisas só aconteciam na periferia, Agora estão acontecendo aqui, na área do 4o DP, não dá pra acreditar"

Delegado José Carlos Gambarini.

Benevides & Fischer (1984) sugerem a existência de dois tipos diferentes de linchamentos e com características demarcadas de acordo com o local em que acontecem, nas áreas mais centrais da cidade e nas regiões de periferia. Segundo as autoras, o linchamento do tipo anônimo geralmente ocorre em regiões de grande concentração de transeuntes, como o centro da cidade, e seria marcado por se iniciar em meio a um tumulto e sem qualquer planejamento e engendram uma reação violenta de pedestres que promovem uma perseguição a um acusado aos gritos de “pega ladrão”, sem que autores ou vítima se conheçam. Já o linchamento comunitário, aconteceria nas periferias e seria marcado por possuir um caráter mais premeditado, familiaridade entre autores e vítimas e por representar atos de vingança mais elaborados e que muitas vezes apresentam requintes de crueldade. Martins (1996) critica esta classificação pois entende que linchamento não acontece com base em planejamento e se diferencia das ações de justiceiros e vigilantes justamente por seu caráter espontâneo e decisão súbita e difusa.

A partir da leitura dos casos publicados nos jornais, é possível perceber que os dois autores levantam pontos importantes. De fato os linchamentos das regiões centrais envolvem pessoas completamente diferentes e desconhecidas entre si, ao passo em que nas periferias são recorrentes os casos de grupos de agressores que possuem algum laço que os conecte (vizinhos, amigos ou familiares), além de serem frequentes os casos em que agressores e vítimas dos linchamentos que se conhecem. No entanto, as relações entre os atores não parecem indicar premeditação, mas apenas características de espaços urbanos com

³⁸ Notícias Populares. Paraibano ataca mulher e quase é linchado por 100, 11/01/1984

composições tão diferentes. Como Martins aponta, os linchamentos seriam de fato fruto de uma decisão súbita e não envolve planejamento ou organização sofisticados. Além disto, cumpre ainda destacar que ao longo das décadas, na medida em que as periferias se adensam, elas passam a possuir centros comerciais que se assemelham ao centro da cidade com relação à presença de transeuntes que circulam pelo local e não se conhecem. Pequenos assaltos à lojas e ônibus nestas localidades também geram linchamentos do tipo “pega ladrão”.

4.4. QUEM: Atores envolvidos nos linchamentos

Vítimas

Assim como ocorre com a maior parte dos casos de violência urbana, especialmente nas ocorrências de homicídios (PERES et al., 2011), os dados da imprensa apontam que as vítimas de linchamentos são majoritariamente jovens, do sexo masculino e pertencentes a camadas populares (desempregados ou trabalhadores de baixa qualificação). De acordo com as notícias de jornal, são raríssimos os casos de linchamentos que têm como vítimas crianças e pré-adolescentes (de 14 anos ou menos), idosos (60 anos ou mais) ou mulheres. Esta configuração está em consonância com o padrão de distribuição dos casos de violência física registrados no Brasil, que possui uma clara divisão por gênero e por faixa etária, reservando aos jovens e adultos do sexo masculino o papel de vítimas preferenciais da violência urbana que se desenvolve em espaços públicos, ao passo em que as mulheres, crianças e idosos são mais afetados pela violência doméstica, principalmente no espaço privado da casa (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). A reprodução desta divisão nos casos de linchamentos se torna compreensível quando consideramos que homens são mais expostos à violência urbana em geral, ao passo em que mulheres, idosos e crianças são vistos socialmente como seres frágeis e vulneráveis, que precisam de proteção e cuja agressão em um espaço público poderia provocar incômodo e reação de defesa por parte de outros cidadãos, o que colocaria em cheque a coesão e legitimidade do grupo que pretende

linchar. O espaço de disciplinamento e punição dos mais frágeis tem sido, tradicionalmente, o espaço doméstico.

Faixa Etária

Gráfico 4. Faixa etária das vítimas de linchamentos ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1980 e 2009, por década.

Fonte: Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos – NEV/USP

A maior parte das vítimas reportadas pela imprensa são adolescentes, jovens e adultos, a proporção de crianças e idosos é bastante baixa (Gráfico 4). Os dados indicam um grande volume de agredidos com 19 anos ou menos e os casos de linchamentos praticados contra adolescentes apareceram com maior frequência da década de 1980, geralmente relacionados à uma acusação de crime contra o patrimônio.

A “questão do menor”³⁹ tomou conta dos debates nacionais em meados da década de 1980, com o aumento do número de crianças e adolescentes em situação de rua, associadas ao consumo de drogas e a realização de pequenos furtos nos centros das grandes cidades. Chamados de “trombadinhas”, eles que passaram a ser temidos e combatidos como propagadores da desordem. Um caso que se tornou emblemático no período foi a morte do jovem Joílson em dezembro de 1983, ameaçado de linchamento por uma multidão após ser acusado de cometer um pequeno furto e que foi morto por um procurador de justiça que pisoteou o garoto até a morte em plena praça da Sé, centro de São Paulo. Defensores de Joílson, como a Igreja Católica que dedicou o jejum de natal a homenageá-lo deram visibilidade ao caso e ensejaram um debate público com organizações que apontavam os perigos dos menores maltrapilhos que tomavam conta do centro da cidade (Singer, 2003). Esta discussão ecoava outra questão também em foco naquele momento, a defesa dos direitos humanos e políticas públicas com objetivo de humanizar instituições (inclusive as correccionais de menores) versus as resistências de setores mais conservadores que apoiavam ações mais duras por parte do Estado.

No ano de 1993, uma reportagem⁴⁰ retrata uma inesperada cena urbana que demonstra a permanência destes conflitos. Após uma tentativa de roubo à um camelô na Praça da Sé, a polícia teria capturado um garoto que ocupava a praça e os demais reagiram atirando pedras, frutas e pedaços de pau nos policiais. Em resposta, os agentes pediram reforço e passaram a perseguir os garotos, em uma ação na qual uma menina levou uma coronhada na cabeça e um tiro acidental. Com medo os meninos chamaram então os educadores da Pastoral do Menor que tentaram interceder e um deles também foi agredido por policiais. Depois que a situação já estava sob controle, os educadores tentavam conversar com policiais que detinham alguns dos meninos, quando um dos educadores foi atingido por uma paulada na cabeça efetuada por um camelô revoltado com a defesa que a Pastoral

³⁹ A presença numerosa de crianças e adolescentes que, a partir dos anos 1970, transformaram os centros urbanos em locais de moradia, se torna um assunto que ganha espaço no debate público. Os chamados “menores” eram os filhos da classe trabalhadora, moradores de favela, negros e potenciais delinquentes que precisavam ser reeducados e civilizados. A “questão do menor” foi tratada como um problema de segurança pública e centenas de crianças e adolescentes eram recolhidos e se acumulavam em instituições fechadas de caráter correccional onde eram submetidos à toda sorte de abusos e violência (Frontana, 1999).

⁴⁰ Folha de S. Paulo “Briga entre garotos e PM fere 5 na Sé”, 13/12/1993

fazia dos adolescentes. Mesmo presenciando o fato e cientes da ameaça que os membros da pastoral sofriam, aqueles policiais deixaram o local com os meninos detidos e na sequência os educadores foram espancados pelos camelôs. A violência só terminou quando outros policiais que passavam pela praça intercederam. Neste episódio, sete meninos foram encaminhados ao SOS criança, dois policiais e uma menina ficaram feridos, um educador teve traumatismo craniano, outro educador ficou com ferimentos leves e não há menção de nenhum camelô levado à delegacia para responder sobre a tentativa de linchamento. Há indícios de que tanto a tentativa de linchamento por parte dos camelôs, quando a omissão dos agentes públicos que agrediram e foram coniventes com agressões sofridas pelos educadores da Pastoral de Menor estão relacionados à atuação destes profissionais

As notícias de jornal que informam sobre linchamentos de menores de 18 anos geralmente não problematizam esta questão e nem tratam com estranhamento o fato das pessoas ameaçadas ou agredidas serem adolescentes. Pelo contrário, este pode se tornar um agravante quando termos pejorativos são utilizados.

A abordagem da imprensa a respeito dos casos que envolvem estes jovens mudou no período pesquisado. Antes da década de 1990 eles figuravam como *“pivetes”*, *“menores”* ou *“menores infratores”*, termos que deixaram de ser usados posteriormente por serem considerados estigmatizantes e discriminatórios ao transmitir a ideia de incompletude, fazendo alusão à um ser pela metade e portanto não portador de direitos (ANDI, 2008). Além das referências pejorativas, algumas notícias publicavam ainda o nome completo, apelido, iniciais ou mesmo foto do adolescente, violando sua privacidade e maculando sua imagem. Como ilustração é possível fazer menção à uma notícia⁴¹ a respeito de um garoto de 16 anos que sofreu uma tentativa de linchamento após ser acusado de participar de um assalto realizado com outras duas pessoas em um supermercado na cidade de Barueri no ano de 1989. A reportagem informa que o garoto levou um tiro, foi espancado e em seguida jogado no rio Tietê e utiliza para se referir a ele os termos *“pivete”*, *“ladrão”*, *“malaco”* e *“bandido”*, além de escrever, fornecer dados como apelido (diminutivo do nome), as iniciais e foto do adolescente. Ao final o adolescente foi apreendido por policiais militares, recebeu

⁴¹ Notícias Populares. “Deram um cacete e jogaram pivete ladrão no rio Tietê”, 14/02/1989

atendimento médico, foi levado à delegacia e por fim encaminhado ao Juizado de Menores. Apesar da reportagem citar o nome do dono do supermercado roubado e dizer que ele foi um dos que agrediram o adolescente, as agressões não são problematizadas e não é feita nenhuma menção de apuração a respeito de quem foram os responsáveis.

É importante destacar que a década de 1990 foi marcada pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um período de ascensão da ideia da criança e do adolescente como sujeitos de direitos cuja integridade física deveria ser protegida por toda sociedade. A partir do ECA, os termos utilizados pela imprensa para se referir aos menores de 18 anos nos casos de linchamentos passam a ser “adolescentes” ou “jovens”.⁴² A promulgação do estatuto e as ações da sociedade civil e de organizações não governamentais com atuação relacionadas ao tema da infância e juventude foram fundamentais para garantir a mudança de abordagens nos casos envolvendo jovens, orientando jornalistas a respeito de quais termos usar, que cobertura evitar e como transmitir a informação sem desrespeitar direitos.

Ao longo do período analisado, a proporção de vítimas com 24 anos ou menos cai consideravelmente, passando de 56% das vítimas em 1980, para 45% nos anos 1990 e chegando a 35% nos anos 2000. Estes dados também podem refletir mudanças na composição etária da população, uma vez nos último 30 anos temos quedas nas taxa de fecundidade, o que já se reflete na diminuição no número de jovens na população em comparação com períodos anteriores recentes (REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE, 2009).

Sexo

Como dito anteriormente, a maior parte das vítimas de linchamento noticiadas na imprensa são do sexo masculino. Os casos que envolvem mulheres são bastante raros (22 no total) e esta raridade pode estar relacionada a uma série de fatores, o primeiro a ser considerado é

⁴² A proibição da divulgação de qualquer informação que pode levar a identificação de crianças e adolescentes envolvidos em atos infracionais foi definida pela Lei 10.764/ 2003, que altera o Art. 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990 .

o baixo envolvimento de mulheres com as motivações apontadas como mais comuns para o desencadeamento de um linchamento (homicídios, estupros e roubos). Pesquisas com dados a partir da década de 1990 indicam que a maior parte das mulheres encarceradas no Brasil foram condenadas por crimes de tráfico de drogas, furto e roubo (BREITMAN, 1999; CARVALHO e JESUS, 2012). Outro fator importante a ser considerado é o fato dos linchamentos ocorrerem por excelência no espaço público, território majoritariamente masculino onde as mulheres circulavam com menos frequência. Além disso, por serem vistas como seres frágeis e que necessitam de proteção e de tutela, atos públicos de violência contra a mulher não são vistos com bons olhos a salvo casos em que a conduta ou as atitudes desta mulher sejam consideradas impróprias ou contrariem a construção social do que é a natureza feminina.

Uma notícia de 1986⁴³ relata o assalto de um taxista por um casal acusado de praticar crimes contra outros motoristas na mesma praça, utilizando a mulher como uma isca para distrair a atenção dos motoristas. O taxista baleado conseguiu pedir ajuda a colegas que cercaram o casal e agrediram duramente o homem, que deu entrada no hospital em estado gravíssimo em razão dos socos e pontapés aplicados pelo grupo de taxistas, ao passo em que a moça, apesar de também ter sido agredida, foi poupada de ferimentos mais graves em razão de seu gênero, segundo o depoimento dos próprios taxistas:

"Por ser mulher, (ela) apanhou pouco".

Taxista não identificado pela reportagem

A fala reforça a ideia da mulher frágil e que não pode ou não deve ser agredida, ainda que seja acusada de praticar o mesmo crime que seu companheiro. Esta imagem de fragilidade se reproduz na também na forma como é narrada a participação da mulher na ação que motivou o linchamento, ela era uma isca, uma figura coadjuvante que oferecia apoio ao seu companheiro e que teria sido utilizada por se tratar de alguém acima de qualquer suspeita.

A existência de um consorte do sexo masculino (seja companheiro, namorado, marido ou mesmo irmão), dividindo as acusações nas ações alegadas como motivadoras dos

⁴³ Notícias Populares, 30 taxistas lincham casal de ladrões. 03/05/1981

linchamentos também é bastante comum (em 13 dos 22 casos), esta presença pode indicar a existência de um componente afetivo ligando estas mulheres às ações.

Os casos de linchamentos contra mulheres relatados pelas notícias são importantes retratos a respeito do papel reservado a mulher e expectativas que recaem sobre o ao sexo feminino. O único caso de linchamento consumado (que resultou em morte) de uma mulher ocorreu em 1987, na favela de Paraisópolis, onde uma jovem foi morta, segundo a reportagem, por estar contaminada com o vírus da HIV⁴⁴. O boato da doença corria na comunidade já que ela havia perdido peso rapidamente e segundo diziam, fazia um tratamento no Hospital Emílio Ribas. A polícia não esclarece as circunstâncias da morte, mas segundo aponta a construção do texto o linchamento teria sido uma vingança de homens que acreditavam na possibilidade de terem sido contaminados pela moça. Trata-se do início da epidemia de AIDS no Brasil, um período marcado por muita desinformação, preconceito e medo. Nas entrelinhas a reportagem sugere que a mulher embora mantivesse a “casa limpa e arrumada”, poderia ter uma moral duvidosa, pois apesar de não ter um companheiro fixo tinha uma vida sexual ativa e poderia ter transmitido a doença para os homens que então resolveram puni-la pelo contágio.

Cerca de metade dos casos de linchamentos que têm como vítimas mulheres, envolvem motivações relacionadas à quebra do papel de mãe ou de cuidadora. São mães (biológicas ou adotivas), madrastas e tias acusadas de negligenciar, espancar ou assassinar filhos ou crianças a elas confiadas. Estes são os casos de despertam grande comoção e mesmo revolta popular pois são situações que contradizem as expectativas sociais a respeito de qual seria a função e ou mesmo a natureza feminina. Quando o papel de boa mãe, dócil, dedicada, sensível, passiva, submissa, afeita a sacrifícios, tímida, vigilante, laboriosa e responsável por zelar pelo bem-estar da família não é desempenhado com sucesso, a mulher perde seu status de ser santificado e que deve ser protegido, é desumanizada e se torna um ser passível de agressão. A construção de Badinter (1985), a respeito do mito do amor materno aponta que aquelas mães que não cumprem o papel que lhes foi atribuídos são vistas como egoístas, más, agressivas, desequilibradas, monstruosas e anormais,

⁴⁴ Notícias Populares. Lincharam a moça com suspeita de AIDS. 27/04/1987

mulheres cujo grande e grave crime não é a negligência ou agressão à criança, é principalmente a negação de sua natureza e a falta de amor. "A falta de amor é portanto considerada como um crime imperdoável que não pode ser remido por nenhuma virtude. A mãe que experimenta tal sentimento é excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é o que poderíamos chamar de "erro da natureza" (Badinter, 1985).

Dentre os casos de linchamentos envolvendo mulheres registrados pelas notícias, o mais notório é o que envolve a família Nardoni. Em 29 de março de 2008 a menina Isabella Nardoni, de 5 anos morreu após cair de um edifício em São Paulo. A perícia encontrou indícios de que a criança havia sido jogada pela janela e as suspeitas logo recaíram sobre o pai da menina e sua esposa. A partir de então, com intensa cobertura da imprensa, cada etapa do desenvolvimento do caso foi acompanhando por todo o país⁴⁵. Desde o pedido de prisão preventiva até a data do julgamento, cada estágio do processo que envolvia um deslocamento ou a aparição do casal gerou fortes manifestações de multidões que cercaram delegacias, viaturas, o fórum ou mesmo a casa dos familiares pedindo justiça e ameaçando linchá-los. O Banco de Dados da Imprensa registrou 3 ameaças de linchamentos relacionados ao casal acusado da morte da criança: ao saírem de casa para prestar depoimento, quando chegavam à delegacia e quando foram presos. O casal chegou a receber *habeas corpus*, no entanto, ambos precisaram de escolta e cordão de isolamento policial constante em razão da multidão que cercava a casa em que estavam hospedados e por não poderem exercer o direito de ir e vir, ou seja, na realidade apesar do *habeas corpus* o casal foi mantido em prisão domiciliar por pressão dos populares. Anna Carolina Jatobá, a esposa do pai de Isabella, errônea e sistematicamente chamada de madrasta pela imprensa ao longo de toda a cobertura (palavra que remete à figura de uma mulher egoísta, fria e cruel dos contos de fadas) foi retratada pelos jornais como uma pessoa fria, ciumenta, desequilibrada, descontrolada e agressiva, cuja concepção dos filhos foi uma forma de atrair a atenção do marido por ciúmes da garota. Esta construção posteriormente fez parte dos

⁴⁵ A cobertura da imprensa neste caso - principalmente a televisiva - foi bastante criticada pela superexposição e superdimensionamento dos fatos, contribuindo para rejeição de princípios clássicos do Estado de Direito ao se centrar apenas nos aspectos condenatórios aos acusados e tratar como fatos inquestionáveis as conclusões do inquérito policial que indiciou os casal.

argumentos elencados pela acusação na ocasião do julgamento do casal *“Ela quebrava vidraças, esmurrava o marido e atirava o filho no berço, ela poderia explodir contra si mesma, contra o marido como também poderia explodir contra Isabella”*⁴⁶. A imagem de uma mulher instável, que atira o filho no berço e explode contra o marido é a imagem de uma mulher capaz de qualquer atrocidade e que precisa ser controlada.

Ainda que ao longo das três décadas analisadas nesta pesquisa o número de casos de linchamentos tenha caído, é possível notar um discreto aumento na proporção de mulheres como vítimas destes casos de linchamento nas notícias de jornal ao longo do período, passando de 2% na década de 1980, para 4% na década de 1990 e chegando a 9% na década de 2000. Este aumento pode ser reflexo da mudança do papel da mulher na sociedade nas últimas décadas, menos restrita ao espaço da casa e mais sujeita aos problemas dos espaços públicos, como a violência urbana.

Raça

Infelizmente a imprensa não é uma boa fonte para se obter informações a respeito da classificação racial das vítimas de linchamentos. A informação está ausente para cerca de 95% das vítimas registradas no banco de dados, o que impossibilita qualquer caracterização racial. Este dado difere do encontrado por Meandro e Souza (1991), que registraram características étnicas em 22% dos casos por eles pesquisados nos jornais. Quando está presente na notícia, a caracterização racial geralmente foi utilizada para descrever uma vítima de linchamento encontrada morta ou ferida e que não teve nome completo ou identificação confirmada. A informação sobre raça aparece em um contexto que envolve outros dados como idade aproximada, altura e roupa que a vítima utilizava, como forma de auxiliar a identificação por parte de familiares.

Qualificação

⁴⁶ O Globo. Promotor diz que Anna Carolina Jatobá era 'barril de pólvora prestes a explodir', 26/03/2010

Outra informação que é possível extrair das notícias a respeito das vítimas é o que o Banco de Dados da Imprensa do NEV-USP chama de qualificação, que corresponde à identificação da vítima atribuída pelo texto jornalístico. Além do nome completo e idade, um número considerável das vítimas de linchamentos são identificadas por palavras e adjetivos que os apresentam ao leitor do jornal e permitem compreender quem são, a que grupos pertencem, de acordo com a leitura do jornal.

A qualificação mais comum utilizada pelos jornais apresenta o linchado como um infrator e usa termos que fazem menção à acusação que teria motivado o linchamento. As referências mais comuns são *assaltante*, *ladrão*, *bandido*, *marginal* e *assassino*. Nos casos em que a suposta motivação para o linchamento foram episódios que envolvem acusações de estupro ou atentado ao pudor, aparecem termos como *estuprador*, *maníaco*, *tarado*, *monstro* e *anormal* (o termo anormal era usado para casos de violência sexual contra a criança nos anos 1980, quando a palavra pedófilo não era corrente). Ao classificar os linchados como criminosos, os jornais violariam o direito de presunção da inocência e direito ao contraditório dos acusados, pois emitem um veredito de culpa antes mesmo do início de qualquer processo judicial, contribuindo para a formação de uma convicção de dolo que coloca em segundo plano os ritos da justiça formal (Moretzsohn, 2008). Nas notícias os acusados viram autores de crimes e, esta classificação, contribui de certa forma para organizar, dar uma unidade lógica ou mesmo justificar aos casos de linchamentos, ou seja: foram linchados porque eram culpados.

As qualificação utilizada pelos jornais para indentificar as vítimas de linchamento e também as declarações dos entrevistados que se referem a eles, demonstram de que forma estes sujeitos são incriminados já partir da acusação inicial, produzindo aquilo que Misse (2010) chama de *sujeição criminal*. A sujeição criminal ocorre quando o foco se desloca da ação socialmente condenada e se concentra no indivíduo que teria praticado esta ação. Este sujeito pode ser produzido pela polícia, pelas instituições ou pela moralidade pública e é visto como um sujeito peculiar, que carrega o crime na alma. Não se trata de alguém que cometeu um crime, e sim de criminoso contumaz, marginal, violento, bandido, ou seja, uma pessoa de um incorrigível mal caráter e de subjetividade eminentemente má, que sempre cometerá crimes e cuja morte ou desaparecimento são amplamente desejados. Não são

apenas criminosos, mas sujeitos eternamente propensos ao crime, mesmo aqueles que ainda não aconteceram. Não se trata de alguém que cometeu um homicídio, mas sim de um *assassino*; não se trata de alguém que cometeu um estupro, mas sim de um *estuprador*. São rótulos que se fundem com a própria identidade das pessoas incriminadas.

A qualificação selecionada para se referir à vítima de linchamento varia bastante de acordo com o veículo que publica a notícia. Os jornais mais populares costumam utilizar termos pejorativos e que implicam em responsabilização antecipada com maior frequência, ao passo em que jornais destinados à classe média possuem maior cuidado no trato com a nomenclatura atribuída aos atores. Mesmo entre os diferentes jornais, a observação longitudinal indica que gradualmente os termos que imputam condenação são “atenuados” ou substituídos por outros que podem ser considerados menos incriminadores e mais neutros, como *homem*, *suposto*, *suspeito* e *acusado*.

Parte dos textos faz referência à ligação das vítimas de linchamento com o mundo do trabalho. Neste aspecto os termos mais comuns são: *pedreiro*, *ajudante*, *desempregado*, *servente* e *desocupado*. A maior parte das profissões que aparecem nas descrições sugerem que as vítimas de linchamentos são membros das classes populares, profissionais pouco qualificados que atuam em mercados informais, ocupações de trabalhos de baixa especialização (muitos atuando na construção civil) ou estão excluídos do mercado de trabalho.

Nas década de 1980 também aparecem alguns casos em que as vítimas foram identificadas de acordo com seu estado de origem. Naturalidades como *cearense*, *pernambucano*, *sergipano*, *baiano* e até mesmo a descrição homem com *traços nordestinos*, foram utilizadas como qualificadoras para indicar que a vítima era um migrante, alguém de fora de São Paulo. É interessante observar que a naturalidade era mencionada apenas com relação a vítimas originárias da região nordeste do Brasil, não havendo menção à outras naturalidades de migrantes, como pessoas vindas do interior do estado ou de outros estados do país. Caldeira (2000) aponta como no imaginário de parte dos paulistanos, a presença de migrantes nordestinos esteve associada ao aumento da criminalidade urbana nas décadas de 1980 e 1990 e, ao utilizarem estes qualificadores, os jornais contribuiriam para a reprodução e fortalecimento deste estigma.

Como exercício ilustrativo para permitir a visualização dos termos utilizados como qualificadores com maior frequência nos jornais, o gráfico 5 que reúne as 60 palavras utilizadas pelos jornais e apresenta em maior corpo de letra aqueles que parecem com maior recorrência nas notícias.

Agressores

Infelizmente as notícias de jornal oferecem poucas informações a respeito dos agressores, aqueles que praticaram os linchamentos. Em geral, apenas uma breve caracterização é feita e dados importantes como tamanho ou composição do grupo dificilmente são registrados. Nos casos trabalhados, as categorias de qualificação dos agressores que aparecem com maior frequência são:

- *moradores do local*, se refere a episódios em que os agressores são moradores da região onde ocorreu a ação que motivou o linchamento, são pessoas que provavelmente se conhecem e têm uma relação de vizinhança. No total, ao longo dos 30 anos, esta categoria identifica cerca de 40% dos registros, mas sua representatividade cai, passando de 43% dos casos em 1980 para 31% nos anos 2000.
- *populares*, se refere a transeuntes e anônimos que passavam pelo local e reagiram ao motivo desencadeador do linchamento. Ao longo do período esta categoria oscila de 28% para 24% dos casos.
- *categoria profissional* nos quais se destacam principalmente os motoristas de taxi. Esta foi a categoria que mais sofreu oscilações, passando de 5% em 1980 para 18% dos casos nos anos 2000.
- *amigos e familiares* pessoas diretamente ligadas ao motivo desencadeador dos linchamentos representavam 7% dos agressores em 1980 e 12% em 2000.

Os outros grupos com menor representatividade são *frequentadores de um estabelecimento*, *passageiros* de ônibus, entre outros.

A observação longitudinal sugere que, ao longo dos 30 anos, além de se tornarem menos frequentes, os linchamentos também se tornaram mais “privados”, na medida em que grupos mais delimitados foram identificados como autores. A queda da categoria “moradores do local” e a ascensão de atores específicos e mais relacionados com os motivos desencadeadores dos linchamentos, como *amigos e familiares* e *categoria profissional*, podem indicar que nos últimos anos existiria maior reserva de pessoas não relacionadas ao motivo desencadeador em participar dos linchamentos.

Os jornais (assim como a Justiça) têm muita dificuldade em separar agressores e testemunhas, por esta razão, geralmente os agressores são caracterizados a partir dos grupos que presenciaram a ação, pressupondo que parte deles praticou o linchamento. No entanto, é preciso mencionar que a turba que assiste aos episódios, não necessariamente participa ativamente das ações. As pessoas podem incentivar com palavras, gritos, sugestões ou mesmo assistir a tudo em silêncio. A simples presença da multidão que observa calada e omissa aos acontecimentos contribui para a aprovação social e legitimação do linchamento.

Nas notícias são raros os casos em que aqueles que praticaram os linchamentos falam abertamente confirmando sua participação ou apontando os outros envolvidos, de maneira que as descrições acabam sendo bastante genéricas na maior parte das vezes. Ao contrário do que Caldeira (2000) chama de fala do crime⁴⁷ um discurso no qual as pessoas expõem e rememoram continuamente suas experiências testemunhadas e sofridas em encontros traumáticas com a criminalidade, quando se trata de linchamentos, findada a ação, impera a lei do silêncio. Falar pode significar se implicar ou entregar um conhecido e, por esta razão, é difícil para os jornais, para a polícia e até mesmo para pesquisadores se aprofundarem na análise destes episódios.

Ainda assim, existem nos jornais algumas passagens com testemunhos de pessoas que vivenciaram estes episódios. Elas demonstram que os grupos, tanto aqueles formados nas periferias pelos *moradores* do local, quanto os *populares*, transeuntes das ruas são bastante efêmeros e heterogêneos em sua composição.

Em um caso de linchamento ocorrido no Jardim Rosemary, em Itapevi, no ano de 1992⁴⁸, dois moradores que já vinham praticando uma série de crimes na região haviam se envolvido em uma rixa e matado um conhecido do bairro, por esta razão, foram jurados de morte pelos vizinhos. Um deles foi preso e o outro não foi encontrado pela polícia que

⁴⁷ A “fala do crime” são conversas comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime como tema e contagiam os espaços e as pessoas que não se cansam de repetir continuamente as histórias de suas experiências de seus conhecidos. A reprodução infundável destas narrativas reforçam a sensação de perigo, medo e insegurança de quem ouve e fala.

⁴⁸ O Estado de S. Paulo. “Assassino é linchado por vizinhos”, 14/03/1992

deixou um recado no local "*quem localizasse o outro assassino poderia fazer o que quisesse com ele*". Quando o acusado foi visto novamente, o bairro se mobilizou para linchá-lo. Ele foi morto a pauladas e pedradas e as casas de seus familiares foram saqueadas e incendiadas. Uma garota de 15 anos que não foi identificada contou para a reportagem como ocorreu o linchamento:

"Também participei do linchamento. Foi todo mundo, homem, mulher e até criança. Foi ali embaixo, tem sangue dele no chão. Usamos pedras, pedaços de pau e faca, só não teve revolver, o resto teve tudo. No corpo dele ficou enterrado um pedaço de faca. Olha como ficaram as casas que a gente incendiou, todo esse estrago que você está vendo foi a gente que fez. Todo mundo tinha bronca deles, até agora a molecada ainda joga pedra nos vidros da casa. A irmã dele disse que isso (a casa incendiada) não ia ficar assim, mas não tenho medo. A gente só vai quando chega a hora."

Como estes, diversos outros casos similares de linchamentos praticados *por moradores do local* relatam a participação de homens, mulheres e até crianças⁴⁹ não apenas assistindo, mas praticando as ações. No episódio do Jardim Rosemery os envolvidos possuíam uma relação de familiaridade entre si, linchadores se conheciam, conheciam os linchados e também suas famílias. A proximidade entre agressores e agredidos é relativamente comum, em cerca de 40% dos casos analisados, vítimas e praticantes de linchamentos possuíam alguma familiaridade.

Em 1984 a jornalista Jane Soares⁵⁰ escreveu uma matéria⁵¹ na qual ela descreve uma tentativa de linchamento que testemunhou em uma rua comercial do bairro do Tatuapé,

⁴⁹ Uma matéria que descreve uma tentativa de linchamento de um acusado de assalto à um ônibus, ocorrido no bairro Penha, menciona, além de maciça participação da população, a atuação de crianças pequenas que beliscavam o assaltante. Notícias Populares. "Esfaqueou o cobrador do ônibus e foi surrado pelos passageiros", 01/11/1984

⁵⁰ A jornalista foi contatada por e-mail para dar uma entrevista a respeito de suas memórias sobre o caso, mas não retornou às mensagens.

⁵¹ Folha de S. Paulo. "Rapaz é linchado no Tatuapé sob o aplauso de um grupo de pessoas", 07/07/1984

zona leste de São Paulo. Um homem acusado de roubar um relógio de pulso foi alcançado depois de tentar fugir e foi agredido por transeuntes, principalmente por um homem que aparentava cerca de 40 anos e por uma jovem, bem vestida, que tinha por volta de 30 anos e tinha sido roubada pelo rapaz. No entorno, cerca de 20 ou 30 pessoas não perdiam a oportunidade de dar alguns socos e chutes quando ao acusado cambaleava para algum dos lados. No chão, o rapaz com rosto de criança sangrava pela boca e tentava se proteger das agressões enquanto um homem colocava um pé sobre seu peito e batia sua cabeça contra o chão. A jornalista tentou parar a agressão e argumentar que aquilo não deveria ser feito, mas foi hostilizada e ameaçada, caso não ficasse quieta ia apanhar também. Um rapaz com uma criança no colo conseguiu fazer com que a violência parasse até a chegada da polícia. Os policiais chegaram e mais uma vez o assaltante foi agredido, desta vez pela polícia que o conduzia para a viatura. O Boletim de Ocorrência registrou o assalto, mas não menciona a tentativa de linchamento ou a violência policial, segundo o registro os machucados do assaltante seriam resultado de uma queda.

Pelo relato da jornalista, o linchamento ocorrido em um contexto que Benevides e Fischer (1984) classificariam como anônimo, mobilizou populares de variados sexos, classe social e idade. Em comum as pessoas que apoiaram a ação tinham a ideia de que, dada a escalada da criminalidade, qualquer um se torna uma vítima em potencial dos bandidos, além de provavelmente compartilharem a ideia de que aqueles que cometem crimes perdem o direito de ter sua integridade física respeitada - a moça que havia sido assaltada e agredia o rapaz gritava “direitos humanos? E os nossos direitos humanos”. Para quem agride, o ato é justo e fundamentado e o agredido carrega a culpa sendo punido. Aqueles que tentam apaziguar uma ação como esta, podem ser vistos como pessoas egoístas e não solidárias. A posição de contrariedade da jornalista foi interpretada por aqueles que praticavam o linchamento como um questionamento da legitimidade da ação e, por esta razão, ela foi tão hostilizada e ameaçada. Com dedo em riste, a jovem bem vestida que teve o relógio roubado disse que se fosse a filha da jornalista a ser estuprada, ela estaria fazendo o mesmo, dando a entender que ao tentar impedir o linchamento a jornalista estaria faltando com solidariedade.

Entre os grupos de linchadores formados por *categorias profissionais* (nos anos 2000 esta rubrica foi responsável por quase 20% dos linchamentos) os taxistas se destacam. Diversas notícias mencionam taxistas ameaçando de linchamento pessoas acusadas de praticarem roubos contra seus colegas. Apesar de muitos trabalharem autonomamente, os motoristas de taxi são bastante organizados e estão sempre agindo para proteger um ao outro. Por reconhecerem a vulnerabilidade dos profissionais que ficam sozinhos em seus carros, eles estabelecem uma linguagem que permite sinalizar quando algo não vai bem. Os motoristas estão habituados a checarem um ao outro constantemente, trocam mensagens entre si por meio dos faróis dos carros e letreiros luminosos e mantêm contato por meio de equipamento de rádio que permite mobilizar rapidamente os colegas em caso de necessidade.

Em 2010 a Revista Veja fez uma pesquisa com 550 destes profissionais que atuam na capital para traçar um perfil da categoria⁵². Os taxistas paulistanos eram homens (96%), com média de idade alta (quase 60% possuem mais de 40 anos), escolaridade de média à baixa (44% não tinham ensino médio completo e apenas 6,5% completaram o ensino superior), renda razoável (70% ganham mais de 4 salários mínimos) e que trabalham mais do que a média (63% deles disseram trabalhar mais de 12 horas por dia). Segundo os respondentes da pesquisa, os maiores medos dos taxistas são atropelar alguém, ser assaltado (metade deles já foi) e ter que transportar um bandido em fuga.

Talvez em razão da composição (homens, mais velhos, com escolaridade mediana e membros da classe média) do grupo, taxistas são conhecidos pela maior aderência à opiniões conservadoras. Em entrevista recente à revista Carta Capital⁵³ o professor Wanderley Guilherme dos Santos usa esta categoria profissional como exemplo de um grupo vulnerável a opiniões extremadas e fazem a defesa da pena de morte.

⁵² Revista Veja São Paulo. O que pensam os taxistas paulistanos. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/taxistas-sao-paulo-perfil>>, acessado em 13/06/2012

⁵³ Guilherme dos Santos, Wanderley. Me preocupa quando juízes do STF pensam como taxistas. Entrevista. Carta Capital, Política, 25/09/2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20961>, acessado em 30/09/2012

Autoridades

A presença ou ausência da polícia durante o linchamento é um dado importante para considerar o papel que as instituições de segurança desempenham nestas ocorrências. É relevante considerar que os dados da imprensa a respeito desta informação podem apresentar considerável viés, uma vez que casos que contam com a participação da polícia têm mais chances de serem noticiados, já que a polícia é uma das principais fontes dos jornalistas. Além disso, considerando a fonte, episódios em que houve conivência, incitação ou mesmo participação dos policiais dificilmente serão noticiados como tal, uma vez que os policiais não se incriminariam para os jornais.

O Banco de Dados da Imprensa possui um campo que classifica o papel da polícia em uma ação de linchamento de acordo com a história contada pelos jornais e que divide os casos em 4 categorias: *polícia conivente com o linchamento* (quando os agentes estão presentes no momento do linchamento, mas não fazem nada no sentido de conter os agressores e evitar o linchamento), *polícia presente não reprimindo o linchamento* (agentes da lei intervêm no sentido de evitar o linchamento, mas não são bem sucedidos), *polícia presente, reprimindo e evitando o linchamento* (a polícia faz uma intervenção para conter a ação e é bem sucedida) e *polícia ausente* (quando não presencia o linchamento e atua apenas nos momentos posteriores buscando testemunhas e evidências criminais). No entanto, dado o viés da fonte, os dados de polícia conivente e não reprimindo linchamentos são irrisórios, por esta razão em termos quantitativos utilizaremos aqui apenas os dados de *Polícia Ausente* e *Polícia Presente* (agrupa as categorias ‘conivente’, ‘não reprimindo’ e ‘reprimindo’ linchamentos).

Gráfico 6. Papel da polícia nos casos de linchamentos ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1980 e 2009, divididos por décadas, em %

Fonte: Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos – NEV/USP

O gráfico evidencia que, entre os anos 1980 e 1990 os casos que relatam a presença da polícia aumentam consideravelmente e nos anos 2000 os números se mantêm. A presença da polícia diminui a probabilidade de um linchamento ocorrer quando ela age para inibir e conter os ataques, evitando que as ameaças e agressões resultem em desfechos fatais e agindo para salvar vidas. A maior presença da polícia e uma atuação no sentido descrito podem auxiliar a explicar a queda de desfechos fatais nos 30 anos pesquisados, tendência que veremos posteriormente.

A ausência da polícia é frequentemente apontada como uma das razões que ajudam a explicar a ocorrência dos linchamentos, principalmente na década de 1980, como veremos adiante. Neste período, a proteção cotidiana oferecida pela polícia é descrita como insuficiente, pois ela dificilmente está próxima para flagrar ocorrências em andamento e, mesmo quando é chamada, tarda em chegar. As deficiências da polícia aparecem como justificativas para o linchamento nos discursos que apontam a prerrogativa da população em agir em legítima defesa na ausência das autoridades competentes, como veremos posteriormente. Misse (2008) aponta que no Brasil o Estado nunca conseguiu deter completamente o monopólio do uso legítimo da força física e nem foi capaz de oferecer aos

cidadãos igualdade no acesso à justiça e resolução de conflitos. Como vimos anteriormente, a incapacidade do Estado de processar conflitos era mais evidente nos anos 1980 com o crescimento urbano, aumento populacional, crise econômica e transição política, o que geraria lacunas que são ocupadas por soluções privadas ou mesmo ilegais, como os linchamentos.

No entanto, a simples presença da polícia não significa necessariamente a contenção do crime ou inibição dos linchamentos. Como dito, apesar dos casos de *polícias coniventes com os linchamentos* não aparecerem com frequência na imprensa, isto não significa que estes casos sejam raros, mas que a fonte principal da notícia, a própria polícia, dificilmente comunicaria aos meios de comunicação o conluio de seus agentes em casos como estes. Quando as matérias publicadas são frutos de uma cobertura mais aprofundada e completa, diferentes situações de convivência, incitamento ou mesmo de participação se desnudam.

A polícia parece ocupar uma posição dúbia em relação aos linchamentos. Por um lado, existem são volumosos os relatos de linchamentos que não foram consumados por ação dos policiais que intervieram impedindo o desfecho da ação ou mesmo a ocorrência dela, protegendo vítimas e pessoas ameaçadas. Entretanto, são consideráveis os casos em que os policiais se omitem (seja porque se consideram impotentes diante da multidão, seja por que compactuam com a ação) e não são incomuns os indícios de policiais que embarcam na situação e incitam ou dão continuidade às agressões.

Em março de 1991, a polícia militar apreendeu na Vila Brasilândia, dois homens e um adolescente acusados de participar do latrocínio de um taxista. Durante o trajeto até a delegacia, os policiais foram avisando aos taxistas que encontravam pelo caminho que estavam com os acusados e para onde eles estavam sendo levados. Ao chegarem no 45º DP os acusados, que estavam algemados, foram retirados do carro da polícia em meio às ameaças e foram espancados pelos taxistas que se concentravam na porta da delegacia. Segundo o delegado, a condução dos homens e do adolescente foi ilegal, pois o crime teria ocorrido dois meses antes, não havia flagrante ou mandato de prisão contra eles.

Entretanto, o delegado não acreditou na versão dos homens de que os policiais militares teriam incitado a tentativa de linchamento ao chamarem os taxistas até o local⁵⁴.

Em 1999, três policiais militares foram indiciados por prevaricação e omissão de socorro por não impedir e não prestar socorro em um caso de linchamento. Dois rapazes tentaram roubar um carro em Santo André quando um deles foi agarrado por populares que passaram a espancá-lo. Um policial à paisana viu o que acontecia, impediu o linchamento e chamou reforço por telefone. O caso foi atendido por outros policiais militares que, ao invés de encaminhar o homem para o hospital ou para prestar queixa das agressões na delegacia, conduziram o rapaz ameaçado para um local ermo sob o acompanhamento dos agressores que seguiram a viatura. O corpo do rapaz foi encontrado três dias depois, com perfurações de projéteis na nuca, marcas de cortes na cabeça e pauladas pelo corpo, no município de Ribeirão Pires (a 30 quilômetros de distância do local em que a tentativa de assalto teria ocorrido)⁵⁵.

Em Santo Amaro, no ano de 1985, um senhor teria tentado furar a fila para perícia de segurados do INAMPS, foi repreendido pelas outras pessoas que estavam na espera, passou a discutir e desafiar as pessoas e em seguida foi agredido pelo vigia do local e por populares que intervieram. A polícia militar foi chamada para apaziguar a situação e, segundo uma funcionária da previdência, o senhor teria saído vivo e andando de lá, mas chegou ao pronto-socorro morto. No boletim de ocorrência consta que o homem teria "*batido contra a lataria do carro*" durante o percurso⁵⁶.

Estes três casos apontam situações de incitação (no caso dos taxistas) e conivência (Santo André) ou mesmo sugere que teria havia uma ação violenta da própria polícia contra as pessoas que já tinham sofrido tentativas de linchamento (no caso do segurado do INAMPS e de Santo André). São situações em que ao invés de proteger a integridade física de homens que já estavam sob sua tutela, a própria polícia agiria para violar esta integridade. O Caso de Santo André aponta atuação de policiais em sentidos conflitantes: enquanto um agiu para

⁵⁴ Notícias Populares. "Matadores do taxista dançaram na justiça", 18/03/1991 e Notícias Populares. "Lincharam presos errados", 18/03/1991

⁵⁵ O Estado de S. Paulo. "Três PMs são suspeitos de ter colaborado para linchamento", 17/04/1999 e Diário Popular. "PMs indiciados por causa da morte de rapaz", 17/04/1999

⁵⁶ Notícias Populares. "Segurado linchado e morto ao furar fila", 02/01/1985

impedir o linchamento e pediu reforços para conter a situação, outros não só não prestaram assistência adequadamente como, ao que tudo indica, teriam contribuído (talvez diretamente, vide a informação de marcas de tiro na nuca) para a morte da vítima.

Os três episódios narram a atuação da Polícia Militar, instituição que tem a incumbência de realizar o policiamento preventivo, atender chamados e conter agressões em andamento ou ameaças de agressão, mas que também pode ser anuente em casos de linchamentos contra suspeitos. Como mencionado anteriormente, durante a transição democrática, as polícias (incluindo a militar) não sofreram profundas transformações, de modo que práticas típicas da ditadura como abusos, torturas, homicídios e esquadrões da morte com participação de policiais se difundiram como estratégias de controle da crescente criminalidade urbana. Esta é uma dinâmica paradoxal, pois em plena democracia, a violência se tornou um instrumento do Estado que pratica extermínios como uma política de segurança pública. Neste sentido, a participação de policiais incitando, sendo coniventes ou praticando linchamentos não parece algo tão extraordinário, visto que existe um pano de fundo comum que enquadra tanto a violência policial quando os linchamentos, a ideia de limpeza social.

No entanto, a Polícia Militar não é o único representante da lei e da autoridade pública cuja atuação pode ter influência direta nos casos de linchamentos. A Polícia Civil também tem um desempenho importante e que aparece com frequência nos relatos de jornais.

A sensação de impunidade que motiva parte dos casos de linchamento é apontada como relacionada à baixa taxa de elucidação das ocorrências e relaxamento de prisões ocorridas de maneira suspeita. A carência de infraestrutura (faltam desde equipamentos de escritório até veículos), recursos humanos insuficientes, ineficiência e existência de corrupção são mencionadas com frequência principalmente nos casos que acontecem nas periferias. Neste contexto a instituição se mostra desacreditada e há muita subnotificação, o que reforça a sensação de impunidade.

A atuação da Polícia Civil também seria relevante nos desdobramentos dos próprios casos de linchamento, seja garantindo a integridade física das pessoas que estão detidas em suas carceragens e são ameaçadas por pessoas de fora, seja sugerindo proteção às pessoas que foram detidas, e que serão soltas e estão sob ameaça de linchamento, garantindo o esclarecimento das ações de linchamento e apontando seus responsáveis. No entanto,

destas atividades, apenas a proteção contra agentes externos dentro das delegacias parece funcionar⁵⁷, uma vez que a proteção de pessoas ameaçadas e o esclarecimento de casos são pífios, indicando uma espécie de aquiescência por omissão.

As informações sobre as providências tomadas pela Polícia Civil sobre linchamentos na imprensa são raras e geralmente falam apenas das fases iniciais do processo como registro de boletim de ocorrência, inquéritos policiais e investigações e na maior parte das vezes, apenas para os casos de linchamentos fatais, ou seja, nos episódios em que o desfecho do linchamento é um homicídio. A maior parte dos casos que não envolvem vítimas fatais nem sequer são registrados como agressão e ameaça nos Boletins de Ocorrência. Também são incomuns informações sobre indiciamento e sobre andamento de processos em fase judicial.

A lógica de limpeza social também aparece na fala de policiais civis. Em 1991, Israel Pereira de Jesus foi linchado por cerca de 50 pessoas no Jardim Iguatemi, Zona Leste, sob a acusação de praticar estupros no bairro. Antes de perpetrar o linchamento, os moradores chamaram uma vítima de estupro para fazer o reconhecimento e, a partir de sua resposta afirmativa, o homem foi morto. No distrito policial o delegado afirmou⁵⁸ não concordar, mas compreender a ação da população:

“O linchamento não é correto. Mas, neste caso, foi a solução encontrada pela população cansada de tanta impunidade.”

Wilson Stefanelli, Delegado do 49º DP

A moça que havia sofrido a violência sexual prestou depoimento na delegacia e confirmou que o homem linchado era o mesmo que a havia agredido. Diante da confirmação da moça o delegado se disse aliviado:

“Fico mais tranquilo, pelo menos ele era culpado.”

Wilson Stefanelli, Delegado do 49º DP

⁵⁷ Apesar de alguns casos de ameaças, nenhum episódio de invasão à delegacias para linchar uma pessoa foi registrado na Região Metropolitana de São Paulo no período pesquisado.

⁵⁸ Folha da Tarde. "Homem acusado de estupros é linchado por 50 pessoas", 09/03/1991

A frase transparece uma lógica que transfere para a vítima do linchamento a responsabilidade sobre uma fatalidade. A culpabilização da vítima é recorrente nas declarações de vários entrevistados pelos jornais e aparece como uma forma de justificar a ação ou diminuir sua gravidade, como na frase do delegado. A própria Justiça Criminal considera a culpa da vítima um atenuante em casos de crime contra a vida, o artigo 65º do Código Penal⁵⁹ cita a “injunta provocação da vítima” como uma das razões para diminuir a pena de um condenado por homicídio.

4.5. COMO: Características das ações de linchamento

Local

Em relação ao local de ocorrência dos linchamentos, em todas as décadas analisadas predominam os casos ocorridos em *Vias Públicas* (49%), compreendidas como locais de circulação que englobam ruas, praças e estradas; seguidos pelos casos classificados na categoria *Local Público* (14%), que reúne linchamentos ocorridos dentro de parques, estabelecimentos comerciais, veículos de transporte público. Somadas, estas duas categorias representam mais de 60% dos casos registrados pela imprensa, o que indica o caráter público e de exemplaridade da ação. As outras categorias são *Instituições de controle social*, como delegacias e fóruns (10%), *Habitações* (8%) e *Locais ermos* (3%), *Outros locais* (3%) e matérias que *não informam* onde a ação ocorreu (13%).

É importante ressaltar que o linchamento nem sempre começa e termina no mesmo ponto, existe um movimento que muitas vezes deslocam a cena dos acontecimentos ao longo da ação, seja porque a vítima foi conduzida, seja porque tentou escapar. Nesta pesquisa *local* é entendido como o espaço em que a ação se inicia, ainda que este não seja o mesmo ponto de seu desfecho. Em diversos casos as vítimas são arrancadas de lugares fechados, como residências, e levadas para a via pública como forma de garantir o castigo exemplar, dar visibilidade ao fato e gerar uma memória a respeito dele naquela comunidade.

⁵⁹ Decreto-Lei 2.848/1940

No ano de 1987, em Parelheiros, zona sul de São Paulo, o pedreiro Luis Rodrigues Pereira foi encontrado morto na porta de sua casa, que estava completamente destruída. Os vizinhos disseram não ter visto o que aconteceu, nenhum deles quis depor à polícia e a única testemunha diz que nada viu, apenas ouviu gritos. Os moradores, que se esquivaram das perguntas da reportagem, descreveram Luis como um homem valentão e briguento e disseram acreditar que ele tenha arrumado briga com alguém. No entanto, pelas características da cena como casa depredada, rastro de destruição, corpo muito machucado encontrado na parte externa da casa e silêncio total dos vizinhos, a polícia afirmou ter certeza de se tratar de um caso de linchamento praticado pelos moradores do local⁶⁰.

O caso demonstra que os linchamentos possuem características muito marcadas que facilitam a identificação do que ocorreu por parte da equipe de investigação. Enquanto na maior parte dos homicídios as ações são mais privadas, escondidas, anônimas, rápidas e silenciosas possível, deixando poucos rastros e tentando ao máximo ocultar a vítima e seu corpo, nos casos de linchamentos às características são diametralmente opostas, de forma que a exposição da ação, da vítima e de seu corpo é um dos objetivos dos autores.

“Eles gritavam muito, durante uns 40 minutos eles bateram no coitado que nem gritava mais. Diziam com raiva que era para bater mais, para matar logo.”

Selma Souza, testemunha da ação de Parelheiros.

A ação de linchamento é considerada legítima por quem a pratica tanto por parte da comunidade em que ela ocorre, por esta razão, não se esconde dos olhares e por trás de paredes, não busca lugares vazios e o silêncio na ação, muito pelo contrário, o linchamento invade os espaços públicos com dezenas de agressores, corpos e gritos.

O desenrolar dos linchamentos em um espaço público e na presença de uma multidão, apesar de garantir a visibilidade, exemplaridade e reminiscência do fato, também dificulta

⁶⁰ Notícias Populares. "Linchado como um Judas em Parelheiros", 01/01/1987

sua elucidação e clareza sobre as ações de cada partícipe, uma vez que em meio a turba há dificuldade em diferenciar agressores e testemunhas.

Motivação

O motivo apontado como desencadeador do linchamento se refere, geralmente, ao crime que foi imputado à vítima de linchamento. Trata-se de uma acusação que não necessariamente se baseia em fatos concretos, mas que é importante em razão dos valores e significados que representa.

Os crimes englobam casos classificados como *crimes contra a vida* (que incluem latrocínio, homicídio, homicídio de criança, estupro de criança seguido de morte, estupro seguido de morte, tentativa de homicídio e lesões corporais), *crimes contra o patrimônio* (reúne furto, roubo, invasão de residências e extorsão mediante sequestro); *crimes contra os costumes* (estupro e atentado violento ao pudor de crianças e adultos) e *outros* (brigas, transgressão no trânsito, envolvimento com drogas, discriminação, etc.).

Com relação à motivação alegada para os linchamentos (Gráfico 7), na soma dos 30 anos os *crimes contra a vida* se destacam como a motivação mais comum, seguido pelos *crimes contra o patrimônio* e *crimes contra os costumes*. No entanto, na análise longitudinal é possível observar, houve uma mudança considerável nas motivações alegadas para o linchamento. Na década de 1980, a motivação mais comum eram os crimes que ameaçavam o patrimônio, configuração que muda a partir da década de 1990, com maior participação dos crimes contra a vida, contra os costumes e outras motivações (com destaque para desinteligências e os acidentes de trânsito como atropelamentos).

Gráfico 7. Motivo alegado para os casos de linchamentos ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1980 e 2009, agrupados por categorias e divididos por décadas, em %

Fonte: Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos – NEV/USP

As oscilações nestes percentuais podem ter duas interpretações possíveis. Podem significar um reflexo de mudanças nos padrões de criminalidade, uma vez que na década de 1990, período de escalada dos homicídios na cidade, os *crimes contra a vida* aparecem com maior proporção como motivo desencadeador dos linchamentos. Ou podem estar relacionados à mudanças de valores entre a população, visto que questões que dizem respeito à integridade do corpo parecem adquirir mais destaque como motivo desencadeador dos linchamentos, ao passo em que crimes contra o patrimônio tem menos destaque.

Neste sentido, é interessante fazer uma comparação entre os motivos alegados para um linchamento e os crimes condenados pelo Sistema de Justiça⁶¹. Os *crimes contra a vida* representam em torno de 40% dos linchamentos e cerca de 8% dos presos no estado de São Paulo; os *crimes contra os costumes* teriam motivado 24% dos linchamentos e representam 3% dos presos; e por fim, os *crimes contra o patrimônio* que representam 36% dos linchamentos noticiados correspondem, a 55% dos presos.

⁶¹ InfoPen Estatística, 2011

Cumpra ainda destacar que, embora 25% dos presos no estado de São Paulo estejam relacionados ao tráfico de entorpecentes, nos 30 anos de linchamentos pesquisados, eu não encontrei um único caso em que a motivação única tenha sido o tráfico, ele pode ser considerado um agravante (matou e era traficante), mas nunca o motivo principal. Duas razões podem ser aventadas para explicar este dado. Os traficantes são figuras poderosas e participam de gangues e ameaçar ou linchar alguém assim pode ser arriscado. Outra possibilidade é a de que o tráfico em si não seja considerado moralmente condenável a ponto de desencadear uma ação de linchamento.

Esta segunda hipótese se reforça quando observamos as outras modalidades analisadas e mesmo as declarações de jornais. Os crimes considerados mais graves e que são alegados para motivar os linchamentos são justamente àqueles que se relacionam com o corpo e sua integridade. Ao que parece, nos casos dos linchamentos, quando um corpo é violado, aquele que o fez perde direito à integridade sobre seu próprio corpo.

Ação

Mesmo nos anos em que aparece com mais frequência na imprensa, os linchamentos nunca são um fato cotidiano e corriqueiro todavia, episódios brutais que ocorrem em meio a conflitos e envolvem uma carga emocional muito forte, são eventos que provocam consternação, suscitam toda sorte de sentimentos para aqueles que os vivenciam.

A emoção rege as ações dos atores envolvidos em um linchamento, eles são motivados por uma forte reação espontânea a um ato da vítima que consideram inaceitáveis e que demanda uma punição exemplar. No entanto, isto não significa que os linchamentos sejam irracionais, muito pelo contrário, entre a incriminação e a punição sumária existe uma espécie de roteiro próprio com ações que reforçam a necessidade e legitimam a existência do justiciamento.

A existência de um roteiro não significa premeditação, mas sim o encadeamento de acontecimentos que se complementam e garantem significação aos envolvidos no episódio. Como exercício de ilustração, a partir da leitura das notícias de jornais e com inspiração em

um enredo proposto por Garland (2005) para explicar os linchamentos ocorridos nos Estados Unidos no começo do século XX, proponho aqui um pequeno script que expõe a sequência de atos presentes na trama de diversos casos de linchamento ocorridos em São Paulo.

- *Notícia do crime:* Assim como na justiça formal, a primeira etapa de um linchamento é a notícia do crime. No entanto, de maneira diversa, esta notícia não se inicia necessariamente por uma denúncia ou queixa fundamentada e individualizada. O “ouvir dizer”, o buchicho, as imputações coletivas e o “pega-ladrão” têm um papel muito importante e um efeito desencadeador formidável para motivar os linchamentos. Além disso, podem contribuir para a notícia do crime informações sobre outras ocorrências que tenham se desenrolado naquele mesmo espaço e criam uma sensação de insegurança, deixando a população em sobressalto e mais propensa a agir. É importante destacar que a ideia de crime aqui não tem necessariamente relação com os códigos formais. Segundo Misse (2008) além daquilo que é codificado e considerado crime pela legislação penal, sociologicamente a ideia de criminalização deve considerar também outra categoria que ele chama de criminação. A criminação acontece quando determinados eventos são interpretados como crimes pela população, estejam eles prescritos nos códigos formais ou não. A lógica dos linchamentos é a mesma da criminação, eles não se baseiam necessariamente na lei formal em nenhuma etapa, a definição do delito, de seu culpado e da pena atribuída não se baseia em códigos escritos, mas sim nas regras locais.
- *Incriminação:* a atribuição de culpa não se baseia em uma apuração a respeito do acontecimento, não há inquéritos, investigações, testemunhos⁶² e provas. O sujeito é incriminado mais por uma certeza geral de sua culpa do que por suas ações. O suspeito pode ser considerado culpado sem que ajam indícios de sua autoria no crime que será punido, as pessoas podem ser incriminadas sem necessariamente cometer um crime. Segundo Misse (2008) a incriminação sem autoria de crime acontece quando o foco está no sujeito e não no evento praticado. O objetivo não é esclarecer e pensar formas

⁶² Existem relatos de pessoas que são chamadas para confirmar a identidade de agressores, mas não há espaço para o contraditório.

de prevenir um evento indesejável, mas garantir que o potencial criminoso seja exterminado.

- *Formação da turba:* sem qualquer organização prévia moradores, membros de uma comunidade, passantes, pessoas indignadas ou curiosas se reúnem em torno da questão. O grupo cresce continuamente e a soma de seu volume com a conformidade geral de opiniões avaliza a legitimidade do grupo.
- *Lei da comunidade:* aos gritos e burburinhos as opiniões se solidificam em uma mesma direção, em tons acusatórios e atribuição de culpa. Os discursos são simplistas e binários e retratam um conflito de oposição entre o bem e o mal; no qual o incriminado é o mal encarnado, um elemento perigoso que quebrou as regras da sociedade. A narrativa é única e unânime, quem a questiona corre o risco de ser ameaçado ou implicado.
- *Corpo perseguido:* O grupo disposto a praticar o linchamento tenta agredir e se apossar do corpo do incriminado que geralmente resiste, se esquiva, se esconde, se protege (ou é protegido) e tenta fugir. Esta caçada aumenta a dramaticidade da ação e introduz elementos de um jogo para quem persegue e de um espetáculo para quem assiste.
- *Ato público:* Uma vez tomado o controle sobre o corpo do incriminado, ele é levado para um local público ou para um espaço de importância simbólica, como a frente da casa da vítima do crime de que é acusado ou local em que este crime ocorreu. Ao ser exposto, o corpo pode ser agredido ou manipulado por quem se dispuser a participar.
- *Violência extrema:* A aplicação do sofrimento deve ser sempre superior ao dano provocado pelo crime que é atribuído ao incriminado. O uso de instrumentos variados como paus, pedras, facas, armas de fogo, além de chutes, socos e pisoteamento não apenas para exterminar, mas também para deformar, denegrir e despojar o corpo de qualquer humanidade ou respeito à integridade. Roupas são rasgadas, sangue e entranhas são expostos e rostos desfigurados. O processo pode ser longo ou curto (existem relatos que falam de 4 e outros de 40 minutos)
- *Catarse:* A vivência é catártica para quem participa, libera fortes emoções e marca aquele acontecimento.

- *Vilipêndio*: Mesmo findada a vida, a crueldade se manifesta de maneira simbólica e dramática sobre o corpo falecido. Estupradores têm o pênis decepado, ladrões perdem as mãos, pessoas cospem sobre o cadáver, etc.
- *Vínculo*: A experiência cria vínculos entre as pessoas. Aqueles que praticaram ou apoiaram o linchamento, reafirmaram valores compartilhados e uma espécie de solidariedade que gera uma identidade coletiva. Mesmo aqueles que assistiram impassíveis a cena também estão implicados em um vínculo, pois ainda que dentro da comunidade ou mesmo diante de boa da sociedade o linchamento possa ser considerado legítimo, perante a lei formal aqueles seriam autores e testemunhas de um homicídio. Por esta razão, existe um acordo tácito que impõe o silêncio sobre os eventos ocorridos.
- *Precedente*: o linchamento se torna um fato exemplar a regular condutas, uma ameaça implícita a quem quebrar os códigos locais e um recurso que a comunidade pode acionar outras vezes.

Este roteiro não é manifesto por todos os casos de linchamento e dificilmente um único caso abarcaria a todas estas fases. Cada caso tem sua dinâmica, atores e enredos próprios, de forma que a existência e sequência destas etapas são bastante variadas e, ademais, podem ser interrompidos por outras forças, como a polícia ou outros elementos dissuasórios.

Desfecho

Nos 385 casos registrados o banco de dados no período e escopo geográfico delimitados foram contabilizadas 575 vítimas, uma média de 1,5 vítimas por caso de linchamento. Dentre as vítimas registradas, 147 foram vítimas fatais, frutos de *linchamentos consumados* e com um desfecho fatal; 222 foram vítimas de *tentativas de linchamento*, que são os casos em que a população inicia a ação, mas ela é interrompida por alguém e, apesar de ferida, a vítima do linchamento sobrevive; e 206 foram vítimas de *ameaça de linchamento*, casos em que a população persegue ou intimida uma pessoa, mas não ocorre agressão física. Como mencionado, o levantamento feito para esta pesquisa considera vítimas tanto as pessoas

que foram mortas em um linchamento quanto àquelas que foram agredidas ou ameaçadas de morte por um grupo.

Quando aparecem nos jornais, os linchamentos consumados costumam ser o foco principal da matéria, a palavra linchamento geralmente está presente no título do texto e aquilo que desencadeou a ação de linchamento, o motivo, aparece como uma forma de contextualizar e explicar a morte do linchado "*A Vítima teria praticado um estupro e por isso foi linchado até a morte*" ⁶³. Por ser o foco da matéria, estes casos trazem informações mais completas sobre a ação, seus atores e a reação das autoridades. No entanto, existem matérias de linchamentos consumados que narram apenas o encontro de um corpo severamente ferido, sem qualquer identificação a respeito do que ocorreu, motivação, quem é a vítima ou quem são os agressores. "*Um homem não identificado foi morto a pauladas... ao redor do corpo, diversos pedaços de pau foram encontrados com pregos e sangue*" ⁶⁴. Nestas situações o linchamento é suposto em razão dos sinais de agressão apresentados pelo cadáver e pelos instrumentos encontrados ao seu redor.

Os casos de tentativa de linchamentos aparecem com menos destaque na imprensa que nem sempre utiliza a palavra linchamento para se referir as agressões sofridas por esta vítima (podem aparecer termos como apanhou, foi agredido, levou uma surra, foi espancado, etc). A tentativa de linchamento nem sempre é o foco principal da matéria, ela pode aparecer em meio à narração de outro episódio (o que motivou o linchamento) e as agressões aparecem como o desfecho da ocorrência principal que está sendo noticiada. "*O assassino foi agarrado e espancado. Só não o mataram a socos e pontapés porque os soldados impediram.*" ⁶⁵.

As ameaças de linchamento, assim como as tentativas, geralmente são noticiadas com menos destaque nas matérias de jornal, aparecendo em meio ao contexto do caso que as teriam motivado. As ameaças têm mais chances de serem noticiadas se forem motivadas por algum episódio de grande repercussão, ou se incidirem sobre uma pessoa pública ou

⁶³ Diário Popular "Linchado até a morte". 10/11/2000

⁶⁴ Diário Popular. "Espancado até a morte", 26/11/1999

⁶⁵ Diário Popular. "Trio mata dois fregueses e fere quatro em bar", 11/10/1999.

famosa. A maior parte dos casos de ameaças registrados nas notícias apontam para intimidações feitas diretamente à pessoa ameaçada, geralmente em uma situação de vulnerabilidade e exposição como durante o momento da prisão, durante o transporte de uma pessoa acusada, durante a reconstituição de um crime, etc. Durante a reconstituição de um assalto a banco no qual um garoto de 2 anos foi atingido e ficou cego, as pessoas que estavam no estabelecimento se revoltaram contra a presença do homem e ameaçaram linchá-lo *“quero comer seus olhos, não existe monstro no mundo igual a você”* ⁶⁶. Em razão na situação de insegurança, os acusados foram retirados do banco. No entanto as ameaças também podem ser indiretas, como quando um acusado de um crime evita voltar no bairro do delito por temer a reação dos populares.

Ao longo das 3 décadas analisadas, a proporção de notícias que relatam vítimas mortas, feridas e aquelas que não sofreram violência física muda consideravelmente.

O **gráfico 8** mostra que o número de vítimas fatais cai de 31% na década de 1980, para 25% na década de 1990 e 16% da década de 2000. Também é interessante destacar que, de acordo com estes dados, durante a década de 1980 cerca de 80% das vítimas de linchamentos foram mortas ou feridas, ao passo em que nas décadas de 1990 e 2000 há um aumento na proporção de casos noticiados em que as vítimas não sofreram danos físicos. Como já mencionado, casos que envolvem mortes possuem maior probabilidade de serem noticiados, ainda assim o dado pode indicar uma mudança no perfil destas ocorrências, com menos mortos e mais ameaças do que agressões.

⁶⁶ Diário Popular. "Garotinho chora ao reconstituir crime". 15/07/1997

Gráfico 8. Situação das Vítimas de linchamento ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo entre 1980 e 2009, por década, em %

Fonte:

Casos do Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações dos Direitos Humanos – NEV/USP

4.6.PORQUE SE LINCHA: Razões alegadas para os linchamentos

Esta seção se dedica a expor e analisar, de maneira qualitativa, quais são as principais razões que os atores⁶⁷ direta ou indiretamente relacionados aos linchamentos apresentam como explicação ou justificativa para estes episódios nas notícias de jornal. A partir das declarações dos múltiplos personagens que falam nas matérias sobre os casos de linchamento, elementos como ausência do Estado, impunidade, legítima defesa, vingança e exemplaridade da ação vão surgindo como razões explicativas para as ações de linchamentos.

⁶⁷ Pessoas que participaram de linchamentos, testemunhas, moradores dos locais em que os linchamentos ocorreram, policiais militares e civis, políticos, religiosos, especialistas e outras autoridades

Ausência das Instituições

A partir da leitura das notícias de linchamento que datam da primeira metade dos anos 1980, foi possível notar a recorrência de manifestações dos mais diversos personagens destacam a existência de um distanciamento entre as necessidades da população e os serviços prestados pelo Estado. Na fala da maior parte dos populares desta época, a polícia é apontada como ausente no policiamento cotidiano preventivo, lenta para agir depois que um crime acontece e leniente com os criminosos, que seriam soltos logo depois de presos. Sob a ótica de diversas autoridades e instituições, as ações de linchamento são consideradas compreensíveis, ainda que frequentemente condenadas. Na literatura brasileira sobre linchamentos, Benevides e Fischer (1984) analisam especificamente o começo dos anos 1980 e fazem apontamentos similares ao afirmar que estes linchamentos seriam uma espécie de expressão de revolta popular contra a criminalidade, a violência e a ineficiência dos agentes do Estado.

Abaixo serão relatados alguns casos que exemplificam e ilustram esta percepção. Eles ocorreram nos anos de 1982 e 1984 na cidade de São Paulo e em Ribeirão Pires e foram selecionados por apresentarem uma cobertura mais completa por parte da imprensa, privilegiando fala de diferentes atores e pontos de vista.

Uma reportagem publicada em 04 de abril de 1984⁶⁸ relata um linchamento ocorrido dois dias antes no Jd. Guanhemembu, na região de Santo Amaro. Oswaldo Otávio Pires, acusado por populares de homicídio, estupro e tráfico de drogas foi linchando por moradores do bairro após um sumário julgamento que contou com a participação de testemunhas e uma votação pública para decidir o que deveria ser feito. As acusações que recaiam sobre homem que foi linchado eram as mais variadas: um comerciante alegou ter tido o bar depredado por Oswaldo, outro morador afirmou que ele vendia drogas na porta da escola e viciava as crianças, um rapaz de 19 anos o acusou de estupro. Ainda pesavam sobre ele outras duas acusações de estupro e três de homicídios, cujas origens não ficam muito claras na reportagem.

⁶⁸ Jornal do Brasil. "Descrença nos poderes causa mais linchamentos em S. Paulo" 08/04/1984.

A partir do texto da matéria é possível perceber que o homem linchado residia na região, era alguém conhecido dos moradores, frequentava o bar e tinha filhos pequenos, mas ao mesmo tempo alguém com quem a comunidade tinha uma relação complicada, visto que ele seria integrante de uma quadrilha. Pelas declarações dos moradores, o acusado era apontado como responsável por infringir terror no bairro: ele fumava maconha, traficava, viciava crianças, depredava propriedade privada, estuprava e matava. No entanto, não há informações claras se as acusações que pesam sobre Oswaldo são de fato processos ou inquéritos em andamento, ou se estes são crimes que a comunidade atribuía ao homem, sem que a polícia tivesse sido notificada. Pela notícia, é possível saber que no dia 31 de março (dois dias antes do linchamento) Oswaldo, que havia sido preso em flagrante por tráfico de drogas, teve sua prisão relaxada⁶⁹, havia sido solto e, neste mesmo dia, teria estuprado um rapaz do bairro em que morava.

A reportagem não trata das acusações formais que recairiam sobre Oswaldo, não menciona as razões para sua libertação e nem informa a respeito de outros processos que, a partir das acusações dos demais moradores, deveriam incidir sobre ele. A declaração de um comerciante que teve seu bar atacado pelo homem aponta que a polícia não cumpriria sua função, pois prende o suspeito e o solta em seguida, deixando vulneráveis os moradores:

“Se a polícia não soltasse o ladrão, tudo estaria bem. Aqui nós vivemos assombrados porque eles sempre são soltos e voltam ainda piores”.

Francisco Carlos Vieira, comerciante.

A sensação de quem lê a matéria do linchamento Jd. Guanhemembu é a mesma que transparece no protesto de Francisco e nos discursos que são correntes entre grande parte da população, uma ideia de descaso, de uma polícia que não cumpre a lei e que deixa à solta criminosos perigosos. O texto da notícia dá a entender o mesmo que os moradores apontam, parece que o homem linchado havia sido beneficiado por algum tipo de acordo com a polícia ou que as leis são mesmo fracas, pois um sujeito com tantas acusações chegou

⁶⁹ O relaxamento de prisão é usado quando uma prisão é feita ilegalmente ou sem provas, ao passo em que a liberdade provisória é concedida quando existe materialidade, mas não há razões para manter o acusado preso até o julgamento.

a ser preso, mas foi liberado logo em seguida. No entanto, é difícil saber detalhes, tais como se haviam provas, testemunhas e queixas formais, se as outras acusações que pesavam sobre ele como homicídios e estupro foram efetivamente apresentadas para a polícia ou se as notícias destes acontecimentos corriam apenas entre a população residente no bairro.

De qualquer forma, a partir da imagem construída pelas falas deste e de outros entrevistados pela matéria é possível perceber que, mesmo sendo verídicas todas as pesadas acusações imputadas a Oswaldo, a polícia civil dificilmente seria capaz de apontar sua responsabilidade. Uma pessoa conhecida e temida no bairro (seja por suas ações efetivas, seja por uma reputação não necessariamente calcada na realidade), raramente é denunciada por suas vítimas reais ou potenciais, uma vez que elas têm receio de sofrer algum tipo de vingança caso o acusado seja solto, ou temem retaliações por membros da quadrilha ou família do agressor.

Diversas outras histórias de pessoas que são linchadas dentro do bairro em que moram, possuem enredos muito similares a este. São homens que possuem uma reputação negativa, provocam medo e são responsabilizados por crimes que acontecem no bairro, mas a população teme denunciá-lo e se comprometer. A polícia dificilmente está próxima o suficiente para flagrar ocorrências em andamento e, segundo as falas de moradores, mesmo quando é chamada ela demora em chegar, não sendo possível contar com sua proteção. A queixa no distrito policial, uma medida que pode ser tomada depois que uma agressão tenha sido perpetrada é algo que depende de uma disposição que em última instância é individual. Ao registrar uma ocorrência junto à polícia, a vítima ou as testemunhas estariam expostas fazendo acusações diretas, pois precisam esclarecer o que aconteceu, quando ocorreu, apontar quem foi o agressor e assinar um boletim de ocorrência. Fazer uma denúncia contra um conhecido é uma opção muito arriscada, visto que pode significar que o denunciado possui informações sobre onde o denunciante mora e quem são os membros de sua família. Sem queixas, testemunhos e provas não há muito que a polícia civil possa fazer para prender ou manter uma pessoa detida, o que reforça a sensação de impunidade por parte da população e, às vezes, de impotência por parte da própria polícia.

*"O povo acha que ladrão e assassino não ficam presos.
Quando chega ao ponto de linchar, está descrente de tudo."
Delegado de polícia, não quis ser identificado*

Em situações como esta, ações de linchamento se tornam um recurso plausível para a população, uma vez que se trata de uma ação coletiva. Ao contrário da vendeta, que criaria uma hostilidade entre determinados grupos ou pessoas específicas, nos casos de linchamentos, como muitos estão implicados é difícil apontar responsabilidades, diminuindo a possibilidade e retaliação por parte da família ou quadrilha do linchado e o início de uma rixa infundável. Esta espécie de anonimato que protege os envolvidos de uma desforra, também dificulta o trabalho da própria polícia em esclarecer casos como estes, já que é muito difícil encontrar os envolvidos e individualizar as responsabilidades na ação. Caso a pessoa linchada sobreviva, ou mesmo que ela não chegue a ser agredida, fica evidente o recado de que existe uma coalizão de moradores ou pessoas descontentes que podem voltar a agir, fazendo com que o bandido temido passe a temer, deixando o bairro para se proteger.

*"Eu dei algumas pauladas nele ... Ainda tem quatro rapazes do bando dele
que rodam por aqui, se escorregarem, vão ter o mesmo tratamento. A
gente tem que se virar sozinho."*

José Moreira, pedreiro

O pedreiro José Moreira admite ter participado do linchamento (o que não é frequente nas reportagens) e acrescenta uma ameaça aos demais e eventuais bandidos do bairro. A citação coloca em foco um sentimento que o linchamento traz a tona, a sensação de que a comunidade local conseguiu se colocar em uma posição de detentora de poder no jogo de forças que envolvem o uso da violência. Na declaração de José os outros elementos implicados neste jogo aparecem: existe o poder público que não age, deixando a necessidade de lidar com os problemas de segurança nas mãos da população, "que tem que se virar sozinho"; existe o Oswaldo, um criminoso que recebeu um "tratamento", isto é, foi morto pelos populares; e, existem ainda, os outros membros da quadrilha ou potenciais agressores que continuam pelo bairro, mas agora estão avisados de que se cometerem delitos, isto é, se "escorregarem", podem ter o mesmo "tratamento" de Oswaldo.

De certa forma, a mesma percepção de impunidade e incapacidade do Estado em esclarecer e punir um crime que gera a revolta e desencadeia uma ação de justiça com as próprias mãos, paradoxalmente, também garante para aqueles que participam dos linchamentos a sensação de que nada de errado foi feito, além da certeza de que a participação em um linchamento não gerará punição. No Jd. Guanhemembu a reportagem diz que a Polícia Militar que atendeu o caso foi capaz de elaborar uma lista com nomes de 42 moradores que assumiram ter participado do linchamento.

"A gente poucas vezes consegue chegar aos linchadores. Em uma comunidade pequena, todos se protegem".

Roberto F. M. de Carvalho, Delegado do 48º Distrito Policial

Este dado é bastante incomum, como dito anteriormente, na maior parte das vezes as pessoas negam ter participado ou mesmo testemunhado o linchamento, o mais público dos crimes é o que menos deixa testemunhas formais e, por esta razão, existe muita dificuldade nas apurações e investigações.

O poder público classifica uma ação de linchamento como um homicídio, já para a população aquela seria uma ação de defesa da justiça e da paz local e, portanto, não seria algo errado ou condenável, pois seria uma atitude tomada diante de uma necessidade e para garantir a proteção.

"Eu assisti a votação, mas não participei do linchamento. Vi tudo e acho que as pessoas tinham razão em linchar. Aliás, foram as donas de casa as que mais defenderam sua morte". Uma vítima de estupro foi confrontada com o agressor que pediu perdão, mas a vítima disse que não o perdoava, então

"alguém gritou que era hora de votar: Vamos entregar para a polícia?

Ninguém levantou a mão, Vamos linchar? Todos concordaram"

Luis da Silva, ex-policial

O homem que afirma que a população tinha razão em realizar o linchamento é um ex-policial, alguém que conhece as leis e principalmente sabe como o sistema de segurança e

justiça funciona. Apesar de afirmar não ter participado do linchamento, o ex-policial não fez menção de impedir a ação e nem ao menos sugeriu que a polícia deveria ser acionada para lidar com o acusado quando esta opção foi colocada por seus vizinhos.

Na ótica dos moradores Oswaldo era um homem perigoso, a polícia não oferecia segurança e mesmo quando foi acionada a resolução teria sido inadequada, visto que o ele foi solto, voltou para o bairro e teria violentado um jovem. Esta teria sido a gota d'água e após uma votação que contou cerca de 150 moradores, todos votaram pela morte do homem. Como misericórdia a Oswaldo foi concedido um último pedido, ele pediu para ver os dois filhos pequenos pela última vez e para beber um copo de cachaça. O copo ele tomou, mas não houve tempo para a chegada dos filhos.

Ainda que o jornal tenha chamado à ação de julgamento, faz-se necessário apontar que se tratou de uma votação em que não havia partes sendo representadas ou um terceiro elemento para arbitrar, apenas a população que se sentia amedrontada pela presença aterradora do homem no bairro e ele, sem quaisquer condições de se defender ainda que lhe fosse dada a palavra.

"Se eu tivesse que votar, votava outra vez pela morte dele, agora eu me sinto segura.... Aqui a polícia nunca aparece, só vem quando o corpo já está frio"

Maria das Graças Reis, 22 anos, doméstica.⁷⁰

Para uma moradora que participou da votação a decisão tomada pela população de linchar o homem foi correta. Já que o Estado não oferece segurança *"a polícia nunca aparece"*, caberia aos próprios moradores resolverem privadamente o caso. Boa parte da população vê a criminalidade como um problema localizado e individual, de maneira que suprimindo o indivíduo que é considerado foco do problema, a paz se restauraria. Se o homem linchado era visto como uma potencial ameaça, seu extermínio restabeleceria o bem-estar local, na fala de Maria das Graças *"agora eu me sinto segura"*.

⁷⁰ Jornal do Brasil. Descrença nos poderes causa mais linchamentos em São Paulo. 08/04/1984

Teresa Caldeira (2000) aponta que as experiências com a violência criminal são traumáticas, desorientadoras, provocam desordem e rompimento na experiência vivida, de maneira que a história passa a ser dividida em antes (tranquilidade) e depois (medo) dela. A fala de Maria das Graças indica que, no caso dos linchamentos, a agressão não é experimentada pela comunidade da mesma forma que outras modalidades de violência, pois aqui, os sinais se invertem. Para a jovem, antes do linchamento havia medo, depois dele ela experimentou uma sensação de segurança.

A reportagem do caso conta ainda com a participação de uma intelectual, a socióloga Maria Victoria Benevides é chamada para comentar o caso e faz algumas colocações que se alinham com as falas dos moradores:

"A impunidade dos criminosos é o maior exemplo da ineficácia da atuação da Justiça ... Descrédito na eficácia da polícia e na ação da justiça são os principais fatores que alimentam os linchamentos."

Maria Victoria Benevides, socióloga

Benevides acrescenta ainda que um dos problemas da ineficácia e descompasso entre os anseios da população e atuação do poder público está no fato de que a polícia se concentra mais em lidar com crimes contra o patrimônio (que atingem mais as classes abastadas) e se dedicam menos aos crimes contra a pessoa (que afetam com mais frequência a população de baixa renda), ainda que os mais graves danos sociais sejam provocados por mortes e não por roubos e assaltos.

A colocação da pesquisadora de que a polícia não se dedica a contento para esclarecer crimes contra a vida é corroborada por uma declaração do delegado responsável pela região do Jd. Guanhemembu:

"Este ano tivemos este caso de linchamento e cinco tentativas de linchamento. Aqui se concentram as principais quadrilhas da Zona Sul. Elas vivem guerreando e, no último mês, registraram 12 mortes. Solucionamos uma média de 100 casos de roubos e assaltos por mês. E isso contando só com o trabalho de nossos quatro investigadores"

Roberto F. M. de Carvalho, Delegado do 48º Distrito Policial

O delegado confirma a existência de problemas graves relacionados às ocorrências de crimes contra a vida e parece relacioná-los a atuação de quadrilhas que disputam mercado entre si. Ao relatar a atuações de sua equipe, ele destaca apenas o trabalho realizado na solução de crimes contra o patrimônio e nada diz sobre o que foi feito para elucidar os homicídios, sejam os originados por quadrilhas ou por outras razões, como os linchamentos.

No entanto, é importante destacar que, na década de 1980, a principal motivação para os crimes de linchamentos eram os crimes contra o patrimônio e não os crimes contra a vida.

A maior parte dos argumentos que apontam os linchamentos como um resultado da ausência do Estado em cumprir suas funções de garantir a lei e a ordem, têm como implicação a justificativa de que, na falta das autoridades, a população teria a prerrogativa de agir em legítima defesa. As ocorrências de linchamentos dos anos 1980 e 1990 se desenvolvem em um contexto de aumento da criminalidade violenta, crise econômica, rápida expansão urbana, transformações políticas e fracas respostas estatais no sentido de controle efetivo da violência. O linchamento seria então uma reação de um grupo que percebe uma quebra na ordem local e busca restabelecê-la, fazendo uso dos mecanismos que têm à disposição e sem acionar os órgãos públicos. O objetivo destes grupos não seria conflitar ou concorrer com o aparato do Estado, não pretendem organização de um poder paralelo, mas se dispõem a buscar resolver, ao seu modo, uma situação em que algo considerado importante foi desrespeitado ou colocado em risco. A ação geralmente é local e circunstancial e não é vista pelos atores que a praticam e por tantos outros como um desrespeito à lei, mas sim como uma medida coletiva que precisou ser tomada para impedir, cessar ou prevenir ameaças e ofensivas. O linchamento pode até ser apontado como uma solução inconveniente ou mesmo inadequada, mas é habitualmente classificado como um revide, uma resposta a uma agressão sofrida, de maneira que e quem age em resposta não poderia ser julgado, pois teria o direito agir ou reagir para se defender.

Em um caso ocorrido em 10 de janeiro de 1982, no Parque Aliança na cidade de Ribeirão Pires, dois homens foram linchados por um grupo de moradores que estavam de sobreaviso e fazendo patrulha as ruas do bairro em razão de sucessivos casos de assaltos locais. A população já havia se organizado e pedido reforço policial na área nas autoridades competentes, mas não obtiveram sucesso e, por esta razão, passou a ficar alerta a qualquer

movimentação estranha, o que culminou na reação à presença de dois rapazes que supostamente teriam assaltando uma pessoa e que foram linchados pela população. O duplo linchamento ganhou grande repercussão na imprensa depois que alguns jornais noticiaram a possível existência de um grupo de moradores se organizando para fazer vigília e justiça com as próprias mãos naquele bairro. A existência do grupo organizado não foi confirmada nem naquele momento inicial, e nem posteriormente ao longo da condução do inquérito (SINHORETTO, 2002), mas a possível existência dos vigilantes foi o suficiente para gerar interesse da imprensa pelo caso que chegou a ser exposto no Jornal Nacional.

Os habitantes do Parque Aliança que, a princípio, falaram com os jornalistas, decidiram parar de dar entrevistas depois que o caso ganhou repercussão. Dois dias depois do linchamento, antes da cobertura intensa da imprensa eles haviam descrito um cotidiano de assaltos constantes e uma polícia que não agia, não tinha gasolina, viaturas ou recursos humanos suficientes e, ainda por cima, tinha medo dos bandidos. Além disto, os moradores entrevistados pela reportagem e que não quiseram se identificar, estariam descrentes da Justiça que prende e solta os acusados alguns dias depois da prisão e, por esta razão, estariam dispostos a agir até a eliminação dos bandidos, preparados para matar e morrer com o objetivo de garantir paz e tranquilidade para as famílias do local. O discurso dos moradores de Ribeirão Pires que aparecem nos jornais é muito similar ao do Jd. Guanhemembu, ambos colocam a justiça com as próprias mãos como condição para alcançar o sossego e a segurança para o bairro. Os problemas apontados nos dois casos são estruturais (falta do Estado e aumento da violência), mas a solução apontada é bastante pontual, trata-se da eliminação dos bandidos.

Naquela ocasião, diversas instituições foram contatadas pelos jornais para dar entrevistas. Os membros das secretarias estaduais de Segurança Pública e de Justiça, o presidente do Tribunal de Justiça, o juiz da comarca de Ribeirão Pires e o delegado da cidade, isto é, as autoridades diretamente relacionadas preferiram não falar sobre o caso. Aqueles que concordaram em falar não pertenciam às instituições diretamente ligadas ao episódio, mas sim a instituições com influência no debate público como a Comissão de Justiça e Paz, o padre, o prefeito, vereadores e deputados.

"É um sintoma de uma mentalidade que domina tudo, de que a violência é solução. Os moradores de Ribeirão Pires estão equivocados ao tentarem resolver o problema da criminalidade da região com um grupo de matadores. Eles deveriam se constituir em grupo de defesa dos direitos humanos, formar um grupo de pressão, a exemplo do que vem sendo feito para a obtenção de água, luz e outros melhoramentos."

José Gregori, presidente da Comissão de Justiça e Paz

A expectativa da Comissão de Justiça e Paz, assim como de outros grupos organizados de direitos humanos na passagem para a democracia, era de que os direitos humanos se tornassem uma bandeira que abrigasse diferentes tipos de demandas em torno de valores universais de respeito à vida e à dignidade, incluindo a questão da segurança pública. Na perspectiva de Gregori, se os moradores tivessem em seu horizonte estes valores, eles respeitariam a vida, não praticariam o linchamento e não se organizariam para matar. No entanto, o discurso dos direitos humanos sempre esteve muito distante das experiências cotidianas da população, de forma que diante do contexto descrito a penetração destas ideias nos bairros populares foi muito parcial, com o agravante de que direitos humanos eram publicamente contestados por atores expressivos e com grande poder de penetração como radialistas e políticos populistas.

Ainda que a Comissão de Justiça e Paz estivesse ligada à Igreja Católica, não havia uma unidade de pensamento dentro da instituição, de maneira que o padre da paróquia do local onde o linchamento ocorreu emitiu opinião divergente, afirmando que os moradores não estão equivocados, pois agiram em defesa da vida e não contra ela:

"O povo não pode ser condenado porque agiu em legítima defesa (...) o que eles estão fazendo é defender o que têm de mais importante, que é a vida. Trata-se de uma população "muito sofrida e massacrada, mas que apesar disso é um povo muito bom e de boa vontade". "Os moradores estão fazendo a única coisa que poderiam fazer, eles fazem isso no desespero, eles não são responsáveis por tudo isso que está acontecendo". O problema é basicamente social, acabar com os bandidos que infestam a cidade é dever das autoridades, os verdadeiros responsáveis por tudo o

que está acontecendo, os culpados são os funcionários graduados do Estado, os deputados, os vereadores, os senadores ... a polícia".
*Padre Angelo Baggio, 55 anos, da Paróquia de Ribeirão Pires*⁷¹

O padre acrescentou ainda que a polícia deveria abrir o inquérito, mas não contra os moradores que agiram em legítima defesa e complementa dizendo que se fosse o juiz, não condenaria a população. Assim como os próprios moradores, o padre não interpreta o linchamento como uma violação do direito à vida, mas como uma ação de defesa dela, os moradores teriam direito e necessidade de agir para se proteger. Com sua fala, o padre, que de certa forma fala em nome da igreja católica no local, isenta os moradores de responsabilidade sobre o linchamento e justifica a ação como legítima defesa, uma medida desesperada tomada em defesa da vida dos habitantes daquele bairro, pessoas que padecem com a pobreza, a violência e a falta do poder público. O Estado seria o verdadeiro responsável pela situação por não cumprir suas funções. Ainda que defenda a ação da população, o padre não parece compartilhar com ela a percepção de que a solução para o problema da violência passa pela eliminação de criminosos, ele afirma que se trata de um problema social, de autoridades que não exercem sua função de oferecer os serviços públicos necessários à cidade.

O prefeito da cidade também foi entrevistado e emitiu opiniões semelhantes as do padre com relação à crise social:

Para mim, a violência que vem tomando conta da nossa cidade, outrora bastante pacata, é consequência do desemprego e da crise social que estamos vivendo: há muita gente ganhando pouco atualmente... Sobre as patrulhas que existiriam na cidade, o prefeito acha que elas estão agindo corretamente, pois combater os delinquentes com seus próprios meios foi a única maneira que os moradores da região encontraram para defender seus lares e suas famílias e colaborar com a polícia.
Luis Carlos Grego, (PDS) Prefeito de Ribeirão Pires Cidade

⁷¹ Folha de São Paulo. "Justiça e Paz se Manifesta contra o grupo de matadores", 14/01/1982

O linchamento seria, na visão do prefeito, um método de defesa que a comunidade aciona em situação de extrema necessidade. Ele compartilha da opinião do padre, de que os moradores não poderiam ser punidos, uma vez que afirma que este tipo de ação não é um problema à segurança, mas algo feito para colaborar com a polícia. O prefeito havia sofrido um assalto em sua casa menos de um mês antes deste linchamento e, na ocasião, reagiu e conseguiu pegar dois dos assaltantes mas, apesar do flagrante, um deles havia sido solto. Ele comentou o fato relacionando-o a ação praticada por parte dos moradores da cidade:

"Não entendo a Justiça, é difícil entender a Justiça. O que os moradores estão fazendo é certo, é uma questão de sobrevivência, não entendo porque é relaxada uma prisão em flagrante de um homem reconhecidamente criminoso."

Luis Carlos Grego, Prefeito de Ribeirão Pires Cidade

O debate sobre o "certo" e o "errado" dos linchamentos é frequente, na visão daqueles que apoiam os linchamentos, se as instituições de segurança e justiça não se mostraram capazes de mediar conflitos e ainda, se estiveram ausentes quando a população se "defendeu", não faria sentido punir os linchadores, visto que eles apenas fizeram aquilo que o Estado deixou de fazer. A ausência da lei é o espaço do arbítrio, quando a lei parece ter aplicação seletiva ou nenhuma aplicação, tem-se aí um espaço de indeterminação entre o "certo" e o "errado" que é operacionalizado pelos atores de acordo com seus próprios valores de justiça, de modo que matar um bandido que ofendeu a comunidade não pode ser considerado um crime, mas uma resposta justa às agressões sofridas ou futuras. Eles não estariam agindo à margem do Estado, mas se colocando como atores em um jogo onde os limites do aceitável ou inaceitável parecem estar disputa.

A querela sobre o certo e o errado do linchamento não é unânime e traz à tona as diferentes visões dos atores que são figuras de poder próximas daquela comunidade. O presidente da Câmara Municipal discorda do prefeito e apresenta uma visão mais legalista:

"O que este esquadrão está fazendo é uma coisa errada, acho que a justiça não deve ser feita pelas próprias mãos, de quem quer que seja... Os moradores deveriam mesmo - e desta forma estariam agindo certo - era

prender os criminosos e entregá-los à Polícia para tomar as providências necessárias, e não matar como estão fazendo, pois a ninguém é dado o direito de matar, de tirar a vida de semelhantes".

João Batista Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires

Parlamentares da Assembleia Legislativa também foram entrevistados e apresentaram opiniões divergentes. No ano de 1982, em que ocorreu o linchamento de Ribeirão Pires, o governador responsável pela manutenção das polícias duramente criticadas nas falas de quase todos os atores entrevistados era Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS). Na ocasião, a reportagem⁷² entrevistou um deputado de oposição ao governo estadual, Sérgio dos Santos, e outro da situação, Armando Pinheiro, bastante próximo ao governador. O deputado de oposição critica a falta da polícia na defesa dos moradores das periferias contra a violência urbana, mas não justifica as ações dos moradores, que classifica como condenáveis:

"A policia deixa muito a desejar no cumprimento de suas obrigações, ficando a população completamente desguarnecida, principalmente os habitantes da periferia. A partir desta situação, afirmou, o povo parte para resolver ele mesmo seus problemas, apelando para meios que sobre qualquer ponto de vista são condenáveis."

Sérgio dos Santos, Deputado Estadual

Já o deputado da situação tira o foco da ação da polícia e faz uma interpretação política, além de apontar outras questões que, em sua opinião, contribuiriam para o problema da violência:

"O linchamento é uma forma de protesto por parte de um grupo de moradores que quis mostrar a todos a situação de insegurança em que vive... O povo estava em uma situação difícil e encontrou uma solução que de nenhuma forma podemos endossar... O problema, no entanto, não seria só de policiamento, é difícil saber a causa disto, a violência urbana eclodiu

⁷² Folha de S. Paulo. "Deputado vê omissão da polícia", 23/01/1982

recentemente em todo o mundo, não é só privilégio do Brasil ou de São Paulo ... A própria abertura propicia o surgimento destas manifestações, indicando que a comunidade se organiza e quer participar, cometendo às vezes atitudes desprovidas de bom senso... A abertura deve continuar, mas sem ações que prejudiquem o equilíbrio da comunidade ... com a criação de mais empregos e desvio do fluxo migratório da cidade para o campo, a violência urbana certamente diminuirá, dando melhores condições de vida para todos"

Armando Pinheiro, Deputado Estadual

O linchamento é visto pelo deputado Armando Pinheiro menos como uma forma de tentar solucionar um problema de falta de policiamento, e mais como uma forma de protesto de uma população que quer participar da abertura democrática, mas seria desprovida de bom senso e por isto faz uso da violência. Nas entrelinhas o deputado parece dar a entender que estas pessoas não estão preparadas para uma democracia, não sabem canalizar suas demandas e por isto agem de maneira inadequada e violenta. Ele acrescenta ainda que as causas da violência podem estar relacionadas ao desemprego e ao fluxo migratório de migrantes que vem do campo, de maneira que desviar estes migrantes e criar empregos resultaria na diminuição da violência. O deputado não comentou as condições precárias de trabalho da polícia no município.

Associações entre os linchamentos e a abertura democrática também foram feitas por autores que estudaram linchamentos, mas em uma perspectiva bastante diferente daquela que é colocada pelo deputado Armando Pinheiro.

Paulo Sérgio Pinheiro (1984) faz uma relação entre os linchamentos, o regime de exceção e a abertura democrática, ao afirmar que, se o país está em guerra, não parece estranho que a população saia a campo liquidando suspeitos, tal como a própria polícia vinha fazendo. A população estaria, portanto, apenas imitando as práticas do Estado que defendia e praticava o extermínio como política de controle da violência urbana. Considerando que grupos de extermínio (muitos formados por policiais) realizavam execuções de suspeitos sem que fossem investigados e, ainda, que policiais fardados praticavam homicídios em nome do cumprimento do dever e sem qualquer amparo legal, Pinheiro argumenta que os

linchadores julgariam poder gozar da mesma impunidade dos agentes do Estado, pois estariam agindo de acordo com a mesma cartilha de extermínio. Nas alocações dos atores que fazem declarações aos jornais, o extermínio de pessoas como política de segurança pública aparece com bastante frequência e, geralmente, sob a perspectiva de uma limpeza social que garantiria o controle da criminalidade. Ao eliminar um suposto perigo criminal com rapidez, fazendo uso de punição exemplar e exibição pública, os linchadores acreditam contribuir para o controle e prevenção do crime. Ao longo do período do período pesquisado, este discurso se torna mais comum e mais estruturado e é sintetizado na defesa da pena de morte, principalmente nos casos que provocam grande comoção, como veremos a seguir. No entanto, ainda que exista de fato um paralelo entre os juízos que são expressos nas execuções sumárias, na violência policial e nos linchamentos, não é possível traçar um paralelo entre estes casos no que tange a forma de atuação de cada um deles, uma vez que o Estado se diferencia da população por possuir recursos, planejamento, informações, treinamento e principalmente, a obrigação de ter sua atuação pautada na lei, no respeito e defesa da integridade física da população.

Assim como Pinheiro, as autoras Benevides & Fischer (1984) também apontam uma relação entre a violência da população e os métodos violentos utilizados pela própria polícia e consideram que a população pode ter absorvido a lógica das repressões e execuções. Além disto, as autoras ainda acrescentam mais um paralelo entre os linchamentos e o contexto de abertura democrática ao compará-los com outros levantes populares comuns na época da redemocratização como os quebra-quebras, queima de ônibus e depredação de trens. Estas seriam revoltas contra a ineficiência de um serviço público considerado inadequado, a exacerbação de uma insatisfação por uma camada social espoliada de seus direitos de cidadania.

A relação de linchamentos com a ausência do Estado ou a prestação de serviços com pouca qualidade e em descompasso com as necessidades da população não se restringiria apenas as questões como falta de policiamento ou falta de solução para os problemas relacionados à segurança pública. A sobreposição de carência de diversos tipos, principalmente relacionadas a serviços públicos e infraestrutura urbana adequada, também podem ser vistos por moradores de bairros periféricos como cenários que estimulam a descrença nas

instituições e facilitam a o aparecimento de medidas privadas em busca de soluções que nem sempre são as mais apropriadas.

Esta relação mais complexa não aparece nas declarações dos populares nos jornais da época, no entanto, em um caso mais recente de linchamento ocorrido em São Paulo, a declaração de uma moradora aponta o problema da ausência do Estado com foco em aspectos estruturais mais amplos do que a simples falta de policiamento. Após o linchamento de um motorista que acidentalmente atropelou uma criança no Parque Grajaú, Zona Sul de São Paulo, uma moradora faz uma reflexão a respeito da ausência de poder público na prestação de serviços à população. A resolução dos problemas cotidianos do bairro é descrita como resultado da iniciativa dos próprios moradores, seja pelas lutas que precisaram ser travadas para garantir os recursos adequados ao bairro, seja pelas ações que garantem a solução do problema em si:

*“Para a auxiliar de enfermagem Maria Lopes, 48 anos, terceira moradora do local, a descrença no poder público vem desde o final da década de 70. O Parque Grajaú nasceu da invasão de uma área municipal. “Água, luz, esgoto, foi tudo uma luta”, disse. Duas décadas depois do começo da invasão, veio o asfalto, depois o trânsito, atropelamentos e as lombadas clandestinas feitas pela população. As cinco lombadas da rua, segundo moradores, foram retiradas pela prefeitura. A Companhia de Engenharia do Tráfego negou o pedido de lombada oficial alegando falta de fluxo de veículos. A convivência arriscada entre crianças e motoristas também gerou outros episódios de violência, um ano antes, a discussão entre motoristas e garotos jogando bola na rua acabou em tiroteio”.*⁷³

A fala desta moradora aparece em um caso de linchamento do ano de 2003. Ela relata um problema atual do bairro, a ineficiência no controle de tráfego de carros em uma região com

⁷³ Folha de S. Paulo. “Após crime, Grajaú vive crise de consciência”. 03/05/2003

muitos pedestres e crianças, mas relaciona este problema com um longo histórico de mais de 30 anos de lutas por políticas adequadas às necessidades efetivas dos moradores. Maria Lopes aponta como a falta de soluções por parte do poder público para um problema tão simples como o de uma lombada gera conflitos entre a população e também com o próprio Estado. Os moradores tentaram resolver o caso pelas vias formais, isto é, fizeram um pedido oficial pelas lombadas que não foi acolhido. Eles então buscaram, com recursos próprios, uma solução improvisada e instalaram lombadas clandestinas ao longo da rua para diminuir a velocidade dos veículos que circulavam pela via. A empresa pública responsável pela fiscalização identificou os equipamentos clandestinos e fez a remoção.

Este caso ilustraria uma mudança na dinâmica do bairro, nas formas de luta e nas demandas da população que não se limitam mais à simples exigência da presença do poder público, mesmo porque no episódio do controle de veículos as instituições públicas estiveram presentes para fiscalizar e retirar as lombadas que não se adequavam ao protocolo de parâmetros para a construção dos quebra-molas. A luta dos moradores passa a ser no sentido da qualidade dos serviços e também para o reconhecimento de necessidades específicas, como, por exemplo, a percepção de que embora o tráfego de veículos não seja intenso, aquela seria uma vizinhança com crianças que estão acostumadas a brincar na rua e, por isto, estão mais expostas a atropelamentos do que outras regiões da cidade com volume de tráfego semelhante, mas nas quais as crianças ficam em lugares fechados. Neste episódio, os moradores estavam discutindo e buscando influenciar a condução das políticas. A rua como o espaço do *laissez-faire* urbano perde força, pois a regulamentação e o Estado se fazem presente em diversos aspectos, no entanto, se as regras que são colocadas pelo poder público não se adequar as necessidades da população, elas dificilmente serão obedecidas e o recurso a soluções privadas ainda pode ser considerado.

Ao longo das décadas de notícias pesquisadas é possível perceber que a questão da ausência do Estado vai perdendo força como justificativa para as ações de linchamento nas falas dos autores envolvidos, de maneira que as críticas passam a se concentrar principalmente nas leis, na condução destes problemas pelo Estado e no questionamento dos direitos civis. Não é apenas uma questão de ausência ou presença, mas críticas na forma em que as questões são conduzidas. Benevides & Fischer (1984) alertam ainda que a

explicação para os linchamentos que se foca na ausência do Estado é parcial, pois não dá conta de explicar os casos que ocorrem nos bairros melhores providos de serviços públicos localizados no centro da cidade, dos episódios nos quais os acusados são arrancados das mãos da polícia, bem como não elucidam o uso da violência extrema e a crueldade que caracterizam tantos casos de linchamentos registrados pela imprensa. Os linchamentos não podem ser tratados apenas como uma questão de ausência do Estado, pois, ao preencher as lacunas deixadas por ele, a população não imita seus procedimentos oficiais, mas recorre a expedientes que, oficialmente, o Estado não utiliza como o recurso à violência extrema e o extermínio.

Impunidade

A ideia de pena e a demanda por punição são recursos conservadores que visam a manutenção da ordem e o restabelecimento de normas e valores que foram rompidos com a ocorrência de um crime. Neste sentido, valorizar a punição seria dar valor à norma, ou seja, demonstrar que apesar de ter sido violada, ela não perderia sua relevância e continuaria operando. Em contrapartida, se a norma for quebrada e ninguém for punido, isto sinalizaria que a norma perdeu legitimidade, comprometendo a ordem (SINGER, 1998; SINGER 2003). Segundo Martins (1996), ao impor um castigo duro e exemplar como forma de defesa de valores e normas colocados em risco por uma ação de um sujeito que desrespeitou as normas, o linchamento tem um caráter conservador, uma vez que visa restabelecer e fortalecer as regras e relações sociais locais.

A perspectiva de impunidade é, também, bastante recorrente nas declarações feitas aos jornais como justificativa para os linchamentos. Quando cidadãos suspeitam que crimes não serão punidos, é muito provável que se disponham a fazer justiça por conta própria, recorrendo ao uso da violência para solução de conflitos, o que exacerba sentimentos de medo e insegurança (ADORNO & PASINATO, 2010).

No entanto, a própria percepção de impunidade muda ao longo do período analisado. No começo da década de 1980, a população apontava como problemas a falta de atendimento por parte das polícias em seus bairros ou cidades, a falta de infraestrutura e disposição para

investigar queixas e, principalmente, os bandidos que não ficavam presos. O relaxamento da prisão que antecede diversos casos de linchamentos e que revolta a população pode se dar em razão de uma série de fatores como: a inexistência de um flagrante, falta de representação por parte da vítima que não presta queixa do crime à polícia (seja porque teme denunciar, seja por que não acredita que a polícia seja capaz de agir e oferecer alguma solução ao crime), a falta de recursos para construir um caso consistente com provas e testemunhais (as investigações sólidas eram raras e os recursos de trabalho bastante precários, diminuindo a taxa de esclarecimento dos crimes), ou ainda pela existência de acertos extralegais por policiais que cobravam propina para liberar suspeitos ou enquadrar suas ações em classificações penais mais brandas (MINGARDI,1992).

A principal forma de impunidade destacada era aquela produzida pelo próprio trabalho da polícia e se relacionava principalmente à ausência e ou falta de eficiência no policiamento e elucidação de crimes. Ainda que os problemas relacionados à segurança pública e à justiça também envolvam instituições como o Ministério Público e o Judiciário, a polícia sempre foi a face mais visível da atuação do Estado para o combate ao crime e, por esta razão, ela é mencionada com mais frequência. A polícia militar e a polícia civil são a principal porta de entrada de um delito no sistema de justiça criminal, de maneira que a ineficiência destas instituições em construir um caso ou mesmo o filtro que realizam quando propõem soluções informais ou extralegais para um caso diminuem ainda mais o contato da população com o Judiciário (SINHORETO, 2002) e, por esta razão, é a figura da polícia que aparecia quando a população tratava de impunidade.

Em 15 de junho de 1984 o jornal⁷⁴ traz a notícia de um linchamento ocorrido em uma estação de trem Amador Bueno da FEPASA, em Itapevi. O homem morto foi Ademir Rufino, de 26 anos, que tentou assaltar um passageiro dentro do trem no horário de grande movimento no final do dia. Os passageiros perceberam a ação e começaram a espancá-lo dentro do trem e depois na plataforma da estação onde seu corpo foi abandonado. Ademir tinha mais de cinquenta passagens pela polícia por crimes contra o patrimônio como assaltos e arrombamentos, existia um mandato de prisão expedido contra ele, mas Ademir

⁷⁴ Notícias Populares. "Povo cansado massacra ladrão no trem", 15/06/1984

não havia sido preso pela polícia que tinha seu endereço. Ele praticava crimes na região e morava a 1,5 km de distância da estação de trem onde tentou o assalto e foi morto.

Um passageiro que não quis se identificar apontou como motivo para o linchamento a ausência da polícia:

“Nós já estamos fartos de tanto pouco caso por parte da polícia”

Uma vendedora ambulante, viúva, mãe de seis filhos e que também não quis se identificar para a reportagem comentou o linchamento e também justificou a ação como uma reação de defesa diante da ineficiência da polícia em fazer cessar os assaltos no trem:

"Cansamos de ser vítimas, de que adianta prestar queixa? É tempo perdido. Ninguém está aguentando mais. E, a continuar assim, vamos prosseguir com os linchamentos. É nossa única defesa, já que estamos totalmente entregues à própria sorte. Das vítimas ninguém fala nada. Agora, para esses criminosos existem direitos humanos, não é?"

A vendedora afirma que os linchamentos podem continuar e ainda associa o fato do criminoso estar em liberdade como um fruto da ascensão dos direitos humanos, que protegeriam o bandido e deixariam os cidadãos “à própria sorte”, sendo, portanto, também responsáveis pela impunidade e pelo linchamento.

A questão da impunidade vista como responsabilidade da polícia muda gradualmente de perspectiva ao longo do período analisado. Perdem destaque os argumentos de ausência da polícia e, os discursos que apontam sua ineficiência passam a dividir espaço com declarações que apontam as punições fracas e em desacordo com as expectativas de grande parte da população como justificativa para as ações de linchamento. A impunidade que apontam como um problema não diz respeito apenas à ausência de punição por trabalho insuficiente da polícia, o foco se amplia para abarcar também a ideia da pena insuficiente e considerada branda, seja porque o tempo de reclusão é considerado curto, seja porque o castigo não seria duro o bastante.

Os discursos contrários aos direitos humanos se tornam ainda mais frequentes nas falas veiculadas pelos jornais porque, segundo parte da população, ao tentar atribuir aos acusados um status que eles não mereceriam, os direitos humanos promoveriam a impunidade, seja por garantir direitos demais aos criminosos que se valem de brechas e são soltos, seja pelas fracas penas atribuídas aos bandidos que, quando presos, ficariam pouco tempo encarcerados e com acesso a regalias dentro das prisões. No mais, as contínuas experiências da população que apontam a seletividade e arbitrariedades da justiça que só trabalha para os ricos e poderosos e sua morosidade fazem com que princípios legais e garantias sejam vistos como uma forma de impunidade.

A sensação de impunidade gera principalmente dois tipos de respostas conservadoras (que visam reparar a ordem perdida) por parte da sociedade. Um delas é da ordem legalista, reconhece a existência de uma crise de impunidade e aponta como solução mudanças no Código Penal que garantam o endurecimento das leis por meio do aumento de penas e criminalização de novas condutas⁷⁵. A outra resposta conservadora à sensação da impunidade se apoia na ideia de limpeza social e concede apoio ao justiciamento, por meio da letalidade policial e de soluções privadas como a atuação dos esquadrões da morte, justiceiros, grupos de vigilantes e linchamentos praticados contra criminosos que cometem delitos.

Ambas tratam de soluções mais duras para enfrentar o problema da criminalidade e da impunidade, no entanto, ao contrário da resposta legalista, a retórica do justiciamento prescinde de validação da lei. A discussão não é sobre mais lei ou menos lei, diante da urgência e da emergência do medo, as fronteiras e os limites da atuação do Estado e da legalidade aparecem ter pouca importância. Nas declarações de pessoas que participaram e

⁷⁵ Recentemente uma comissão do Senado que trata da reforma do código penal abriu um consulta pública para pedir sugestões da população à respeito do novo código. Das cerca de 2500 respostas, a maior parte trata redução da maioridade penal, criminalização da homofobia, recrudescimento das penas e modificações no sistema progressivo do cumprimento de penas, com mais exigências para obtenção de benefícios. Outras sugestões mais duras como trabalho forçado para presos, castração química de estupradores, prisão perpétua para reincidentes e pena de morte, também aparecem com frequência: Superior Tribunal de Justiça. Sugestões populares ao novo Código Penal pedem endurecimento da lei. 15/04/2012. Disponível em:

<http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=105366>.

apoiam linchamentos, quando as penas são criticadas e há um clamor por endurecimento, não é de reforma penal que eles estão falando, mas de uma vingança imediata e sem mediação do sistema.

O poder judiciário brasileiro apresenta uma variedade de problemas como: excesso de demanda, equipes numericamente insuficientes, falta de diálogo com sociedade, assombrosa morosidade, aplicação seletiva da lei, acessos desiguais, uso de linguagem incompreensível para a maior parte da população, falta de transparência sobre seus mecanismos de funcionamento, etc. Estas características fazem com que a instituição tenha dificuldade em legitimar-se como mediadora dos conflitos vividos pela população, de maneira que o processo judiciário não é primeira opção para a resolução dos seus conflitos, ela é o último recurso. A ausência de meios de participação social faz com que a população enxergue a Justiça como uma instância superior, externa e impermeável à intervenção individual ou coletiva (SINHORETO, 2002). A justiça parece tão misteriosa em seu funcionamento e tão imprevisível em suas resoluções, que gera desconfiança.

Nas notícias de jornal, quando as pessoas que apoiam os linchamentos falam na necessidade de respostas duras contra o crime, não é do recrudescimento do código penal que elas estão falando, mas sim da demanda por soluções mais severas não necessariamente executadas pelo Estado e dentro dos ritos legais. Neste sentido, clamar por justiça não significa pedir por leis mais duras, mas bradar por vingança imediata e sem mediação do sistema.

Em 1º de maio de 1998, Euclides Marinho, 35 anos, foi acusado de matar 2 crianças com idades de 4 e 5 anos na Cidade Dutra, zona sul de São Paulo⁷⁶. Na manhã daquele dia as crianças brincavam próximo à casa do acusado quando sumiram e depois foram achadas mortas no quarto de Euclides, que percebeu a movimentação dos vizinhos e conseguiu fugir pulando um muro. A família do homem contou que ele sofria de problemas mentais e já havia sido internado algumas vezes, mas sempre fugia e se recusava a tomar os remédios.

⁷⁶ Diário popular. "Doente Mental mata 2 crianças vizinhas", 03/05/1998 e Diário popular. "Monstro da Zona Sul estava em uma igreja", 03/05/1998

Euclides foi encontrado pela polícia no final do dia, ele estava escondido dentro de uma igreja em um bairro vizinho e foi preso, mas não pode ser levado para o distrito que investigava a morte das duas crianças, pois estava sob ameaça. Os vizinhos e familiares das crianças haviam fretado alguns ônibus, fecharam uma avenida e cercaram a delegacia onde o crime havia sido registrado. Aos gritos de "*Uh tererê, estuprador tem que morrer*" o grupo exigia que Euclides lhes fosse entregue para que fosse linchado. O tumulto só teve fim quando o delegado levou dois manifestantes até a carceragem para que pudessem constatar que o acusado não estava lá. A reportagem entrevistou familiares de Euclides e das vítimas e ambos concordavam que a pena mais adequada para ele, seria a pena de morte:

"Ele não merece ser uma pessoa viva, não é humano"

José Marinho, irmão de Euclides

"Ele sempre foi um monstro. É maluco, mas não ficou esperando a polícia.

Só tem uma justiça para esse animal: a morte"

Katia Marinho, 19 anos, sobrinha de Euclides.

"O assassino é um psicopata e morte para ele é pouco, pena que a polícia o pegou antes da gente"

José Carlos Alberto, 32 anos, pai de uma das vítimas.

Familiares do acusado e familiares das vítimas entoaram discursos comuns, de que uma pessoa que comete determinadas ações se torna um pária, perde seu status de humano e deve ser eliminado. A sobrinha de Euclides afirma que, apesar de seu problema mental, ele teve discernimento suficiente para perceber o ambiente hostil e fugir, ela afirma que ele fugiu da polícia, mas pela descrição do caso fica evidente que ele escapou com medo da reação dos vizinhos e dos próprios parentes. O problema mental de Euclides é citado menos como um atenuante e mais como um agravante, considerado um "maluco" e "psicopata" ele não poderia ser tratável ou tratado⁷⁷, bem como o processo penal não faria qualquer

⁷⁷ A descrição de Euclides mostra que ele se enquadra no estereótipo de pessoa de mentalidade fraca e, portanto, propensa à maldade.

sentido no caso dele, pois ação judicial não poderia ter como solução aquela que os envolvidos apontavam como a mais adequada, ou seja, a morte do acusado. O pai de uma das vítimas foi mais longe lamentando que a polícia tenha feito o seu trabalho, prendendo o suspeito antes que a população o acalhasse e ainda protegendo sua integridade física diante dos protestos dos vizinhos das crianças que esperavam poder linchá-lo. Se antes as reclamações recaíam sobre a polícia ausente ou que não cumpre suas tarefas, aqui ela passa a ser criticada justamente por agir de maneira apropriada.

Sem acesso ao acusado, os moradores que se manifestavam se voltaram contra a casa em que Euclides morava com sua mãe de 62 anos. O imóvel foi depredado e, depois de 3 horas de pancadas, a casa desabou. A depredação (da pichação à completa destruição) de residências de pessoas linchadas ou ameaçadas aparece com alguma frequência nos casos que geram forte comoção popular. Esta pode ser interpretada como uma forma de demarcar o inaceitável e submeter não só a pessoa, mas tudo o que a cerca ao escracho público, uma ação que deixa marcas, cria memórias e busca eliminar não apenas o corpo e a humanidade, mas banir simbolicamente por meio da destruição do espaço físico em que vivia, apagando os rastros de sua existência.

Casos como este já ocorriam em momentos posteriores, mas a verbalização desta compulsão punitiva se torna mais clara e mais disseminada ao longo das décadas analisadas. O argumento mais recorrente passa a ser de que simplesmente prender um criminoso não é suficiente para garantir sua punição, não se trata de surrupiar-lhe o direito de ir e vir, antes disto, é marcar sua perda do direito de existência no mundo e suspender o seu direito à vida.

Vingança

A questão da ausência do Estado se enfraquece gradualmente nas falas dos atores nos jornais e há mais foco em questões como a necessidade de endurecer e infringir castigos severos que são vistos como punição sumária.

Não se trata de uma vingança individual na qual a vítima ou sua família buscam reparar a honra perdida atingindo um indivíduo ou um grupo rival em uma ação que conta com planejamento e preparo, mas que dá ensejo a uma espiral de retaliações e um ciclo eterno e

devastador envolvendo os atores antagônicos. Os linchamentos se constituem como uma vingança pública e executada por um grupo que toma a para si a tarefa de fazer uma justiça que, embora ilegal, é considerada justa, eficiente e legítima pelos envolvidos e por parte da sociedade. Para quem o apoia, os linchamentos não são vistos como um problema de violência, mas como uma solução, uma forma de dar um ponto final para ela. Localizando e exterminando a origem do mal, a paz seria restabelecida.

Aparecem também com mais frequência argumentos que defendem a pena de morte e associação do linchamento a uma forma de punição sumária neste sentido. No entanto, quando falam em pena de morte, as pessoas não estão pensando no rito processual, nos anos de recursos e longos processos que envolveriam uma pena desta magnitude dentro do poder judiciário. Também não falam da pena de morte como um dissuasor para evitar que as pessoas ponderem antes de cometer crimes. A morte é apontada como uma forma de castigar, de infligir uma medida de punição que provoque no mínimo os mesmos danos causados pelo criminoso.

Em junho de 1991 a adolescente Sylmara de Souza de 17 anos foi morta na escola em que estudava no Jd. Carombé, Zona Norte da cidade, quando um homem tentou roubar o tênis de um colega da garota. O assaltante era Clodoaldo Juvêncio, de 22 anos, ex-aluno da escola que teve sua matrícula negada naquele ano. Ele foi preso logo em seguida e passou a ser ameaçado de morte por outros presos dentro da cadeia, por esta razão foi transferido para outra carceragem por razões de segurança.

O clima era de forte revolta pela morte de menina e a imprensa fez uma cobertura intensa. A família e amigos da garota fizeram uma manifestação em frente à secretaria de educação pedindo mais segurança nas escolas. Nesta ocasião a tia da menina deu uma entrevista na qual afirma o linchamento como a própria lei a ser sancionada:

"A melhor lei seria entregá-lo para o povo poder linchar"

Clodoaldo morreu neste mesmo dia, em circunstâncias suspeitas, logo após chegar a nova carceragem. O serviço funerário no município marcou o enterro de Clodoaldo para o mesmo cemitério e no mesmo horário que o de sua vítima, Sylmara. As duas famílias se encontraram no cemitério logo depois do enterro de Sylmara e familiares e amigos da

garota iniciaram um protesto e um movimento para linchar e incendiar o corpo do assassino. O carro funerário precisou ser afastado por policiais e Clodoaldo foi enterrado em outro cemitério sem a presença da família que ainda estava a caminho e acusou a Guarda Municipal de retardar propositalmente a chegada dos familiares para que Clodoaldo fosse enterrado sem a presença de ninguém.

O jornal *Notícias Populares* entrevistou algumas pessoas para saber qual a opinião delas sobre a morte do rapaz na cadeia. Quase todas as falas seguem a mesma linha de argumentação, a de que a morte foi justa, pois vinga a família e a vida da garota que havia sido morta⁷⁸:

"Tem que morrer. Pena de morte é pouco. O melhor é pagar na mesma moeda. Neste caso deveria ter até tortura para o bandido sentir na pele o crime que aprontou. Mesmo se ficar vivo não esquece. Chega de moleza."

Karine Maluf, estudante, 18 anos.

"Foi ótimo matarem esse assassino, é o único jeito de você sentir que a justiça foi feita. É a maneira mais rápida de justiça e o que é melhor, foi outro preso que matou, a família da moça não precisou se envolver."

Neusa Lopes, secretária de 39 anos.

"É um grande erro achar que a morte violenta do assassino vai melhorar a segurança na cidade de São Paulo. A justiça ainda é a grande arma para defender o direito das pessoas. Sem ela, tudo pode ser mais perigoso."

Ricardo César Giovani, Comerciante, 29 anos.

O crime foi violento e deve ser pago na mesma moeda, Não dá pra ter pena de um cara que estoura a cabeça de uma garota com um tiro de revólver. Infelizmente, nestes casos, eu só vejo uma saída: a pena de

⁷⁸ Notícias Populares. "Todos querem justiça". 12/06/1991

morte. "

Regiane Rodrigues, modelo, 18 anos.

"Não tem o que falar, foi bem feito. Além de roubar o marginal matou de bobeira a pobre moça. Isso é uma coisa terrível. E depois ainda falam em direitos humanos. Será que ele foi humano?"

Anderson Rômulo Melo, comerciante, 21 anos.

"Foi certo, para esse cara só tinha uma pena: a morte. A pessoa trabalha, luta e de repente cai na mão de um marginal que só pensa em fazer o mal. A sociedade já está cheia disso. Não aguento mais maldades."

Tarciso Valnei Lima, comerciante, 19 anos.

A maior parte das declarações reforça o argumento de Caldeira (2000). Quando imperam discursos classificatórios e se articulam com na oposição entre o bem e o mal, os direitos de cidadania passam a ser contestados e as reivindicações são para punições cada vez mais severas aos criminosos. Na medida em que a população associa métodos humanitários ao aumento do crime, a pena de morte é trazida à tona, sempre com uma conotação de vingança, de que as pessoas que cometem crimes são dominadas pelo mal, irremissíveis e, portanto, executáveis. A autora destaca ainda que a referência ao universo da vingança privada, imediata e física revela uma concepção do corpo e da inflição da dor como um meio de desenvolvimento moral e social, uma forma de criar ordem. As ações privadas e violentas são vistas como legítimas em uma luta para a erradicação da difusão do mal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi o primeiro estudo a respeito de linchamentos no Brasil que buscou compreender se e como o fenômeno se transformou ao longo do tempo. Considerando sobretudo as pesquisas quantitativas até então realizadas sobre o tema, poucas considerações foram feitas a respeito da influência do fator tempo sobre os dados analisados e, este trabalho pode ser considerado um primeiro passo no sentido de pensar os linchamentos de forma contextual no tempo e no espaço.

No capítulo 1 eu descrevo as dinâmicas macrossociais que podem se relacionar com as ocorrências de linchamento, mencionei a formação da periferia da cidade de São Paulo, locais que concentram a maior parte dos linchamentos, e cuja constituição e desenvolvimento de infraestrutura estiveram ligados à processos de urbanização que deram origem à áreas precárias e ilegais, espaços nos quais a ausência do Estado levou a iniciativas e mecanismos privados para a resolução dos problemas comuns aos moradores, um contexto no qual o linchamento não pode ser visto como algo estranho. As declarações de moradores daquelas regiões sobre as ocorrências de linchamentos no período falam constantemente sobre a ausência do Estado e a necessidade de agir.

Neste sentido, os linchamentos retomo a contribuição de David Garland (2005), que aponta os linchamentos como fenômenos que dialogam com as punições sancionadas pelo Estado e segundo a qual os participantes e expectadores das ações entendem tais atos como moralmente justificados. Para aquelas pessoas, o linchamento não é um crime, mas uma pena motivada e justificada por uma ação do linchado, com a diferença de que tem aplicação sumária.

Apontei como a maior presença do Estado e de seus serviços a partir do final dos anos 1990, nos locais em que os linchamentos ocorrem, pode ser apontada como uma hipótese explicativa para a queda dos linchamentos a partir dos anos 2000. Os dados apontam um aumento na presença da polícia ao longo dos anos estudados, tal transformação enseja mudanças nas falas dos atores, que gradualmente passam a questionar não a presença do Estado, mas sua eficiência e capacidade de atender aos anseios de punição que expressam. Se no passado as pessoas reclamavam com frequência da ausência do Estado, a partir dos

anos 2000 o jogo se inverte e há falas de pessoas que lamentam quando a polícia cumpre o seu papel e protege a pessoa ameaçada de linchamento. A maior presença da polícia também é associada à queda na proporção dos linchamentos consumados e aumento proporcional das ameaças de linchamentos, o que significa que as ações se tornam menos letais.

Para compreender estes anseios a contribuição de Teresa Caldeira (2003) é fundamental na medida em que aponta que eles estão ligados à uma deslegitimação pública dos direitos civis que é acionado depois da passagem para o regime democrático e toma forma se enraizando em uma cultura na qual o corpo do indivíduo pode sofrer interferências externas e na qual a dor, o sofrimento, e o abuso são vistos como instrumentos de desenvolvimento moral e ordem. O dado de motivo alegado para os linchamentos reforça esta ideia, a partir dos anos 1990, são as violações ao corpo e não mais as do patrimônio aquelas que aparecem como principais motivações para os linchamentos. Quem viola o corpo do outro abre espaço para a violação de seu próprio corpo.

Recorro ainda a Garland (2005) quando ele afirma que os linchamentos comunicam sentimentos de forte emoção e que não podem ser traduzidos no idioma oficial da lei criminal, o nível de sofrimento ansiado não é permitido oficialmente em um Estado de Direito democrático e, neste sentido, as discussões sobre endurecimento penal são inócuas neste contexto.

Devo argumentar ainda que linchamentos não podem ser entendidos como ações irracionais ou bárbaras. Os dados mostram que as vítimas de linchamento não são aleatórias, os alvos preferenciais são os mesmos já acometidos pela violência policial e pelos homicídios. Os linchamentos dialogam com seu tempo, eles fazem parte de uma realidade e acionam um repertório que aponta quem são os extermináveis. Este repertório não é exclusivo dos linchadores, ele é compartilhado por boa parte das pessoas que apoiam estas ações.

Para além dos próprios dados e transformações nas dinâmicas locais apresentadas ao longo do trabalho, o que importa reter aqui é que, qualquer pesquisa sobre linchamentos, principalmente aquelas que visam observar o fenômeno ao longo de um vasto período no

tempo ou em um amplo escopo espacial, deve considerar as especificidades e dinâmica macrossociais que podem ter alguma influencia sobre as ocorrências.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S. A Imprensa e a Violência. In.:PINHEIRO, P. S., ADORNO, S., CARDIA, N. et al. *Continuidade autoritária e construção da democracia*. Projeto integrado (Fapesp/CNPq/FFord), 1989. Relatório final, 4 vols. Disponível em: <www.nevusp.org>. Acesso em: 25/08/2009
- ADORNO, S. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135
- ADORNO, S.; PASINATO, W. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, p. 51-84, 2010.
- ADORNO, S.; PASINATO, W. A justiça no tempo, o tempo da justiça. *Tempo soc.* vol.19, n.2, 2007, pp. 131-155
- ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estud. av.* [online]. 2007, vol.21, n.61
- ADORNO, S; SALLA, F.; SOUZA, S. O desfecho processual: As decisões judiciais e proteção dos direitos humanos in PINHEIRO, P.S; ADORNO, S.; CARDIA, N. et al. *Continuidade autoritária e construção da democracia*. Rel. de pesquisa. São Paulo: NEV/USP, 1999
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PROMETEU. Como encarar linchadores? Contradições nos discursos dos defensores dos direitos humanos. Entrevista com Helena Singer. Publicada em 21 de janeiro de 2001. Disponível em <<http://www.prometeu.com.br/mat-soc-linch.htm>>. Acesso em: 18/08/2009
- ANDI. Comunicação pelos direitos da criança e do adolescente. Terminologia, 2008. Disponível em: <http://www.redeandibrasil.org.br/eca/guia-de-cobertura/midia/terminologia>
- BADIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985

- BARREIRA, C. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 2004, 77-86.
- BENEVIDES, M. V. Linchamentos no Brasil: violência e justiça popular. In: Roberto da Matta. (Org.). *Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, v. , p. 93-117
- BENEVIDES, M.V. & FISCHER, R.M. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BLACK, D. Crime as Social Control. *American Sociological Review*, Vol. 48, No. 1 (Feb., 1983), pp. 34-45
- BREITMAN, M. Criminalidade feminina: outra versão dos papéis da mulher. *Porto Alegre*, ano I, n.1, p.200-223, jan./jun. 1999.
- BRUNDAGE, W. Fitzhugh. *Lynching in the New South: Georgia and Virginia, 1880–1930*. Urbana: Univ. of Illinois Press, 1993
- CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000
- CALDEIRA, T. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. Novos Estudos.São Paulo: Cebrap, nº 47, 1997
- CAMPOS Jt. et. al. *Nada mais que a verdade. A extraordinária história do jornal notícias populares*. São Paulo: Carrenho Editorial, 2002
- CARDIA, N. & SCHIFFER, S. *Violência e Desigualdade Social* .Revista Ciência e Cultura. São Paulo. Jul/set, p. 25-31, 2002
- CARDIA, N.; et al. *Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar sobre Atitudes, Normas Culturais e Valores em Relação à Violação de Direitos Humanos e Violência Um Estudo em 11 Capitais de Estado*. Núcleo de Estudos da Violência, 2012
- CARVALHO, D. e JESUS, M. G. M. Mulheres e o tráfico de drogas: Um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo. *Revista LEVS*, Ed. 9, Maio 2012
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- CASTRO, J. Evolução e Desigualdade na Educação brasileira in CASTRO, J.; VAZ, F.M. *Situação social brasileira : monitoramento das condições de vida*. Brasília : Ipea, 2011.283 p.
- CASTRO, J.; VAZ, F.M. *Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida*. Brasília : Ipea, 2011.283 p.
- CELLARD, A. A análise documental. Em: Poupart J, Deslauriers JP, Grulx LH, Paperriere A, Mayer R, Pires A. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes; 2008. Pp. 295-316
- COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO. *Jornalismo Policial Radiofônico: a questão da violência*. Princípios de justiça e paz. São Paulo: nº 01, 1985.
- COOK, L. *Converging to a National Lynching Database: Recent Developments*. working Paper. May 2011. Disponível em: <http://www.msu.edu/~lisacook/hist_meths_lynch_paper_final.pdf>
- COSTA, Y. (Re)significando uma cidade em fragmentos.: o discurso da mídia sobre a violência urbana e o fenômenos da naturalização dos linchamentos na Ilha do Maranhão. *Caderno Pós Ciências Sociais* - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004
- CUBAS, V. O. *Segurança Privada - A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 2005. v. 1. 176 p.
- CUTLER, J. *Lynch-law: an investigation into the history of lynching in the United States*. London, 1905
- DIAS, C. C.N.Da guerra à gestão: a trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. *Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura*. Ano VIII, No. 10, 2009, Vol. 02, pp. 79-96
- EARL, J., MARTIN, A., MCCARTHY, J. D., & SOULE, S. A. The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action. *Annual Review of Sociology*,30(1), 65-80., 2004
- ELIAS, N. & Scotson, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000
- ELIAS, N. O processo civilizador. Vol. 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994
- ELIAS, N. O processo civilizador. Vol. 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1993

- ELIAS, N. Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997
- ETCHICHURY, J. A mudança no perfil da cobertura da imprensa dos assuntos relacionados à violência: um estudo de caso. IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação - PUCRS, 2009.
- FELTRAN, G., Crime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, Jan./Abr. 2010
- FELTRAN, G. *Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (72), 2007, 83-114.
- FOUCAULT, MI. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 36ª ed., 2009
- FRANZOSI, R. The Press as a Source of Socio-Historic Data: Issues in the Methodology of Data Collection from Newspapers. Historical Methods (Winter) 20:5-15, 1987
- FRONTANA, I. Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo. SP: Edições Loyola, 1999
- GALTUNG, J, & RUGE, M. The Structure of Foreign News, Journal of Peace Research, Vol. 2, No. 1 (1965), pp. 64-91
- GARLAND, D. Penal Excess and Surplus Meaning: Public Torture Lynchings in Twentieth-Century America. Law & Society Review, 2005, Volume 39 Issue 4, Pages 793 – 834
- HOLSTON, J. *Dangerous Spaces of Citizenship: Gang Talk, Rights Talk and Rule of Law in Brazil*. Planning Theory, 8(1), 2008
- HUFF-CORZINE, L, & CORZIN, J. Datasets for the study of lynching. in BLOCK, Carolyn Rebecca and BLOCK, Richard L. (org) Questions and Answers in Lethal and Non-Lethal Violence: Proceedings of the Second Annual Workshop of the Homicide Research Working Group. Virginia, 1993
- IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. IPEA Brasília: Ipea. 2006. (Nota técnica, n 9) Versão eletrônica disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.
- JACOBI, P. *Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo*. São Paulo: Anna Blume, 2006

- KOWARICK, L. & CAMPANARIO, M. *São Paulo: do milagre à crise*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (28-29), 1993, 249-264
- KOWARICK, L. Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In: Novos Estudos, n.º 63. São Paulo: CEBRAP, julho de 2002
- LEITE, M. P. *Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. In Observatório da Cidadania 2005.
- MARICATO, E. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1996, 141 p.
- MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: Metrôpoles brasileiras*. São Paulo em Perspectiva, 14(4) 2000
- MARQUES, E. & BICHIR, R. (2001). *Estado e espaço urbano - Revisitando criticamente as explicações correntes sobre as políticas estatais urbanas: Padrões espaciais de ação estatal na infraestrutura urbana em São Paulo 1978/1998*. Revista de Sociologia e Política, n. 15, pp. 9-30
- MARQUES, E. e BICHIR, R. (2002). *Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo*. Revista Espaço e Debates, n. 42, pp. 9-30.
- MARTINS, J. A justiça popular e os linchamentos no Brasil. In: OLIVEIRA, PAVEZ & SCHILLING (orgs.). Reflexões sobre Justiça e Violência. 1 ed. São Paulo: Educ - Editora da PUC-SP/Imprensa Oficial-SP, 2002, v. 1, p. 139-157
- MARTINS, J. As Condições do Estudo Sociológico dos Linchamentos no Brasil. Estudos Avançados, v. 9, n. 25, p. 295-310, 1995
- MENANDRO, P; SOUZA, L. Linchamentos no Brasil - A justiça que não tarda mas falha. 1a. Ed. Vitória-Es: Fcaa/Ufes, 146p. 1991
- MESQUITA, P. *Ensaio Sobre Segurança Cidadã*. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2011
- MESSNER, S F, BALLER, R & ZEVENBERGEN, M P. "The Legacy of Lynching and Southern Homicide." American Sociological Review, 2005, 70: 633-655
- MILTON S. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, São Paulo,. Nobel, 1990.

- MINGARDI, G. *O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado*. Estudos Avançados. 21 (61), 2007
- MINGARDI, G. *Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo: Scritta Editorial, 1992
- MINGARDI, G. *O Estado e o crime organizado*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, Painel de Indicadores do SUS no 5, 2008. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/painel_indicadores_sus_5.pdf
- MISSE, M. *Crime, sujeito e sujeição Criminal: Aspectos de uma Contribuição analítica sobre a Categoria "bandido"*. Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010
- MISSE, M. *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez. 2008
- MOISÉS, J. A. *Viver em risco - sobre a vulnerabilidade do Brasil urbano*. Novos Estudos Cebrap, n. 63, 2002, pp. 9-30.
- MONTALI, L. *Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento*. R. Bras. Est. Pop., Campinas, v. 21, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2004
- MORETZSOHN, S. *O crime que chocou o Brasil: mídia, justiça e opinião pública na primeira fase do caso Isabella Nardoni*. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), novembro de 2008
- NASCIMENTO, E. P. *Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. Cadernos CRH. Salvador: UFBa, nº 21, 1994, p. 34;
- NERY, M. *A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres*. FGV/CPS, 2010. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/ncm/>
- NERY, M. *Desigualdade de Renda na Década*. FGV/CPS, 2011. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/bd/DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim3_PRINC.pdf
- OLIVEIRA, L. *Os excluídos 'existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo:Anpocs, nº 33, 1997, p. 51.

- OSÓRIO, R., SOUZA, P. Condições de Vida: Qualidade dos domicílios e acesso a bens. Evolução e Desigualdade na Educação brasileira in CASTRO, J.; VAZ, F.M. Situação social brasileira : monitoramento das condições de vida. Brasília : Ipea, 2011.283 p.
- PAULA. L. A. As sete mortes do Diário Popular: 117 anos de um jornal à procura de identidade. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 2008
- PENA, M.; MICELI, S. Fontes não-convencionais de análise sociológica. . In: IV Congresso de Sociologia, 1989, Rio de Janeiro, 1989.
- PERES, M. F. T. ; VICENTIN, D. ; NERY, M. ; LIMA, R. S. ; SOUZA, E. R. ; CERDA, M. ; CARDIA, Nancy ; ADORNO, S. . Queda dos homicídios em São Paulo: uma análise descritiva. Revista Panamericana de Salud Pública (Impresa) / Pan American Journal of Public Health (Impresa), v. 29, p. 17-26, 2011.
- PERES, M. F. T. et. al.*Queda dos homicídios no Município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes*. Revista Brasileira de Epidemiologia (Impresso), v. 14, p. 709-721, 2011.
- PERES, M.F.T et. al. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. Rev Panam Salud Publica, 23(4): 268-276, 2008
- PINHEIRO, P. S., ADORNO, S., CARDIA, N. et al. Continuidade autoritária e construção da democracia, 1999. Projeto integrado (Fapesp/CNPq/FFord). Relatório final, 4 vols. [site www.nevusp.org]
- PINHEIRO, P.S. Escritos indignados. Policia, prisões e política no Estado Autoritário (No 20º Aniversário do Regime de Exceção, 1964-1984). São Paulo, Brasiliense, 1984
- POCHMANN, M. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RAMOS, S. Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Anabela Paiva. - Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.
- REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE, Demografia e saúde : contribuição para análise de situação e tendências. Rede Interagencial de Informações para Saúde. Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2009.

- ROLNIK, R. *Exclusão territorial e violência*. São Paulo em Perspectiva, 13(4),1999, 100-111.
- RUOTTI, C. et al . *Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo*. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 43, n. 3, June 2009 .
- SALLA, F. A. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 1, p. 72-90, 2007.
- SANTOS, B. S. *Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada*, in Souto, Claudio e Falcão, Joaquim (org.), Sociologia e Direito. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.
- SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo, Nobel, 1990.
- SANTOS, W.G.S. *Fronteiras do Estado mínimo: indicações sobre o híbrido institucional no Brasil*. In: Razões da desordem. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 78; -- hobesiano social
- SENECHAL DE LA ROCHE, R. Collective Violence as Social Control. Sociological Forum, Vol. 11, No. 1 (Mar., 1996), pp. 97-128
- SENECHAL DE LA ROCHE, R. Why Is Collective Violence Collective? Sociological Theory, Vol. 19, No. 2 (Jul., 2001), pp. 126-144
- SINGER, H. *Direitos Humanos e volúpia punitiva*. Revista USP , São Paulo, v. 37, p. 10-19, 1998
- SINGER, H. *Discursos Desconcertados: Linchamentos, punições e direitos humanos*. 1. ed. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2003. v. 1. 387p.
- SINHORETTO, J. Linchamentos: insegurança e revolta popular. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, Edição 4, Fev/Mar, 2009
- SINHORETTO, J. Os justiçadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001
- SOARES, L. E. *Novas políticas de segurança pública*. Estudos Avançados, 17(47), 2003, 75-96
- SOUZA, L & MENANDRO, P. *Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000)*. Revista psicologia política, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 249-266, 2002
- SOUZA, L. *Judiciário e exclusão: o linchamento como mecanismo de reafirmação de poder*. Análise Psicológica, Lisboa, v. 2, n. XVII, p. 327-338, 1999

TELLES, V. S. A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010

TILLY, C. *Methods for the Study of Collective Violence*. in Ralph W. Conant and Molly Apple Levin (eds.) *Problems in Research on Community Violence*. New York: Praeger, 1969

TORRES, H. et al. *Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo*. Estudos Avançados, 17(47), 2003, 97-128.

WALDREP, C. *War of words: the controversy over the definition of lynching, 1899-1940*, Journal of Southern History 66,1 (feb 00):75-100.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985